

Este volume inaugura a coleção Encontros em Comunicação, editada pelo Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia, da Universidade Federal do Pará. A Coleção tem por objetivo publicar resultados de pesquisa e reflexões teóricas e metodológicas produzidas pelos pesquisadores associados ao Programa, dentre docentes, discentes, ex-discentes e colaboradores externos. Este volume traz um panorama da produção recente do PPGCom, abordando temas como a imprensa alternativa no Pará, a violência na mídia, a relação entre comunicação e expografia, a linguagem cinematográfica, a espetacularização da cidadania, as manifestações políticas contemporâneas e aspectos metodológicos da pesquisa em comunicação, como a investigação científica por meio de grupos focais e a contribuição da pesquisa sobre representações sociais para o campo da comunicação. O volume também publica duas entrevistas que tratam da obra de Eliseo Verón: um delas com o próprio Verón, um dos pensadores mais fecundos para a pesquisa em comunicação e outra com Antônio Fausto Neto, o mais destacado conhecedor da obra de Verón no Brasil.

Alda Cristina da Silva Costa;
Célia Regina Trindade Chagas Amorim e
Marina Ramos Neves de Castro (Organizadoras)

volume 1

PPGCOM | UFPA | COMUNICAÇÃO E PESQUISA NA AMAZÔNIA: PERSPECTIVAS E PRÁTICAS

Coleção
Encontros
em
Comunicação

COMUNICAÇÃO E PESQUISA NA AMAZÔNIA: PERSPECTIVAS E PRÁTICAS

Alda Cristina da Silva Costa;
Célia Regina Trindade Chagas Amorim
e Marina Ramos Neves de Castro
Organizadoras

volume

ppgCom
Programa de Pós-Graduação
Comunicação, Cultura e Amazônia • UFPA



Encontros em Comunicação

**Comunicação e pesquisa na
Amazônia: perspectivas e
práticas**

Volume I



2018



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

Reitor: Emmanuel Zagury Tourinho

Vice-Reitor: Gilmar Pereira da Silva

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: Rômulo Simões Angélica



Programa de Pós-Graduação em Comunicação Cultural e Amazônia

Coordenador do Programa: Fábio Fonseca de Castro

Vice-Coordenadora do Programa: Elaide Martins da Cunha

Conselho Editorial do PPGCOM

Alda Cristina Silva da Costa, Alexandre Barbalho, Antônio Fausto Neto, Célia Regina Trindade Chagas Amorim, Danila Gentil Rodriguez Cal Lage, Elaide Martins da Cunha, Fabiano de Souza Gontijo, Fábio Fonseca de Castro, Jeder Silveira Janotti Junior, João de Jesus Paes Loureiro, Lívia Lopes Barbosa, Luciana Miranda Costa, Luiz Cezar Silva dos Santos, Manuel Sena Dutra, Manuela do Corral Vieira, Netília Silva dos Anjos Seixas, Otacílio Amaral Filho, Regina Mendonça Alves, Rosaly Seixas Brito, Silvio José de Lima Figueiredo, Vânia Maria Torres Costa, Walter Lima Teixeira Junior

Programa de Pós-Graduação Comunicação Cultural e Amazônia

Universidade Federal do Pará

Cidade Universitária José da Silveira Neto

Setor Básico - Campus Belém

Av. Perimetral, nº 1, Guamá

Belém-PA, Brasil, CEP: 66075-650

www.ppgcomufpa.com

poscomunicacaoufpa@gmail.com

Alda Cristina Silva da Costa
Célia Regina Trindade Chagas Amorim
Marina Ramos Neves de Castro
Organizadores

Encontros em Comunicação

**Comunicação e pesquisa na
Amazônia: perspectivas e práticas**

Volume I



2018

Copyright dos autores

Diagramação: Alex Leonardo Guenther
(www.alexguenther.com - contato@alexguenther.com)

Gráfica: Editora e Gráfica Mega Mestre Ltda.

Capa: Oficina de Criação da FACOM-UFPA

Planejamento editorial: Marina Ramos Neves de Castro

Encontros em Comunicação 1. Comunicação e pesquisa na Amazônia: perspectivas e práticas / Organizado por Alda Cristina Silva da Costa, Célia Regina Trindade Chagas Amorim, Marina Ramos Neves de Castro. Belém, PPGCOM/UFPA, 2018.

196 p.: il.; 17x23,5cm

ISBN

1. Comunicação; 2. Mídia; 3. Política; 4. Sociabilidades

CDD - 302.23

SUMÁRIO

9

Apresentação

Alda Cristina Silva da Costa

Célia Regina Trindade Chagas Amorim

Marina Ramos Neves de Castro

15

Capítulo 1

O deslocamento da semiótica: Eliseo Verón em dois momentos

Manuel José de Sena Dutra

41

Capítulo 2

O Antidiário de Winston: Algumas relações entre linguagem e poder em “1984”

Lívia Lopes Barbosa

54

Capítulo 3

As representações sociais no horizonte da pesquisa em comunicação

Fábio Fonseca de Castro

69

Capítulo 4

Modos de escuta do outro subalterno nas pesquisas em Comunicação: em discussão os grupos focais

Danila Cal

85

Capítulo 5

Resistência e Jornal Pessoal: Da ditadura civil-militar à democracia na Amazônia

Célia Regina Trindade Chagas Amorim

Milene Costa de Sousa

Natália Cristina Rodrigues Pereira

- 108** **Capítulo 6**
Medo e violência no espaço midiático: Reflexões sobre as narrativas jornalísticas paraenses
Alda Cristina Costa
Analaura Corradi
Ana Paula Mesquita
Nathan Kabuenge
Sergio Ferreira
- 132** **Capítulo 7**
A cidade midiática: Espetacularização e conexão da cidadania na contemporaneidade
Otacílio Amaral Filho
- 152** **Capítulo 8**
Política, juventude e rede #vemprarua em Belém
Joice Santos
Rosaly Brito
Rosane Steinbrenner
- 173** **Capítulo 9**
Exposição, interação e comunicação
Marina Ramos Neves de Castro
- 189** **Informações sobre os organizadores**
- 190** **Informações sobre os autores**

Apresentação



*Alda Cristina Silva da Costa
Célia Regina Trindade Chagas Amorim
Marina Ramos Neves de Castro*

O Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia – PPGCom/UFPA se inspira no pensamento do nosso respeitado mestre Benedito Nunes, que concebeu o espaço universitário como uma “escola do pensamento”, em que o conhecimento da tradição filosófica viva é necessária “*para não perdermos a continuidade da própria elaboração filosófica, que somente pode prosseguir hoje por aquilo que se pensou e concebeu ontem*” (NUNES 1999: sp), para reunir os artigos que compõem este livro, pensando-o como um diálogo vivo e dinâmico, interpretativo das experiências de pesquisas e de vida do passado, do presente e do futuro, entre aqueles que estão na academia ou fora dela, mas que buscam compreender o conhecimento como uma relação e um sentido do mundo da vida.

As produções resultam de um período recente - mesmo considerando as transformações vividas pela Amazônia nas últimas décadas - do amadurecimento de pesquisas, de instalação de cursos de pós-graduação, como o Programa de Pós-graduação Comunicação, Cultura e Amazônia, na Universidade Federal do Pará (UFPA), em 2010, e da interiorização do conhecimento, mesmo reconhecendo ainda a necessidade de aprofundar as pesquisas sobre as multidiversidades e realidades do território amazônico. A publicação se constitui no falar sobre, no falar com e no falar de experiências, representações e construções do conhecimento na e da Amazônia. Ou seja, do mundo da vida que pulsa em comunidades, vilas, municípios, rios, florestas, cidades, ruas, entre tantos outros espaços desse imenso território.

Esta obra foi pensada como um encontro em que “[...] o outro não é uma significação cultural, nem um simples dado. Ele é primordialmente sentido”.

(LEVINAS 1993: p. 14). Lembra-nos Fávoro (2002: p. 114) que “*o diálogo é a relação de um ‘eu’ frente a um ‘tu’*”. Esta obra pressupõe, portanto, a existência de saberes nos dois sujeitos que compõem os polos da relação.

O confronto de saberes, porém, requer dos sujeitos a partilha da palavra e a concessão de que seus saberes não são absolutos, isso implica exercícios continuados e ininterruptos para se trabalhar as “*cegueiras do conhecimento*” (MORIN, 2000: p. 13) que vivem a nos povoar, além disso, exigem-se dinâmicas de pensamento mais dialéticas para assim fazer avançar o conhecimento.

Portanto, o diálogo passa a ser compreendido como possibilidade, reflexão, interpretação e interação entre os saberes do homem e o mundo. Ou seja, é aquilo a respeito do que Gadamer dirá: “*faz parte de todo verdadeiro diálogo entender realmente o outro, fazer valer seus pontos de vista e pôr-se no seu lugar*” (1999: 389). Colocar-se no lugar do outro também é uma aventura do ato do conhecer, que se processa por meio da comunicação humana. O diálogo seria, assim, aquele em que nos envolvemos sem a certeza dos resultados, mas com possibilidades de criação mútua, com responsabilidades comuns e de compromisso com o outro, permitindo o convívio, o acolhimento e a expansão de nossa própria individualidade. Eis o desafio!

A série Encontros em Comunicação nasce como um espaço de reflexão, diálogo e ação no campo da Comunicação, considerando a necessidade de disponibilizar à sociedade não somente informações sobre a produção científica, mas também principalmente sobre a Amazônia, levando-se em conta que a existência de tais materiais ainda é insuficiente para dar conta desse fazer no ambiente acadêmico. Retorna-se, novamente ao filósofo paraense, Benedito Nunes, que afirmava a necessidade da prática vital da leitura na Universidade, pois sem ela “*a instituição universitária perde a sua alma*” (2007: s/p), da mesma forma que a questão da leitura está ligada ao programa editorial que atesta a “*vida intelectual de uma Universidade*”, que “*pulsa, sobretudo, nas suas publicações, livros e revistas*” (1999: s/p).

Do mesmo modo, compreende-se que essa Série também abre a possibilidade de diálogos com outras áreas de conhecimento, considerando que o saber é sempre inter, pluri e transdisciplinar, sem nos atermos aqui,

a priori, aos significados dessas expressões ou aos seus campos de sentidos, mas como movimentos contínuos contra o conhecimento fragmentado.

Apresentam-se, nesta primeira edição, dez reflexões de pesquisadores que transitam entre perspectivas diferenciadas de análise do objeto comunicação, assim como lançam um olhar provocativo sobre as questões que são postas aos indivíduos nas suas ações cotidianas.

O primeiro capítulo, intitulado “O deslocamento da Semiótica: Eliseo Verón em dois momentos”, é resultado de duas entrevistas, realizadas em momentos distintos. Uma delas, com o filósofo, antropólogo e semiólogo Eliseo Verón e a outra, a respeito da obra de Verón, com o pesquisador Antônio Fausto Neto. O professor Manuel José de Sena Dutra, da Faculdade de Comunicação (Facom) e do Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCom) da UFPA, realizou as duas entrevistas, a primeira em 2009 e a segunda pouco depois do falecimento de Verón, ocorrido em 2014. O capítulo apresenta uma discussão sobre a realocação da semiótica e os novos ambientes de pesquisa, assim como a contribuição de Verón para a compreensão dos processos comunicacionais, notadamente na América Latina, e o deslocamento da semiótica - de uma engenharia interpretativa para um entendimento da complexa e infinita semiose humana.

O segundo capítulo do livro, “O Antidiário de Winston: algumas relações entre linguagem e poder em ‘1984’”, faz uma análise comparativa entre o romance de George Orwell, ‘1984’, e o filme homônimo, tendo como operador comum o diário do personagem Winston Smith. Nele, a pesquisadora Lívia Barbosa, professora da Facom, demonstra de que modo se dá a transposição sógnica dessas passagens para a forma filmica. Também reflete a respeito de como o poder totalitário e opressivo que cerca o universo de Winston se reflete na linguagem verbal e imagética da obra.

Em “As representações sociais no horizonte da pesquisa em comunicação”, o professor Fábio Fonseca de Castro, professor da Facom, do PPGCom e ainda do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da UFPA, faz uma revisão e um mapeamento teórico e metodológico do campo de estudos sobre as representações sociais, situando as fontes desse referencial na noção de “idealizações coletivas”, trabalhada por Émile Durkheim. O

objetivo de sua discussão, a partir da clássica obra de Serge Moscovici, é identificar a utilidade da noção de “representação social” como uma metodologia de abordagem de fenômenos intersubjetivos no campo de pesquisa da comunicação.

Ainda no campo da metodologia, encontram-se as reflexões da pesquisadora Danila Cal, igualmente docente da Facom e do PPGCom, que trabalha as potencialidades do grupo focal como método de coleta de dados em pesquisas na área de Comunicação que envolvem sujeitos em situações de vulnerabilidade ou de subalternidade. Com o título “Modos de escuta do outro subalterno nas pesquisas em Comunicação: em discussão os grupos focais”, Cal recorre à pesquisa que realizou com trabalhadoras e ex-trabalhadoras infantis domésticas para lançar luz às principais tensões que envolvem a condução desse método de investigação. Para ela, o contexto interativo dos grupos focais permite a discussão sobre temas sensíveis e alimenta a tomada de palavra de sujeitos e grupos com pouco espaço na cena pública.

O quinto capítulo “Resistência e Jornal Pessoal: da ditadura militar à democracia na Amazônia” faz uma análise das transformações operadas nas mídias alternativas na Amazônia, no contexto histórico da ditadura militar (1964-1985) e pós-ditadura. Esses jornais, que começaram no meio impresso e na contemporaneidade ganharam as páginas da *web*, têm contribuído, assim como outros canais contra hegemônicos, para ampliar a esfera pública alternativa de forma planetária. O artigo é resultado do Grupo de Pesquisa Mídias Alternativas na Amazônia, desenvolvido na Universidade Federal do Pará pela pesquisadora Célia Trindade Chagas Amorim em conjunto com seus orientandos do PPGCom e da Facom, as bolsistas Milene Costa, Natália Rodrigues e Lanna Silva.

No sexto capítulo, “Medo e violência no espaço midiático: reflexões sobre as narrativas jornalísticas paraenses”, produto do projeto de pesquisa Mídia e Violência na Amazônia, Alda Cristina Costa, Analaura Corradi, Ana Paula Mesquita, Nathan Kabuenge e Sergio Ferreira tecem o medo como a sensação experienciada pelos indivíduos com as narrativas midiáticas. Jornais impressos e programas televisivos, de caráter policial e popular, cristalizam

uma cultura do medo, que passa a ser apresentada como uma forte mensagem e um tensionamento das relações de sociabilidade. As narrativas, quase sempre, apelam, sobretudo, para as sensações e a construção negativa de sujeitos, instituições e lugares. Ou seja, diferenças culturais ou sociais são afirmadas, diferenciadas e discriminadas como processos de significações e de exclusão.

No sétimo capítulo, “A cidade midiática: espetacularização e conexão da cidadania na contemporaneidade” Otacílio Amaral Filho discute a cidade, o urbano, do na perspectiva da mediação e da midiatização. Seu objetivo é discutir o conceito da cidade midiática a partir da ruptura, operada na cultura contemporânea, da relação entre territorialidade e identidade. Para fazê-lo, o autor constrói a hipótese de que os processos de comunicação possuem um papel central, por meio do qual as mediações respondem diretamente aos processos de sociação.

As manifestações massivas de rua protagonizadas por jovens no Brasil em junho de 2013 é o objeto de reflexão de Joice Santos, Rosaly Brito e Rosane Steinbrenner no texto “Política, juventude e rede #vemprarua em Belém”. Nele, as pesquisadoras identificaram as singularidades que revestiram as manifestações, entre elas: convocação pelas redes sociais, ausência de lideranças formalmente constituídas, recusa às bandeiras partidárias, uso de repertório simbólico muito particular e mudança de tom imposta à cobertura midiática.

Com “Exposição, interação e comunicação”, a doutoranda em Antropologia da UFPA, Marina Ramos Neves de Castro, discute a expografia enquanto processo comunicativo. Essa compreensão de comunicação dentro da museologia, segundo a autora, é tomada enquanto estratégia de controle e produção de eficácias narrativas, uma concepção que se pode dizer funcionalista, no campo da comunicação, em que as práticas museais têm-se procurado consolidar e se pensar.

O PPGCom espera que a edição desta obra seja um espaço de encontro de pensamentos, ideias, reflexões, análises e também um espaço de partilha de saberes. Boa leitura.

Referências

FÁVERO, Altair Alberto. **Org. Filosofia e Racionalidade**. Passo Fundo: UPF, 2002.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método. Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. 3. ed.** Petrópolis: Vozes, 1999.

LEVINAS, Emmanuel. **Humanismo do outro homem**. Trad. Pergentino S. Pivatto (coord.). Petrópolis: Vozes, 1993.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo/Brasília: Cortez / UnB, 2000.

NUNES, Benedito. **Universidade e regionalismo**. Aula inaugural do ano de 1999. Belém: UFPA, 1999.

_____. **Conferência na solenidade de comemoração do cinquentenário da UFPA**. Belém: UFPA, 2007.

Capítulo 1



O deslocamento da semiótica: Eliseo Verón em dois momentos

Manuel José de Sena Dutra

Resumo

Desaparecido em 15 de abril de 2014, como teórico Eliseo Verón sempre recusou a posição do condutor, e ele até poderia ser reconhecido como tal, isto é, como realizador de um corte, dadas as suas contribuições às teorias da comunicação. Ele propõe, via um longo trabalho de pesquisa e de formulação, rupturas muito importantes, sem situá-las a partir de uma posição autorreferente de mestre. Em lugar disso, a continuidade de uma obra cujas marcas iam anunciando o passo seguinte desse processo de deslocamento da comunicação das matrizes conscienciais, em suma, dos paradigmas que continuam, ainda, orientando a pesquisa desta disciplina. Este texto é fruto de momentos distintos, mas de encontro com o pensamento de Eliseo Verón.

Palavras-chave: Eliseo Verón; Mídia; Política.

1. Considerações Iniciais

Por que este trabalho em dois momentos? O primeiro ocorreu no encerramento do Pentálogo 1, em 2009, encontro anual promovido pelo Centro Internacional de Semiótica e Comunicação (CISECO), cuja sede localiza-se na cidade costeira de Japaratinga, em Alagoas, Brasil. Naquele momento, uma breve entrevista, espécie de balanço sucinto da inauguração

dessa experiência que todos os anos reúne pesquisadores de diversos países. Nessa ocasião, entrevistei tanto Verón quanto Fausto Neto, os dois principais entusiastas da realocação da semiótica quanto da busca de novos ambientes de pesquisa menos comprometidos com as burocracias intramuros das universidades onde ambos trabalhavam.

Daquele encontro improvisado surgiu a ideia de uma nova entrevista, mais prolongada, e que seria realizada em setembro de 2014, por ocasião do Pentálogo VI, após a retomada, pelo autor deste texto, de leituras mais serenas dos trabalhos mais densos de Verón, autor que foi uma espécie de âncora de minha tese doutorado, quando as leituras se fazem apressadas.

Infelizmente, o “menino Verón”, como o chamavam pessoas simples de Japaratinga, não compareceu ao encontro. Cinco meses antes, ele faleceu aos 78 anos, em Buenos Aires, cidade que alternava com a pequena cidade nordestina.

O segundo momento referido aqui deu-se menos de um mês após o passamento de Verón, por ocasião do encontro da Compós, em Belém, por meio de um diálogo com Antônio Fausto Neto, o mais destacado conhecedor da obra de Eliseo Verón no Brasil. Juntos, trabalharam por vários anos e juntos, com a participação de outros pesquisadores argentinos e brasileiros, fundaram o CISECO, do qual Verón era presidente de honra e Fausto é presidente executivo.

Eliseo Verón era licenciado em filosofia pela Universidade de Buenos Aires (UBA) e trabalhou durante dois anos com Claude Lévi-Strauss no Laboratório de Antropologia do Collège de France. De volta à Argentina, foi professor do Departamento de Sociologia da UBA até 1966. Retornou à França, onde viveu por mais de 20 anos e, lá, recebeu seu diploma de doutorado pela Universidade de Paris VIII, onde foi nomeado professor e dirigiu o Departamento de Ciências da Informação e da Comunicação.

Em 1995 voltou definitivamente à Argentina. Dirigia uma consultoria em estratégias de comunicação e era professor emérito do Departamento de Ciências Sociais da Universidade de San Andrés, onde dirigiu o Mestrado em Jornalismo.

Verón é autor de vários livros, entre eles *Conducta*, *Estructura y Comunicación*; *Construir el acontecimiento*; *La Semiosis Social*; e, em

co-autoria com Silvia Sigal, *Perón o muerte: los fundamentos discursivos del fenómeno peronista*; *Efectos de agenda*; *Espacios Mentales: efectos de agenda 2*; *Sémiotique ouverte: itinéraires sémiotiques en communication* (em co-autoria com Jean-Jacques Boutaud). Sua última obra, em que consolida vários momentos de sua gigantesca pesquisa, “*La Semiosis Social, 2: ideas, momentos, interpretantes*”, lançado em agosto de 2013.

2. Primeiro momento

Verón, um participante deste Pentálogo propôs, durante a sessão de encerramento – em tom de brincadeira, obviamente – que você poderia encabeçar uma espécie de veronismo, a partir deste primeiro encontro, em Japaratinga...

Verón: Não, não se trata de uma relação disciplinar, nem de teoria, nem de orientação ... Veja, os seis membros da diretoria do CISECO não poderiam ser mais diferentes. Evidentemente, uns leem aos outros, por exemplo, Fausto Neto publica um livro e eu leio, porém isso não quer dizer que estamos num processo de orientação, na formulação de uma escola ou coisa assim. A nossa relação agora é institucional porque se criou o CISECO, mas sobre a base de uma muito longa relação de amizade; não se trata de um clube teórico, de modo nenhum.

Numa avaliação rápida, no momento mesmo do encerramento destes trabalhos, você não acha que o receptor, ou a instância do reconhecimento, como você diz, não foi um grande ausente em Japaratinga?

Verón: Sim, sim. Essa ausência pode ser, como disse Marita Soto, resultado da maneira como estava definido o tema, o tema inicial. De todo modo, é bastante comum que predomine a produção, porque é mais fácil trabalhar com a produção do que com a recepção ou o reconhecimento. Creio que faltou material de análise dos receptores. O que ocorre, e que eu critiquei, é que, quando alguém trabalha a recepção e não tem dados

dessa recepção, está fadado a tratar do reconhecimento sem ter os dados necessários. Então, você fala que tal coisa produz tais efeitos; ora, você não sabe como se produzem esses efeitos. Bom, mas isso será outro Pentálogo.

No diálogo que você manteve com Umberto Eco, ele afirmou a morte da democracia representativa...

Verón: Eu não concordo com ele ... Eu creio que se trata de uma situação muito indeterminada. Creio que, se se toma estritamente a noção clássica ou tradicional de democracia representativa, provavelmente isso se acabou, no entanto a democracia representativa não é toda a democracia, mas é uma das maneiras clássicas que provavelmente, formalmente, vai perdurar, definido o vínculo entre os cidadãos e os seus representantes. Mas, como disse o ministro Luiz Dulci, quando esteve aqui, como disse também o ex-presidente argentino Eduardo Duhalde, há necessidade de criar e ativar outros caminhos para, digamos, manter esse vínculo entre as equipes que controlam o Estado e as pessoas em geral. Então, há os fenômenos participativos, dos quais se falou um pouco aqui. Dulci falou muito claro sobre a importância que o presidente Lula atribui a esses outros modos, consultando, por exemplo, os sindicatos, prática que não é da ordem da democracia representativa, mas que não é tampouco contraditória. Também não, como se diz em Português...

Que pontos mais lhe chamaram a atenção nestes dias aqui?

Verón: Em poucas palavras eu disse esta manhã que um tema importante é a questão da profissionalização do campo político. Você pode imaginar o exército de especialistas - demógrafos, economistas, political scientists, psicólogos, comunicólogos, engenheiros e mais blá-blá-blá que participaram na preparação do projeto de governo de Obama. É um exército de pessoas, provavelmente centenas de pessoas. Isso é um meio técnico, de especialistas, e o problema com a função presidencial é que tudo isso tem que se concentrar numa única pessoa que, ademais, não é especialista em nada. No caso de Obama, que é um advogado, me parece, o que ele entende de economia, engenharia, de rodovias, de demografia, ele não sabe e isso é

um problema fundamental que creio que aqui [em Japaratinga] apareceu muito bem. Não houve resposta, mas o problema emergiu muito claramente e temos que trabalhar com esse problema no futuro. Isso me pareceu um dos temas mais importantes, sobretudo porque o tema do nosso colóquio era essa espécie de cristalização num corpo, num indivíduo, de todo um ... você imagina, teoricamente ao menos, as competências para a tomada de decisões presidenciais, como é que se fazem? Ora, os técnicos não são políticos, então há que articular de algum modo o movimento propriamente político com o sabertécnico...

Como se daria essa articulação?

Verón: Não se pode tratar de alternativas políticas com imposições técnicas, é impossível isso. Valores, objetivos, que tipo de país se quer, etc., isso é tarefa do político. Por isso pagamos aos políticos.

3. Segundo momento: A gigantesca e inconclusa obra de Verón (entrevista com Fausto Neto)

Como teórico Eliseo Verón sempre recusou a posição do condutor, e ele até poderia ser reconhecido como tal, isto é, como realizador de um corte, dadas as suas contribuições às teorias da comunicação. Ele propõe, via um longo trabalho de pesquisa e de formulação, rupturas muito importantes, sem situá-las a partir de uma posição autorreferente de mestre. Em lugar disso, a continuidade de uma obra cujas marcas iam anunciando o passo seguinte desse processo de deslocamento da comunicação das matrizes conscienciais, em suma, dos paradigmas que continuam, ainda, orientando a pesquisa desta disciplina.

Na entrevista a seguir, Antônio Fausto Neto, um dos mais completos pesquisadores brasileiros na área da comunicação/midiatização, fala do legado de Eliseo Verón e do que seria um dos pontos focais de sua contribuição para a compreensão dos processos comunicacionais, notadamente na

América Latina, ou seja, o deslocamento da semiótica - de uma engenharia interpretativa para o entendimento da complexa e infinita semiose humana.

Diz também das motivações primeiras para a criação do Centro Internacional de Semiótica e Comunicação, o CISECO, do qual é presidente, e faz uma crítica à burocratização das agências de fomento à pesquisa, que enseja a falta de solidariedade dentro das universidades.

Esta entrevista foi realizada presencialmente, gravada, duas semanas antes do início dos jogos da Copa do Mundo, durante o encontro da Compós, em Belém-PA. Foi concluída com a última questão feita por e-mail, duas semanas após o início do certame mundial. Dadas a atualidade e a intensidade do período da Copa, o autor da entrevista achou conveniente reincluir a temática, notadamente quanto à posição dos atores sociais na sua relação com a chamada grande mídia.

Concluindo a sua apreciação do trabalho de Verón, de quem foi amigo e parceiro de pesquisa por muitos anos, Fausto reflete sobre esse novo sujeito presente nos processos político-midiáticos, chamado habitualmente de receptor.

Antônio Fausto Neto é doutor em Sciences de La Communication et de L'information na École des Hautes Etudes en Sciences Sociales - França (1982), fez estudos de pós-doutorado na UFRJ - RJ (1990). É pesquisador 1A do CNPq; membro do Comitê Científico do CNPq (área de comunicação); Consultor ad hoc da CAPES, CNPq, Fundação Carlos Chagas. Professor titular da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), em São Leopoldo, Grande Porto Alegre; professor da Unifra; ex-professor nas: UFRJ, UFPb, UnB e PUC-Minas. Professor Colaborador do Mestrado Profissional em Jornalismo da UFPB Campus João Pessoa. Presidente do Centro Internacional de Semiótica e Comunicação (CISECO). Co-fundador da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Comunicação - Compós. Autor de vários livros, entre eles Mortes em derrapagem (1991); O impeachment da televisão (1995); Ensinando à TV Escola (2001); Desconstruindo os sentidos (2001); Lula Presidente - Televisão e política na campanha eleitoral (2003); O mundo das mídias (2004). Além de centenas de artigos, capítulos de livros, participação destacada em congressos.

4. A entrevista: Um ponto focal ou muito além?

Qual teria sido o ponto focal da contribuição de Verón para a pesquisa e a compreensão dos processos comunicacionais na América Latina?

Fausto Neto: É complicado tentar responder a essa questão, destacando ponto focal. Se quisermos falar de um ponto focal, mas atrelado a outros pontos, eu acho que foi o longo, gigantesco e inconcluso trabalho que Verón desenvolveu no sentido de retirar a semiótica de uma engenharia interpretativa, dura, através de um diálogo com certas disciplinas – a antropologia, a história, uma leitura marxiana de ótima qualidade, uma passagem por teorias de fundamentos psicológicos – quer dizer, um conjunto de disciplinas que representam não a fundação de uma semiótica, até porque Verón sempre recusou a colocar-se como fundador, negando uma fundação na medida em que os processos discursivos estariam sempre gerando novas ocorrências, que não seriam fundações, mas seriam pontos de nós em processos que dali dinamizariam novos processos e, conseqüentemente, novos nós. Verón sempre recusou essa noção de fundação e de fundador. Haveria um processo interminável e com os nós constituintes de certos momentos.

Pode explicar melhor esse deslocamento da semiótica?

Fausto Neto: Essa é uma questão importantíssima, o deslocamento da semiótica, feito por um trabalho muito longo, metucioso, artesanal e em diálogo com disciplinas e autores que foram caros para ele, como por exemplo, Gregory Bateson, Claude Lévi-Strauss, Émile Benveniste, Antoine Culioli e Charles Sanders Peirce. Foram espécies de andaimes sobre os quais se sustentou o projeto dele, que representa o deslocamento da semiótica para uma dimensão social. Daí, coincidentemente, os títulos das duas obras dele que aparecem em dois momentos, que são passagens e articulações, apesar de distantes no tempo. Uma, a *Semiiose Social 1*, que Verón escreveu em Paris, é a sua tese de doutoramento, e a segunda, que é o seu último livro, que ele escreveu exatamente um ano antes de morrer, que é o *Semiiose 2*. É um texto em que Verón retoma as questões de *Semiiose I*, vai

tentando reconstituir a história da midiatização, procurando compreender essa complexa semiose humana, do *Homo sapiens*, em que ele adensa capítulos que já tinha escrito, mas que vai retomando, para dizer, talvez, ‘estou aqui concluindo provisoriamente uma certa tarefa à qual me lancei no sentido de esboçar uma teoria da produção dos sentidos em termos sociais’.

Isso é uma coisa focal na obra de Verón, ela é processual, é longa, e quem não o lê com o sentido de um krónos não vai entender, não entenderá essa cronologia se não fizer uma relação com algumas questões que ele está levantando em períodos dessa cronologia, que são afins e relacionadas. Um período mais teórico, um período mais empírico, um período em que ele abre o tempo dele para fazer a pesquisa do funcionamento dos sentidos em práticas significantes, da vida social midiática. Ele faz a passagem da grande teoria para uma teoria aplicada, para aquela teoria dos empíricos objetivados, ou dos empíricos conceitualizantes, digamos assim.

Essa a obra de Verón sobre a qual ele nunca pleiteou fazer escola no sentido formal, de deixar seguidores no sentido de criar hierarquia ou confraria. Acompanhei Verón em diferentes momentos da vida dele e jamais o vi colocar-se, assim, no lugar do mestre, no sentido de condutor de um saber que fizesse uma escola funcionando em torno de cânones, hierarquias ou rituais.

Ao recusar a condição de fundador, Verón se aproxima de Foucault, na questão das formações discursivas, já que a fundação representaria uma ruptura, uma descontinuidade num conjunto de teorias?

Fausto Neto: Verón sempre recusou a posição do condutor, e ele até poderia ser reconhecido como tal, isto é, como realizador de um corte, dadas as suas contribuições às teorias da comunicação. Ele propõe, via um longo trabalho de pesquisa e de formulação, rupturas muito importantes, sem situá-las a partir de uma posição autorreferente de mestre. Em lugar disso, a continuidade de uma obra cujas marcas iam anunciando o passo seguinte desse processo de deslocamento da comunicação das matrizes conscienciais, em suma, dos paradigmas que continuam, ainda, orientando a pesquisa desta disciplina.

Isso se liga à própria personalidade dele, discreta, e às vezes até introvertida, mas também por uma questão teórica, ele lia isso à luz da própria semiotização, ou seja, de um processo no qual via o sujeito, mas sempre no interior de redes, não uma rede digital, mas as redes da semiose infinita. O sujeito não é esse lugar protagônico, mas alguém que está na rede, ativando e sendo ativado por ela, ativando passagens por processos em que certamente aí estariam acontecimentos, registros importantes. Vejo Verón mais desenvolvendo uma atividade reflexiva acerca disso, mas tomando como cenário o próprio trajeto da cadeia semiótica.

Em A Produção do Sentido, Verón faz uma aparente ironia a Foucault quando ele se refere a uma “arqueologia do saber europeu”. É uma crítica a um modo de pensar que ele conhecia muito bem, dado o tempo que ele viveu na França?

Fausto Neto: Posso deduzir que sim, porque, apesar de ele fazer daquele contexto parte significativa de sua vida - ele viveu na universidade europeia em vários momentos, com muitos embates junto a autores tidos como “vacas sagradas”, vários deles seus amigos, como Barthes e Christian Metz - eu quero acreditar que, de alguma maneira, quando Verón reporta-se a Foucault, ele se reporta no contexto do que representa a obra dele [de Foucault] no diálogo com a questão discursiva. Acho que essa observação é no sentido em que Foucault formula a sua Ordem do Discurso, mas dentro de um quadro cognitivo e um quadro cultural, onde a questão das instituições e do saber, da disciplina e das formações sociais, tudo isso era muito marcado por um ethos que tanto Foucault quanto Verón conheciam bem, mas que provavelmente Verón dizia, com isso, que escapava a Foucault uma compreensão, não diria universal, porém uma compreensão mais diversificada de formações sociais, como acho que é aquilo que ele, Verón, se propôs a fazer. Quando ele escreve sobre o discurso, ele faz um longo percurso, ele parte da filosofia, vai à sociologia por algum tempo, depois faz uma incursão por uma psicossociologia e na antropologia. Situa-se na referência de um processo histórico muito complexo, que é a Argentina, foi um dos líderes das traduções, na América do Sul, da obra de Lévi-Strauss, foi

um leitor fino de Benveniste, faz um deslocamento em direção a Bateson, desponta-se como um dos mais finos leitores de Peirce do ponto de vista de uma aproximação da obra deste grande pensador com a comunicação, e tudo isso sem perder o contato com os empíricos mais simples das discursividades sociais, no caso, a matéria significante midiática.

Então, Verón teve uma compreensão, digamos, de um cenário universal mais diversificado e mais amplo do que aquilo que foi o objeto e o próprio lugar de referência da obra foucauldiana, que foi um debruçar-se sobre a produção do saber na Europa nas suas mais diferentes fases. Há um texto dele [Verón] escrito, no livro *A produção do sentido*, onde ele faz uma discussão entre ideologia e poder e onde reconhece a importância da contribuição foucauldiana para as discussões sobre poder, mas imediatamente faz uma observação, mostrando que, além das formações discursivas foucauldianas, e tomando como empréstimo uma própria observação deste eminente pensador, manifestada no seu texto a Ordem do discurso: 'o criminoso deixa sempre as marcas do que fez em relação ao crime'; então, é através deste deslocamento de fixar-se nas marcas que a análise do discurso se faz, levando o analista à cena do crime; penso que ele dinamiza essa preocupação foucauldiana ao mostrar que é no trabalho sobre a análise do discurso - de suas marcas e pistas - que se movimenta o trabalho de descrição e funcionamento do discurso. Trata-se de uma compreensão desta disciplina, a análise do discurso, enquanto uma atividade muito mais densa e ampla do que a sua compreensão como apenas uma técnica. Nisso Verón concorda com Foucault longamente. A questão analítica do discurso é uma questão mais de fundo teórico, filosófico, sócio-antropológico e comunicacional do que um procedimento de intervenção do observador sobre o discurso. Por isso a compreensão do modelo de Verón é complicada porque ele não desenvolve uma atividade sobre as técnicas de análise do discurso, mas executa uma atividade reflexiva e elaborativa sobre a teoria dos discursos sociais, e quais são as contribuições que emanam para isso e que consequência se pode tirar deste processo, e do trabalho que se faz junto aos textos, enquanto materialidade discursiva.

Verón contribui significativamente para uma reflexão mais autônoma sobre os processos comunicacionais na América Latina. Esse processo é irreversível, isto é, os teóricos latino-americanos estão chegando a um momento de diálogo, em substituição à mera importação de fundamentos teóricos mais aplicados à Europa e aos Estados Unidos?

Fausto Neto: Eu acho que essa pergunta impõe o uso de processos comparativos complexos e também específicos, entre a trajetória brasileira nessa área - a da comunicação - e a trajetória europeia ou norte-americana. Eu acho que, no Brasil, o processo da institucionalização da comunicação, como disciplina, é um processo mais jovem, com contornos muito específicos e que passa por uma mistura de sopros das dimensões de política privada e estatal. Vendo esses 40 anos, pelo menos, o processo de institucionalização da área da comunicação, como pesquisa, como atividade de formação e como atividade estratégica, passa pela universidade, em suas diferentes fases, a partir dos anos 50 do século passado. Trata-se de uma área muito jovem se levarmos em conta essa periodização. E, enquanto uma sociedade receptora, sofremos os efeitos dos ventos que se deslocavam dos até então chamados “países centrais” aos cenários atuais. O cenário de uma circulação de ideias e capitais, etc., por conta da globalização hoje, que nos tira, de alguma forma, desse lugar totalmente periférico, segundo uma leitura da sociologia da dependência dos anos 60 e 70. Mas continuamos sendo ainda um país situado numa esfera de recepção de práticas editoriais, práticas de produção de conhecimento, de laboratórios e práticas de certos protocolos científicos. De um lado, somos ainda dependentes de hábitos de países já consolidados nessa questão, e hoje, mais do que nunca, estas referências aparecem sob outros contornos, quando nos são sugeridos os modelos não mais de países, mas de universidades com as quais devemos nos espelhar. Na prática, adquirindo os seus serviços, nos moldes de um outro processo de comercialização que envolve hoje, também, as questões relativas à transferência de conhecimento... de outro, graças às políticas públicas muito especiais, o Estado jogou parte de sua acumulação na definição de um modelo que pudesse gerar no País a institucionalização das áreas de conhecimento segundo a indução de programas que gerassem o sistema de pós-graduação. E com

esse sistema, as chamadas áreas de conhecimento, para se pensar um modelo de pesquisa e de formação de seus agentes, como foi o caso da comunicação, atribuindo-lhe um status de disciplina ou de uma área de formação.

E isso tem a ver com as políticas das agências nacionais, como Capes e CNPq, estimulando esses processos de formação de pós-doutorandos, pós-graduandos, tem a ver com a melhoria da produção editorial e de práticas de intercâmbios sob novas condições. Sem dúvida, existe essa materialidade construída no País, o parque de produção de conhecimentos, digamos assim; mas continuamos importadores não só de métodos, mas também importadores de problemas. Esta problemática, se distante, manifesta-se hoje com outras roupagens. Nesse sentido, não posso esquecer o editorial da revista *Lenguajes*, no seu número inaugural, que semiólogos argentinos editaram na virada dos anos 1970. Este fazia justamente essa crítica à questão central no debate sobre a dependência, isto é, somos um continente que importamos métodos e problemas a pesquisar.

De alguma forma, sob novas condições políticas e institucionais, este processo se mantém, e agravado com a ausência de um clima de objeções que se manifestariam pelo debate, reflexão e a produção de ideias. As novas condições de circulação do conhecimento nos põe em contato com novos mapas e novas problemáticas, mas os processos de recepção são frágeis, na ausência de práticas analíticas sobre problemáticas e temáticas diversas. Somos ainda um país receptor de teorias, muitas com um baixo exercício analítico de suas epistemes, na medida em que a lógica da produção tomou o lugar das lógicas reflexivas nos sistemas universitários. Certamente, começamos a criar um contraste com isso quando emergem os programas de pós-graduação, que trazem à tona essas questões; algo que vai, ainda, de modo lento...

Esse início de mudança se dá na área da comunicação ou nas demais áreas afins?

Fausto Neto: De modo geral, nas áreas das ciências humanas e sociais. Disciplinas como a sociologia e a filosofia fazem uma mudança de rotas com mais celeridade, talvez por suas características, suas singularidades nos modos de eleger e lidar com objetos e, por isso talvez, atingem um grau de autonomia maior do que a comunicação. Nós estamos passando por uma tensão: de um lado demos um salto, apresentando, graças à cultura da pós-graduação que se dissemina, uma elaboração mais autônoma, com um certo caminhar próprio, o que pode ser atestado quando parte da produção científica da área, no Brasil, se põe em contato com a de outras realidades. Mas, por outro lado, ainda é frágil o processo de diferenciação interna, daquilo que caracterizaria as identidades dos nossos programas de pós-graduação.

O efeito da globalização sobre a produção do conhecimento estabelece uma geleia geral quando observamos as propostas dos programas, as suas áreas de concentração, disciplinas, bibliografias, etc., e indiferenciação, muitas vezes, nas nomenclaturas dos programas. Todos os modelos estão nas prateleiras, mas o trabalho de situá-los, segundo demandas diferentes e propostas singulares, isso ainda fica a desejar. Fazemos uma boa coleta, mas o trabalho de classificar o produto da coleta fica devendo em termos de criatividade e de critérios críticos. Então, todos os referenciais passam a ser divisados sem fronteiras e sem indagações, porque todos estão postos na vitrine, com poucas diferenças e, talvez, o que pouco trata de diferenciá-los é justamente o critério de avaliações.

O trabalho metodológico e teórico é muito precário na área da comunicação, justamente pela dinamização que a globalização deixa no nosso mercado acadêmico, na referenciação de literatura, de questões e métodos que aportam todos os programas e todos os centros de pesquisa. Quais as consequências disso? Uma é: temos autonomia, temos um parque de conhecimento gigantesco, a produção já é expressiva quantitativamente, há protocolos interessantes, mas o processo de reflexão sobre o objeto da comunicação ainda é mimético e com sinais de criatividade ainda muito localizados. Usufruímos da autonomia de um modelo quando mostramos

marcas da existência de um parque, uma infraestrutura, uma plataforma da atividade onde se realiza esse projeto acadêmico-comunicacional, que são os nossos PPGs [Programas de Pós-Graduação], que já ultrapassam, certamente, a casa dos cinquenta. Mas do ponto de vista da produção e utilização de conhecimento, acho que temos ainda uma reflexão a fazer, em torno do desafio da diferenciação...

Essa autonomização do parque de conhecimentos ao lado desses problemas ainda relacionados ao que tu chamas de mimetismo têm a ver, certamente, com a crescente autonomização da sociedade brasileira, como um todo, frente às economias já consolidadas...

Fausto Neto: Vou pensar em voz alta: acho que a ciência foi muito criativa em alguns aspectos, e mesmo durante o ciclo militar conseguiu-se formular hábitos de trabalhar que eram instigantes e criativos. Centenas de jovens pós-graduandos, em torno de velhos e novos mestres, fizeram da universidade um lugar de inquietação e de estudo. Lembro-me da Universidade de Brasília, onde fiz meu mestrado. Os seus cursos eram uma matriz de muitos debates. O reitor da UNB era um capitão-de-mar-e-guerra, mas nós tínhamos professores como José Guilherme Merchior, Edmar Bacha, hoje economista do PSDB, eram cursos densamente frequentados. O ex-senador e professor da UNB, Lauro Campos, dava um curso sobre Marx, denso e com muita discussão, e frequentado por alunos que se tornaram eminentes técnicos, hoje formuladores de políticas públicas e de instituições privadas. Era uma vida experimental e especulativa, de perguntas mais ativas, de resistências e enfrentamentos aos cerceamentos institucionais e políticos.

Esse panorama era mais instigante do que essa atividade burocratizante, normativa e repetitiva por que passa hoje a universidade. A universidade lidou, até um certo momento, com o problema da autonomia universitária em termos pedagógico e financeiro e fizemos dessa questão uma palavra de ordem, com boas reflexões e contributos às políticas educacionais e, particularmente, das instituições universitárias. Hoje, estas questões, praticamente, estão naturalizadas! Hoje não temos autonomia financeira por vários motivos, dentre eles o modelo da responsabilidade fiscal, que centraliza a noção e a

filosofia dos gastos. E não temos autonomia pedagógica porque as agências especializadas se tornaram agências reguladoras, intervindo em várias áreas; as que intervêm sobre temas da água, da telefonia, da informática, da aviação, medicamentos, etc., e também aquelas que intervêm na área do saber. Elas avocaram a si as definições e a fiscalização de políticas públicas, como as da área da educação, transformando, na prática, o status das universidades em lugar de agências no sentido literal do termo. Aquelas funcionam agora na seguinte lógica: ‘Ora, como eu tenho o dinheiro, eu tenho também a capacidade de regular as condições de implemento do dinheiro, tenho as condições de designar os destinatários de seus usos, fixar os critérios de sua aplicação, definir sua rentabilidade simbólica, em suma, os próprios processos de reconhecimento das atividades da universidade. Por exemplo, nós estamos hoje entregues às lógicas da produtividade e de um reconhecimento feito por instâncias mediadoras que retiram da universidade a singularidade de sua razão de ser.

Este fato produz muitos efeitos, como por exemplo: as universidades eram reconhecidas pela existência, aqui [na Universidade Federal do Pará] do professor Benedito Nunes e de outros eminentes mestres, e não pela sua inserção no ranqueamento quantitativo. Então saímos de uma lógica de produtividade para uma outra, que expelle um conjunto de dimensões culturais e ideológicas importantes, enquanto estratégias de reconhecimento da universidade. E a universidade passa a incorporar, na sua prática, a tal ponto, essa atividade regulatória, ao eleger suas manifestações simbólicas de autorreferência através destas mesmas lógicas. Nela desaparece também algo que se chama de “solidariedade horizontal” nas suas rotinas pedagógicas e no lugar desta a relação autista do pesquisador com o sistema avaliador... Seu ideal e meta é fazer seu relatório chegar à agência financiadora, como destino final.

O produtivismo criando entraves à produção...

Fausto Neto: Sim, na medida em que o produtivismo coloca uma série de precondições para que se produza, para que se organize um grupo, para que se possa simbolicamente reconhecer o que é a pesquisa na universidade.

Há cânones dentro das agências dizendo o que é pesquisa. O fluxo do conhecimento é regulado por mecanismos intrínsecos à nova ordem mundial no seu aspecto econômico, político e cultural e isso faz com que a geração de conhecimento seja atravessada por muitos óbices ou mediações. É nesse sentido que emergem duas posturas em relação à universidade: a daqueles que se engajam nessa ordem de entrar na lógica do ranqueamento, como a dizer 'eu dou as costas para a minha universidade porque estou preocupado com os meus indicadores', e a outra postura é um ponto de vista entre o cético, embora desafiador, que se volta para inventar um novo estilo de pensar e de fazer circular ideias. Talvez esta energia esteja situada nas universidades, em suas periferias, como núcleos de pesquisa, etc., e quem sabe, no CISECO, que seriam sintomas destas novas potencialidades?

Nesse contexto que colocaste, pode explicar o que é o CISECO?

Fausto Neto: O CISECO é um projeto nascido da cabeça do Verón, de um homem já com mais de 60 anos e décadas de academia e de pesquisa, e que se via cético em relação a um modelo de universidade, isto é, cético em relação a essas lógicas avaliadoras e da organização do conhecimento. Ele conhecia bem esta questão porque a vinha estudando através de relatórios muito densos e atuais, feitos em conjunturas europeias e norte-americanas. Conhecia também os formatos de novos coletivos, reunindo figuras de diferentes áreas de conhecimentos, que se reuniam em torno de colóquios, etc., para debater temáticas de questões que, de uma forma ou de outra, entraram nas preocupações das grandes agências internacionais, universitárias ou não). Podemos exemplificar o que dizemos com a experiência dos Colloques de Cerisy, na França. É curioso porque, quando Verón volta à Argentina, depois de longos anos na França, ele vai para a Universidade de San Andrés - uma universidade privada e com bons pensadores, que produz coisas muito boas e compartilhadas com o interesse social. Ali ele estava muito feliz porque estava tentando, naquele contexto de crise no país, redesenhar um formato de diálogo da universidade com a sociedade local. Quando ele recebeu o título de emérito, há dois anos, continuou trabalhando ações estratégicas da universidade, com novos projetos emergentes. Verón pensava como a

universidade pode potencializar as suas inteligências para formular projetos diante dessa mesmice neste mundo cético que está aí.

Uma das preocupações de Verón, dentro dos processos midiáticos, e tua também há muitos anos, é uma ressituação do assim chamado receptor. Onde está hoje o receptor, particularmente no Brasil às vésperas da Copa, da “guerra eleitoral” e do facebook, como se vê na recente capa da revista Carta Capital?

Fausto Neto: Deixe-me fazer um parênteses em relação às questões anteriores: existiu no Brasil uma geração empreendedora que, entre as décadas 70 e 80 do século passado, esteve à frente de entidades científicas, representantes de várias áreas de conhecimento, e que ofereceram ao estado uma excelente contribuição para suas políticas, como a de desenvolvimento da ciência e da tecnologia, educação superior, etc. A universidade ofereceu o seu capital de inteligência para assessorar as políticas de Estado a fim de fazer das agências alguma coisa a serviço da atividade de pesquisa. Só que, como o modelo mudou, o modelo de concepção do Estado, com o neoliberalismo, etc., com isso a natureza desta tecno-assessoria mudou, e o melhor exemplo é que desapareceu deste cenário a figura protagônica de representantes das sociedades científicas de diferentes áreas do conhecimento.

Sobre o receptor: nós pensamos a teoria da comunicação sempre na perspectiva do nicho de produção, da oferta de mensagens, e que essa oferta geraria efeitos nos moldes em que ela foi ofertada. Quando nós começamos a pensar o receptor do ponto de vista da pesquisa administrada nos Estados Unidos, pensamos o receptor na perspectiva de uma lógica de produção. Quando dizemos ‘o receptor é ativo’, é ativo em relação a quê? Há uma reação que ele faz àquilo que lhe oferta a produção. Então, nós começamos a nos mexer, reconhecendo o receptor como instância que trabalha. Esta primeira percepção já funcionaria no contexto de uma sociologia administrada ou compreensiva de origem norte-americana de que o receptor age, porém circunscrita a esse universo de uma epistemologia acionalista, funcional, etc. Quando a semiótica se autonomiza, se desprende do modelo teórico da matemática, da informação e das teorias imanentes do texto, vai colocar

outro problema que vai ajudar a qualificar a existência do receptor, que é o seguinte: existe discurso na instância da produção e existe discurso na recepção, que não é o mesmo da produção, porque esses dois pólos trabalham segundo lógicas não convergentes, na medida em que tralham horizontes, postulados, ideologias e problemáticas divergentes. Nessas condições suas articulações são de caráter assimétrico e seus efeitos não são sabidos previa e linearmente, conforme postula a teoria da ação social.

Verón desenvolveu a teoria da produção e do reconhecimento, nome este que ele deu à recepção, afirmando a atividade destes dois pólos...

Fausto Neto: ... Nisso Verón foi um solitário. Sim, esses dois pólos trabalham numa perspectiva de indeterminação - isto não corresponde àquilo necessariamente - e ele desenvolve um conjunto de trabalhos dentre os quais a noção de “contrato de leitura” para mostrar qual o cenário de uma nova epistemologia para se rever o receptor. Ele desenvolve o conceito de apropriação, isto é, de que modo o receptor se apropria da oferta. E aí nós temos algumas tentativas muito localizadas, no contexto do Brasil, no Rio de Janeiro, um pouco em Brasília, em São Leopoldo-RS, tentando trabalhar nesse marco teórico-epistemológico que Verón ofereceu como cenário de pesquisa.

E qual o fundamento dessa mudança, por que buscar esse novo marco?

Fausto Neto: O que muda e radicaliza é a complexificação do processo comunicacional, pela atividade da midiatização, que transforma intensamente tecnologia em meios, crescentemente. E essa transformação de meios também muda as características do protocolo interacional, ao radicalizar a relação “produção/recepção” na medida em que estes postos passam a se constituir numa nova dinâmica, aqui denominada como de circulação discursiva. Tal dinâmica trata de apontar não só essa assimetria, essa indeterminação produção-recepção, conforme acima enfatizado, mas de perceber que esses dois polos gozam de manejos distintos sobre a esfera tecnodiscursiva; e este fenômeno se torna mais complexo com a transformação da internet

em meio, e em cujo contexto produtores e receptores estão articulados em torno de estratégias aparentemente simetrizantes, mas algo que não dissolve as lógicas sobre as quais se edificam as estratégias, os processos e interesses de contatos entre eles. Essa é a primeira hipótese heurística que esse caldo teórico coloca.

Mas podemos ir mais em frente, dizendo o seguinte: esses dois pólos estão ressitoados no ambiente da circulação, mas as possibilidades de autonomia na organização dos seus contatos é relativa, porque quem organiza a interação, o espaço e o ritual interacional é o nicho industrial comunicativo, que detém esses processos nas suas mãos. Neste sentido, há poucas mudanças entre uma complexa empresa comunicacional como uma Rede Globo de Televisão e o Facebook. Esse nicho midiático-industrial seja situado ou não também no ambiente da internet, e os receptores, enquanto atores sociais, também já situados nesse cenário seminal, eles têm autonomia relativa nesse novo polo de relações. Os dois usam lógicas diferenciais nos seus contatos interacionais, de um lado as lógicas industriais e, de outro, a de coletivos, fragmentados em situação de recepção. É com base nesta disjunção e distinção que se organiza o trabalho de produção de sentidos no contexto da sociedade em vias de mediatização. É a partir daí que ocorrem as possibilidades de dissensos, de estratégias desviantes e de leituras distintas que resultam do trabalho interpretativo que os coletivos (chamados de receptores) fazem da oferta comunicativa, por parte dos meios industriais e tecnológicos.

E onde está hoje o campo protagônico?

Fausto Neto: Na paisagem tradicional, a mídia tinha um lugar protagônico no sentido de organizar a interação social. Acontece que, com a intensificação de tecnologias, na forma de meios, por conta da emergência das tecnologias digitais, o processo desloca a força dos meios e a coloca nas mãos da sociedade, que passa a dispor de operações de mídias. Em termos de uso, cidadãos têm acesso aos bancos de dado, mas o acesso ao nicho comunicacional dominante, clássico, esse acesso passa por certas organizações que são definidas pelo nicho industrial. Quando esse nicho tecno-industrial

percebe que a midiatização das redes sociais avança e que os atores sociais passam a falar entre si, a partir das redes, esse campo industrial se desloca, com seus atores e as suas tecnologias, via *fanpage*, por exemplo, lá para as redes sociais e vai dialogar com os atores sociais lá na ponta ou nos âmbitos dos dispositivos ...

E isso sem perder a característica de nicho clássico...

FaustoNeto: Sim, desenvolvem uma série de estratégias do tipo ‘estou aqui, mas estou lá também, vou pra lá, me esperem lá’, radicalizando essa zona de contato para permanecer em contato com os atores sociais e, sob certas condições, com esses atores sociais sob vigilância. Ou seja, a recepção se transforma por outro processo de qualificação e que se constitui por dois aspectos: há uma simetria de outra ordem, não totalmente complementar, e não há indicação de que esse nicho tecno-industrial tenha saído totalmente de sua configuração clássica. Por outras palavras, diria a boa sociologia luhmanniana: de um lado, os sistemas continuam vigendo, e o sistema midiático tem autonomia para construir a sua própria realidade, mas significa que, em oposição a eles – esses sistemas sociais autônomos – aqui se organiza, de outra forma, no caso, a ambiência da sociedade.

Essa é a anatomia da sociedade em vias de midiatização, articulando sob novas formas assimétricas, sistemas e indivíduos, mostra que estamos em um processo de incompletude, ou seja, a midiatização não esgotou ainda a sua processualidade. Seu ritmo segue em frente, mostrando mais divergências e complexidades do que convergências, conforme apregoam os teóricos das novas tecnologias. Significa que não é um processo completo ainda. Alguns dizem: é o fim dos meios clássicos, outros dizem não, os meios clássicos se mantêm onde estão, mas avançando para certos processos interacionais, criando zonas de articulação e acoplamento, como diria Niklas Luhmann, com os atores sociais que, a seu turno, também instalados no território dessa sociedade midiática, movem (na forma de jornalistas, colaboradores participativos, o amador que participa da formulação da notícia, por exemplo, do tipo Mídia Ninja). Na realidade, nós precisamos evacuar da construção teórica o chamado modelo de rede dos engenheiros

para pensar na complexificação gerada por essas tecnologias que afetam a ambiência como um todo e pensar sobre quais são os efeitos disso tudo sobre as instituições midiáticas ou não midiáticas e a relação delas com os atores sociais e vice-versa.

Qual o fulcro dessa complexificação?

Fausto Neto: Grande parte de alguns artefatos desse capital, que hoje se entroniza na organização social e midiaticizada, não está nas mãos apenas dos meios, mas nas mãos dos atores sociais, todos nós. Isso relança, de outra forma, a nomeação do receptor, que é o receptor que não está à espera do jornal do dia seguinte, nem da emissão da televisão, mas é aquele que está agindo como parte da ecologia dos sistemas, inclusive, ao mesmo tempo em que ele vai ver a novela, ele grava, escuta, ele é um interator, e isso é a sua nova atividade no âmbito da ecologia da comunicação.

Pode-se apontar uma diferença de fundo entre este receptor das manifestações de junho de 2013 e de agora às vésperas da Copa do Mundo, e aquele de 2003, quando tu e o Verón organizaram o livro “Lula presidente. Televisão e política na campanha eleitoral”?

Fausto Neto: De alguma forma, talvez, em 2003 nós estávamos fazendo a passagem de um outro estágio da sociedade dos meios para a sociedade em vias de midiaticização. Naquele momento o grande operador referencial da eleição foi a televisão, na qual os atores ingressavam para produzir uma interpelação do discurso político ainda que ritualizado pela gramática midiática. Exemplificando: quando a Globo abre o debate político, cede a palavra aos candidatos, mas sob a regulação televisiva, convida também eleitores selecionados para, no palco televisivo, formular um diálogo, uma interação com os candidatos. Nesse processo, a televisão deixa de ser a janela pela qual vemos o mundo, mas a porta na qual nós ingressamos para co-construirmos, na televisão, o mundo, uma realidade pronta. Nesse momento histórico nós estamos ainda, ali, terminando a passagem para o terceiro estágio da televisão - da páleo à neo-televisão e, num terceiro momento, marcas de um singular estágio da midiaticização das práticas sociais. Ao chamar também

os eleitores para o programa, a televisão como que diz: ‘aqui também se faz uma atividade de contato entre os eleitores e os candidatos’.

Como vencedor daquela eleição de 2003, qual foi a compreensão, no aspecto político, desse processo novo, por parte do Lula?

Fausto Neto: Tenho uma hipótese: acho que o Lula fez com muita competência uma campanha com a clara compreensão do que seja o tempo de gestão da campanha do que seria o tempo de gestão de governo, momentos diferentes. O tempo da gestão de campanha é chamado tempo curto, igual ao tempo da Copa do Mundo. O Lula abandona a estratégia antiga, o velho sindicalismo, e aceita novos partidos como aliados, ocupa os meios recusando todas as estratégias de enunciação próprias dos meios - e isso ele faz com muita competência para não cair na armadilha dos meios - recusa entrevistas, deixa a cadeira vazia no estúdio em que faltou ao debate, não se importa com os espaços em branco nos jornais à falta de suas respostas às entrevistas. Ele não ocupa esse espaço que lhe é ofertado pelas grandes mídias para a produção de uma interação sobre a qual as mídias teriam o controle, do tipo: ‘você pode falar o que quiser, porém o mas final é nosso’. Lula escapa dessa jogada, fazendo um outro jogo de enunciação, usufruindo, de maneira muito singular da lógica da midiatização, sem entrar na lógica dos sistemas midiáticos.

E quanto ao tempo de gestão, como presidente?

Fausto Neto: Quando ele assume, ele faz a passagem para a tentativa de viver uma experiência política midiatizada, nos quatro anos de mandato. Aí advém a crise, mas ele ocupa o lugar da crise e deu certo, dizendo “nós vamos vencer essa”, tanto que ele é acusado de língua solta, o discurso do Lula fala ao mundo, ocupa um lugar internacional e, ao mesmo tempo, Lula e seu grupo conseguem elaborar uma estratégia econômica que é o retorno ao mercado interno, e que no curto prazo era aquilo mesmo, ou seja, criar as condições para o mercado interno consumir, e deu certo. E nunca um presidente saiu tão bem avaliado como ele saiu para um segundo mandato. O segundo mandato traz uma mudança de gestão e também o

problema da crise de 2008, com o esgotamento do modelo de intervenção do Estado. Exauriu o país, tem reservas mas não pode continuar assim; a atividade econômica não funciona, há que haver algumas concertações...

E hoje, com a internet, como se dá esse processo mídia-política?

Fausto Neto: Com a internet, há uma radicalização desses processos com transformações da mediação, e as estruturas mediadoras do jornalismo entram em crise. O campo político dispensa a mediação jornalística e fala diretamente com a sociedade, porque a sociedade está ligada aos mesmos mecanismos a que estão ligados outros campos, inclusive nas redes sociais, etc. E qual foi a reação da Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP) sobre os estilos de contatos dos presidentes Correa [presidente do Equador], de Evo Morales [presidente da Bolívia] e Chaves, da Venezuela), foi dizer que as liberdades estavam ameaçadas, porque a SIP defende a importância da ritualização mediadora da imprensa e do jornalista como dispositivo de interação, e mesmo, regulação social. O jornalista é um regulador, assim como a imprensa como um todo, segundo seus ritos e regras de produção de sentido. Ora, se se retira de cena esse aparato mediador e regulador histórico, clássico, isso mexe com regras as sobre as quais se assentam as interações institucionais.

A mídia brasileira acha-se no centro de um debate intenso, notadamente nas redes digitais, como responsável por agendar à sociedade nacional e pautar à mídia estrangeira um potencial fracasso da Copa do Mundo, o que, segundo inúmeras análises, traria dificuldades político-eleitorais ao atual governo e ao PT. Percebeu-se que os jogos tiveram início num ambiente de transparente desânimo geral dos brasileiros. No entanto, transcorridas duas semanas do certame esportivo, verifica-se uma espécie de esquecimento dos aspectos negativos enfatizados nos noticiários sobretudo da televisão. Ontem (26/06), por exemplo, o JN da Rede Globo tentou retirar de si a responsabilidade por essas previsões negativas, creditando-as à mídia internacional. Hoje, tanto a TV brasileira quanto a estrangeira elogiam, de modo geral, a organização

e o desenrolar dos jogos. A capa da revista Veja, em seu último número, fala que a Copa “é só alegria”. Na tua análise, a que se deve essa mudança discursiva? Partindo das reflexões de Verón e das tuas próprias, após esta Copa os teóricos da comunicação terão um trabalho específico no sentido de aprofundar a busca de uma nova posição do chamado receptor no âmbito do processo de midiaticização da sociedade? A crescente e maciça introdução da comunicação via redes digitais estaria provocando um furacão nos sistemas empresariais? O que há de novo nesse lugar/sujeito da midiaticização, tradicionalmente chamado de receptor?

Fausto Neto: Vivemos uma ecologia complexa na qual os acontecimentos estão interligados, particularmente tratando-se de uma Copa do Mundo que envolve ações e interesses de vários campos sociais: esportivo, político, publicitário, midiático, segurança, diplomático, etc. Tal articulação se complexifica no contexto da sociedade midiaticizada, na qual todas as práticas sociais se conectam ou se afetam por referências e operações midiáticas.

A Copa, particularmente, está atravessada por uma multiplicidade de agendas, especialmente aquelas de natureza política e midiática que atraem para si dinâmicas que eclodem e circulam de outras instâncias. Recordemos os seguintes momentos que, de alguma forma, chamam atenção para estas conjunturas: em um primeiro momento, os sistemas sociais de modo geral - inclusive o midiático, aprovam a disponibilidade do país em fazer a Copa aqui, elogiando, inclusive, a adesão do governo brasileiro para tais fins. Entretanto, as agendas se cruzam e as mídias têm sempre uma atitude adaptativa em relação a outras agendas, especialmente quando as mesmas suscitam e desafiam a sua autonomia e suas “idealidades fiscalizatórias”. É o momento no qual elas exteriorizariam também seus vínculos e/ou preferências políticas, etc. Este é o segundo momento, marcado pela exteriorização da agenda política, momento em que coberturas sobre a realização da Copa e da política se cruzam, quando o tema das manifestações de junho de 2013 e a da Copa das Confederações se cruzam. Este cruzamento se consolida nesta fase que corresponde à realização da Copa propriamente dita, quando, de fato, se destaca um amplo e sistemático trabalho de tematização de questões,

cruzando política, economia e esporte, pondo em risco a realização deste acontecimento.

Se lermos analistas de mídias, que analisaram as coberturas jornalísticas, em alguns destes períodos, observaremos que destacam o que chamam de uma “postura esquizofrênica” por parte de algumas mídias jornalísticas: de um lado, colar os temas das manifestações de 2013 e as mais recentes com as questões sociais, enfatizando a incapacidade do governo em enfrentar tais questões, etc., algo que poria em risco a Copa. De outro lado, a necessidade de redesenhar esta natureza de coberturas tendo em vista o que representariam os efeitos das mesmas sobre os seus próprios negócios publicitários e comerciais associados à realização da Copa.

Destacamos, novamente, a “capacidade adaptativa das mídias” em relação às agendas, mas também para o fato de que muitos acontecimentos e suas dinâmicas não dependem apenas do trabalho discursivo dos dispositivos midiáticos. Para além desta dimensão, há outros mecanismos de midiatização (que permeiam a organização social como um todo) que transcendem às operações específicas das mídias. Este aspecto está associado ao modo de desenvolvimento da Copa, quando no lugar da “catástrofe anunciada” vemos a Copa se desenrolando num clima de muitos conagraçamentos, festividades, etc. Ou seja, outros rituais e suas gramáticas estruturam o acontecimento, impondo-lhe um desenrolar que retira de cena a “profecia autorrealizante midiática”.

Práticas diversas, emanadas pelos atores sociais (o que chamamos aqui de receptores) dão um outro contorno à tematização pré-semantizada pelas mídias, o que faz com que a agenda de inviabilização da Copa se torne “poeira”. O que evidencia o surgimento de uma nova nuvem, no lugar da poeira, é justamente esta última fase, quando a “vocaçao adaptativa midiática” tem que se curvar à dinâmica que vem do corpo social, das massas, segundo a construção e direção que os atores sociais dão ao acontecimento. Estas deslocam o acontecimento dos valores-notícias pré-eleitos e da racionalidade autorreferente de cada mídia, para outras racionalidades, subjetividades e lógicas, cujo teor não se dá a conhecer antes, e nem podem ser captadas a priori pelos sistemas de inteligibilidades midiáticos. Estes grandes acontecimentos

que se realizam segundo um intenso trânsito de sentidos, tem no “homem ordinário” o seu vetor principal. São signos que extrapolam e mostram que o acontecimento se engendra nas ruas - ou nos entornos das mídias. E, neste caso, contrariam rotinas, tematizações e “contratos de leituras” de cada mídia.

Capítulo 2



O Antidiário de Winston: Algumas relações entre linguagem e poder em “1984”

Livia Lopes Barbosa

Resumo

Estudo comparativo entre o romance de George Orwell, “1984”, e o filme homônimo nele inspirado, tendo como operador comum o diário do personagem Winston Smith. Buscou demonstrar de que modo se dá a transposição sógnica destas passagens para a forma fílmica, do romance do escritor inglês, mencionando o diário de Winston. Faz atentar, ainda, para de que modo se reflete, na linguagem verbal e imagética, o poder totalitário e opressivo que cerca o universo de Winston e a subversão a que é submetido o papel tradicional do diário em seu caráter documental e confessional. Para alcançar esses objetivos, este ensaio baseou-se teoricamente no conceito de tradução intersemiótica de Julio Plaza e nas ideias de Michel Foucault, Zygmunt Bauman e Henri Bergson sobre vigilância e punição, ordem e pureza e sobre memória como registro e construção, respectivamente. Conclui pelo papel do diário como território de marcas, ausências e fragmentos, como fragmentária é a memória e a linguagem, cujo esfacelamento ensejado pela pressão ditatorial não deixa de assinalar, pelas frestas do não dito, o libelo em que se torna contra o poder tirânico.

Palavras-chave: Diário; Poder; Fragmentação da linguagem.

*Ele já estava morto, refletiu. Pareceu-lhe que só agora,
depois de começar a formular suas ideias, dera o passo decisivo.
As conseqüências de cada ato são incluídas no próprio ato. Escreveu:
Crimidéia não acarreta a morte: crimidéia É a morte.
George Orwell in 1984*

No futurístico, então, ano de 1984 (o romance homônimo de George Orwell, pseudônimo de Eric Arthur Blair – fora escrito em 1948 –, é distopia que retrata o mundo futuro dominado por um regime totalitário e pela mentira), uma Londres de “apodrecidas casas do século dezenove, os flancos reforçados com espeques de madeira, janelas com remendos de cartolina e os telhados com chapa de ferro corrugado, e os muros doidos dos jardins, descaindo em todas as direções” convive com “as crateras de bombas onde o pó de reboco revolteava no ar e o mato crescia ao acaso sobre os montes de escombros; e os lugares onde as bombas haviam aberto clareiras maiores e tinham nascido sórdidas colônias de choças de madeira que mais pareciam galinheiros”, fazendo com que o protagonista Winston Smith se perguntasse se a cidade haveria tido sempre aquele aspecto. Londres era agora a cidade principal da Pista Nº 1 (antigas Ilhas Britânicas), por sua vez a terceira entre as mais populosas províncias da Oceânia, na nova divisão política mundial, correspondente ao conjunto dos antigos continentes de todas as Américas, as Ilhas Britânicas, a Oceania e o sul da África.

A Oceânia é formada por uma sociedade na qual todos são constantemente vigiados pelas sempre presentes teletelas e subjugada pelo Grande Irmão, tirano que exerce seu controle, sobretudo, através de duas estratégias: a primeira, o *duplipensar*, a capacidade de fazer conviver dentro de si, simultaneamente, duas convicções contraditórias, aceitando-as ambas. Este processo deve ser consciente ou não se dará com suficiente precisão, mas, também, inconsciente, ou acarretará um sentimento de falsidade e, portanto, de culpa. O *duplipensar* requer disciplina feroz, mediante a qual cada um é levado a aceitar incondicionalmente tudo aquilo que o Partido diz; a segunda estratégia relaciona-se com a criação de uma nova língua - a Novilíngua. O Partido consegue, desta forma, aumentar o seu poder, fazendo desaparecer conceitos “inconvenientes”, que possam pôr em dúvida a sua eficácia, questionar a sua legitimidade, regras e mecanismos.

Omês de abril, em que Winston nos é apresentado, é mês de meio de primavera. No entanto, nada nos remete à estação das flores, na descrição de um ambiente cinza, frio, poeirento e em ruínas, como visto. Nesta Londres decadente, Winston mora em um prédio cuja aparência reflete a cidade e

que ironicamente se chama Mansão Vitória, lugar em que o “saguão cheirava a repolho cozido e a capacho de trapos”. Impossível não perceber a quase ostensiva relação entre lugar, personagem e a figura política do primeiro-ministro inglês Winston Churchill e seu conhecido sinal de vitória, um “V” desenhado com os dedos, ao incitar o povo inglês à resistência contra a ofensiva nazista, durante a Segunda Grande Guerra, e sua ameaça totalitária. Mais irônica ainda é a comparação, quando se observa que “Winston” é prenome de origem britânica, cujo significado é “torre da vitória” (ORIGIN, 2011). “Smith”, por sua vez, além de nome próprio é, também, substantivo comum, significando “ferreiro”, “aquele que forja”. O nome da personagem, assim, designa “aquele que forja a torre da vitória” e, nada mais distante, na frágil figura do protagonista, do ideal do herói inspirador das massas. Winston é um homem insignificante, referido, ao longo do texto, principalmente por seu prenome, o que o torna ainda mais desimportante, sem o apoio do nome de família que poderia, eventualmente, individualizá-lo; mesmo este sobrenome é igualmente comum, tornando o personagem anódino em meio à multidão de outros habitantes da cidade, ausência de destaque reforçada pelo uso de um macacão azul escuro, uniforme do Partido.

A Nova Ordem, instaurada pelo governo ditatorial, prevê o controle absoluto dos cidadãos. Esse controle onipresente traduz-se não somente nos cartazes, onde, sob a figura de um homem de bigodes há os dizeres *Big Brother is watching you* (que, em inglês, oferece dupla leitura, uma vez que o verbo *watch* tanto quer dizer “cuidar”, “velar por”, quanto “vigiar”): o controle faz-se, também, pelos mais variados instrumentos, dentre os quais a *teletela*, aparelho capaz de receber e transmitir simultaneamente sons e imagens, encontrada em todos os lugares, inclusive nos espaços supostamente privados. Desse modo, qualquer ruído produzido por Winston em sua casa é facilmente captado pelo aparelho; e, enquanto permaneça no campo de visão da placa metálica, pode ser visto, igualmente. Como nunca se está certo quanto a quando o aparelho está ligado, acaba-se por internalizar um estado de permanente autocontrole, no temor de ser surpreendido em qualquer palavra ou ação condenável pelo Partido. À maneira do Panóptico de Bentham, de que nos fala Michel Foucault, em *Vigiar e Punir*:

Quem está submetido a um campo de visibilidade, e sabe disso, retoma por sua conta as limitações do poder; fá-las funcionar espontaneamente sobre si mesmo; inscreve em si a relação de poder na qual ele desempenha simultaneamente os dois papéis; torna-se o princípio de sua própria sujeição. Em consequência disso mesmo, o poder externo, por seu lado, pode-se aliviar de seus fardos físicos; tende ao incorpóreo; e quanto mais se aproxima desse limite, mais esses efeitos são constantes, profundos, adquiridos em caráter definitivo e continuamente recomeçados: vitória perpétua que evita qualquer defrontamento físico e está sempre decidida por antecipação. (FOUCAULT, 1987: 226).

Além dessa internalização progressiva da vigilância, que em algum momento poderá até passar a dispensar a vigilância ostensiva externa, Zygmunt Bauman, citando Mary Douglas em seu livro *Purity and Danger*, faz atentar para o fato de que esse campo de controle e a manutenção de visibilidade que se afigura como um de seus instrumentos envolvem a necessidade de “limpeza”, leia-se “manutenção da ordem”. Algo está fora de lugar ou ameaça invadir lugares inapropriados para os organizadores do ambiente, da poeira às pragas, da sujeira aos terroristas. Dessa forma, “Varrer o assoalho e estigmatizar os traidores ou expulsar os estranhos parecem provir do mesmo motivo de preservação da ordem, de tornar ou conservar o ambiente compreensível e propício à ação sensata.” (BAUMAN, 1998, p. 16)

Complementa Bauman:

[...] entre as numerosas purificações da “sujeira”, capaz de minar padrões, um caso – sociologicamente falando – é de importância muito especial e, na verdade, única: a saber, aquele em que são outros seres humanos que são concebidos como um obstáculo para a apropriada “organização do ambiente”; em que, em outras palavras, é uma outra pessoa ou, mais especificamente, uma certa categoria de outra pessoa, que se torna “sujeira” e é tratada como tal. (BAUMAN, 1998: 17 - aspas e grifos do autor)

É em meio a esse panorama que Winston resolve iniciar um diário. Como fazê-lo num contexto tão repressivo, escapando à vigilância aparentemente ininterrupta? É que, em seu apartamento,

Por um motivo qualquer, a teletela da sala fora colocada em posição fora do comum. Em vez de ser colocada, como era normal, na parede do fundo, donde poderia dominar todo o aposento, fora posta na parede mais longa, diante da janela. A um dos seus lados ficava a pequena reentrância onde Winston estava agora sentado, e que, na construção do edifício, fora provavelmente destinada a uma estante de livros. Sentando-se nessa alcova, e mantendo-se junto à parede, Winston conseguia ficar fora do alcance da teletela, pelo menos no que respeitava à vista. Naturalmente, podia ser ouvido, mas, contanto que permanecesse naquela posição, não podia ser visto. Em parte, fora a extraordinária topografia do cômodo que lhe sugerira o que agora se dispunha a fazer. (ORWELL, 1978: 11)

É nessa espécie de “toca”, portanto, nessa literalmente fenda do sistema, que Winston se refugia para escrever, entre o medo e a irresistível tentação de recobrar a própria voz. Ainda impulsionou Winston o desejo quase sensual de inscrever-se, pela escrita desacostumada à prática fora dos ditames do Partido, na bela materialidade do papel. O caderno é descrito como possuindo lombada vermelha e capa de cartolina mármore, sedutor pela potencialidade traduzida nas páginas ainda em branco e o recém-adquirido objeto delicia o novo dono:

Era um livro lindo. O papel macio, cor de creme, ligeiramente amarelado pelo tempo, era de um tipo que não se fabricava havia pelo menos quarenta anos. Era de ver, entretanto, que devia ser muito mais antigo. Vira-o na vitrina de um triste bricabraque num bairro pobre da cidade (não se lembrava direito do bairro) e fora acometido imediatamente do invencível desejo de possuí-lo. (ORWELL, 1978: 11)

Embora, na ocasião, não tivesse consciência de desejá-lo para algum propósito especial, a transgressão se configura, uma vez que os “membros do Partido não deviam entrar em lojas comuns” e, “mesmo sendo em branco, o papel era propriedade comprometedora”. Se abrir um diário não constituía propriamente um ato legal (nada mais era ilegal, porque não havia mais leis), “*havia razoável certeza de que seria punido por pena de morte, ou no mínimo vinte e cinco anos num campo de trabalhos forçados*” (ORWELL, 1978: 11).

Não obstante, Winston sente-se compelido ao minúsculo ato de liberdade pessoal, acomodando-se no nicho que escapa ao campo de visão da teletela e tomando nas mãos o que em breve será sua voz escrita.

O que é um diário pessoal senão as anotações mais íntimas daquele que escreve? Nele, são relatados cronologicamente fatos ou acontecimentos do dia a dia, registrando opiniões e impressões, confissões e/ou meditações. Trata-se, de fato, de um monólogo e, ao voltar-se para si mesmo, uma forma de expressão daquilo que está ao seu redor: são observações, julgamentos que têm o centro no autor, sem a preocupação de serem avaliados por leitores ou críticos. O diário é uma forma de extravasar aquilo que se tem dentro de si, através da palavra grafada. É, portanto, aquilo que se escreve para leitor nenhum ou, no máximo, para um só leitor: o próprio autor do diário. Em razão mesmo dessa natureza, frequentemente assume um ar confessional e sem censura, uma vez que, em princípio, não haveria outro olhar ou “ouvido” que não o daquele que escreve. Desse modo, a escrita e manutenção de um diário é um território de liberdade individual, justamente o que vai de encontro à tentativa do Partido de homogeneizar as aspirações e pensamentos dos cidadãos, conformando-os aos moldes de um governo totalitário.

Desabituaado a escrever à mão, Winston procede a um ritual ao encolher-se no canto não alcançado pela teletela: chupar a ponta da pena de verdade conseguida não sem esforço, em homenagem ao belo papel creme, molhar a pena na tinta e escrever trêmulo (afinal, “marcar o papel era um ato decisivo”) e com letra miúda: 4 de abril de 1984. Ao acabar de escrever as primeiras palavras, o personagem se defronta com angústia e desalento. Aqui, o diário perde uma de suas principais características: a cronologia. O tempo se esfuma, confunde, nada é nítido na teia dos acontecimentos, que se desordenam.

Descera sobre ele uma sensação de completo desespero. Para começar, não sabia com a menor certeza se o ano era mesmo 1984. Devia ser mais ou menos isso, pois estava convencido de que tinha trinta e nove anos, e acreditava ter nascido em 1944 ou 45; hoje em dia, porém, não era nunca possível fixar uma data num ou dois anos. (ORWELL, 1978: 12)

Se a data, que deveria ser um marcador confiável em relação à história e seu caráter documental, é nebulosa e confusa, os números que a compõem são também bastante sugestivos, em relação quase premonitória com o porvir que aguarda não somente Winston, mas, doutrinariamente, a todos aqueles sujeitos a regimes ditatoriais. O romance, escrito em 1948, não à toa nomeado 1984, faz atentar de imediato para um espelhamento que aponta para uma subversão – o número 84 é o 48 invertido na ordem dos algarismos, sugerindo igual inversão de valores, um mundo às avessas num pós-guerra ainda muito recente (o término da Segunda Grande Guerra deu-se em meados de 1945). O número quatro, referente ao dia registrado no diário e que se repete no mês (abril é o quarto mês do ano), em japonês (língua de um dos países do Eixo), significa “morte”.

Igualmente o mês de abril remete ao poema *A Terra Devastada* (*The Waste Land*), do autor inglês T. S. Eliot, que, em sua primeira parte, *O Enterro dos Mortos* (*The Burial of the Dead*), de 1922, diz-nos, na tradução de Ivo Barroso: “Abril é o mais cruel dos meses, concebendo/ Lilases da terra entorpecida, confundindo/ Memória com desejo, despertando/ Lerdas raízes com as primeiras chuvas.”¹ (GAVETA, 2011)

Novamente contrariando as características de um diário íntimo, cuja leitura é para um si mesmo, Winston pensa em outro destinatário para aquilo que escreve:

De repente ocorreu-lhe uma pergunta. Para quem estava escrevendo aquele diário? Para o futuro, os que não haviam nascido. Sua mente pairou um momento sobre a data duvidosa que escrevera e de repente se chocou contra a palavra duplipensar em Novilíngua. Pela primeira vez percebeu de todo a magnitude do que empreendera. Como poderia se comunicar com o futuro? Era impossível, pela própria natureza. Ou o futuro seria parecido com o presente, caso em que não lhe daria ouvidos, ou seria diferente, e nesse caso a sua situação não teria sentido. (ORWELL, 1978: 12)

Seja para quem for, no entanto, é num momento incerto em que a morte ronda constantemente todos aqueles que ameaçam o regime, que emerge o diário de Winston, descaracterizado, fragmentário, em suas

1 “April is the cruelest month, breeding/ Lilacs out of the dead land, mixing/ Memory and desire, stirring/ Dull roots with spring rain.

memórias vacilantes ou relatos despejados em fluxo contínuo, abandonando maiúsculas, truncando a pontuação, taquigrafia apressada da alma que, por um instante, detecta uma válvula de escape.

4 de abril de 1984. Ontem à noite ao cinema. Tudo fitas de guerra. Uma muito boa dum navio cheio de refugiados bombardeado no Mediterrâneo. Público muito divertido com cenas de um homenzarrão gordo tentando fugir nadando dum helicóptero. primeiro se via ele subindo descendo na água que nem golfinho, depois pelas miras do helicóptero, e daí ficava cheio de buracos o mar perto ficava rosa e de repente afundava como se os furos tivessem deixado entrar água. público dando gargalhadas quando afundou. então viu-se um escaler cheio de crianças com um helicóptero por cima. havia uma mulher de meia idade talvez judia sentada na proa com um menininho duns três anos nos braços. garotinho gritando de medo e escondendo a cabeça nos seios dela como querendo se refugiar e mulher pondo os braços em torno dele e consolando apesar de também estar roxa de medo. todo tempo cobrindo ele o mais possível como se os braços pudessem protegê-lo das balas. Então o helicóptero soltou uma bomba de 20 quilos em cima deles clarão espantoso e o bote virou cisco. Daí uma ótima fotografia dum braço de criança subindo, subindo, subindo um helicóptero com a câmara no nariz deve ter acompanhado e houve muito aplauso no lugar do partido mas uma mulher da parte dos proles de repente armou barulho e começou gritar que não deviam exhibir fita assim pras crianças não é direito na frente de crianças não e daí e talaté que a, polícia a botou na rua não acho que aconteceu nada para ela ninguém se importa com o que os proles dizem reação prole típica eles nunca... (ORWELL, 1978: 13) (grifos do original)

Bergson (1965) fala-nos de tipos de memória que nos são fornecidas pelo corpo: a primeira registraria como imagens-lembranças todos os acontecimentos do nosso cotidiano, sem perder nenhum detalhe, armazenando-as como necessidade natural. Assim é que é possível reconhecer uma percepção já experimentada. A segunda, efeito de prolongamento da primeira, sob forma de ação nascente, uma vez que as imagens se fixem e alinhem, criam nos corpos novas disposições de ação. Desta maneira, este segundo tipo de memória não mais representa nosso passado, ela o encena.

Para evocar o passado sob forma de imagem, é preciso poder abstrair-se da ação presente, é preciso saber colocar preço no inútil, é preciso querer sonhar. Só o homem é talvez capaz de um esforço desse tipo. Ainda o passado ao qual nos remetemos assim é deslizando, sempre a ponto de nos escapar, como se esta memória regressiva fosse contrariada pela outra memória, mais natural, cujo movimento para diante nos leva a agir e a viver. (BERGSON, 1965: 66)

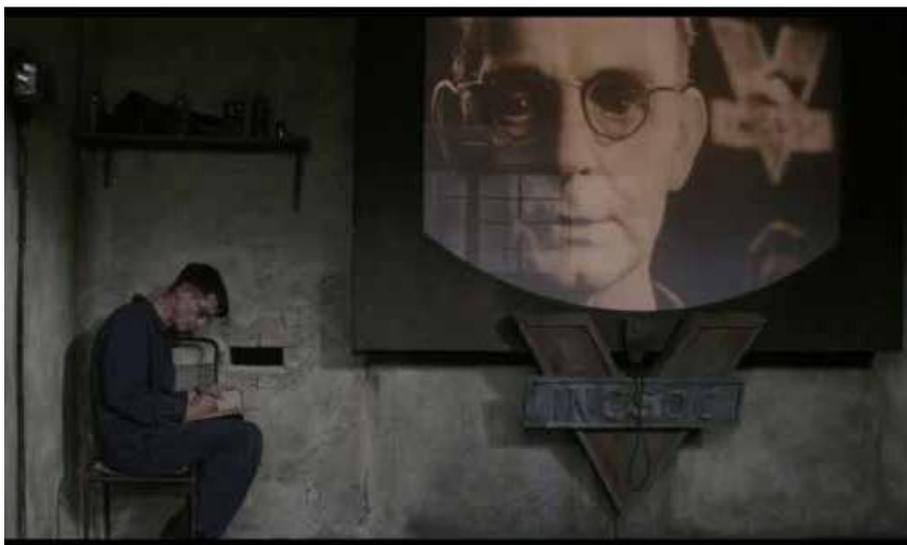
No primeiro relato de Winston, emerge o segundo tipo de memória, encenando o passado na tentativa de reconstruí-lo, ele mesmo tão fragmentado em sua narrativa quanto o esforço de Winston em recuperá-lo. Convivem, nas cenas despedaçadas recordadas por Winston, tanto as projetadas no filme quanto as de reações da plateia (a mãe prole), fundindo-se numa mesma impressão. A percepção de um conjunto inteiriço encontra-se profundamente comprometida por anos de disciplina regida pelo Partido e concentrada na figura do Grande Irmão, cuja exigência de obediência a ordens superiores assim como de devoção ao bem-estar da organização acima de quaisquer outras devoções, compromissos e preferências pessoais acaba por forçar o individual a reduzir-se a um amálgama de vontades despersonalizadas.

Na versão filmica de Michael Radford, é impossível, pela própria natureza do veículo, comunicar estas sutilezas psicológicas descritas por Orwell. A intenção, contudo, não é nem poderia ser a tradução literal (impossibilidade que também se dá, inclusive, nas traduções textuais), mas antes o *espírito* daquilo que é transposto para o cinema. No filme, Winston Smith, interpretado por John Hurt, após chegar a casa, tomar um gole de gim e acender um cigarro (ações que se passam no primeiro capítulo), põe-se a refletir, diante da janela, sobre as implicações dos crimes de pensamento, ou crimidéia, o que só se dará, no texto, ao final do segundo capítulo. Em seguida, Winston, desviando-se do raio de visão da teletela, retira o caderno do lugar em que se ocultava, acomoda-se na reentrância protegida do compartimento e põe-se a escrever.

A câmera fecha em close na mão de Winston e na página em branco, onde começa a ser delineada a data fatídica. Não há, no entanto, neste momento, a retomada das cenas fragmentárias descritas por Winston em

seu diário e que irão desencadear, adiante, outras lembranças, mais recentes. Antecipa-se novamente o final do capítulo dois e Winston dedica seu diário, no filme, “ao passado ou ao futuro, ao tempo em que o pensamento será livre da era do Grande Irmão, da era da polícia do pensamento. Da parte de um homem morto, saudações”, numa certeza prévia de que a morte seria apenas uma questão de tempo. A cena de cores sombrias mostra-nos um homem sentado no canto esquerdo da tela, de perfil, registrando suas impressões por escrito, enquanto no centro e à direita destaca-se a teletela, imensa, impessoal, com o símbolo do partido superposto a sua base. Na parede, o buraco onde se ocultava o diário (em lugar da gaveta do romance), e em que se encaixava um tijolo solto, reforça a impressão do prisioneiro que escamoteia um objeto proibido da visão dos carcereiros. (Fig. 1)

Fig 1 - A escrita como um ato revolucionário.



Fonte: Blastr.com

O filme tem início com um texto curto, de letras brancas sobre fundo preto, dividido em quatro linhas (o primeiro anúncio discreto do número quatro):

Quem controla o passado
 controla o futuro
 quem controla o presente
 controla o passado

Trata-se de um misto de epígrafe, de aviso e de lema do Partido que permeará toda a narrativa. Na impossibilidade natural de dar conta da riqueza de detalhes permitida pelo romance, a economia textual, no cinema, é compensada pela eloquência das imagens que, desde o início, delineiam uma atmosfera sombria, a começar pela sala de projeção em que a luz se dá por conta do filme sobre o Grande Irmão e as conquistas do Partido. Na obscuridade da plateia e, mais adiante, na uniformidade de trajes e cores, patenteia-se a anulação da individualidade e o encorajamento a uma idêntica homogeneização de pensamento, através da propaganda e a canalização de raivas represadas por meio do momento chamado *Dois Minutos de Ódio*.

Ao longo da película, abundam as cores “lavadas”, tons frios, cinza, azulados, realçando a ausência de calor humano, em que as relações, à exceção dos proles (membros do proletariado, não pertencentes ao Partido e maioria da população), eram programadas e destituídas de espontaneidade tanto quanto possível, com a ajuda do material preparado cuidadosamente pelo ironicamente denominado Ministério da Verdade.

Sob forma de filme ou de romance, no entanto, Julio Plaza faz atentar para o fato de que, na obra de arte, há uma relação poética entre passado e presente, em que o primeiro é construção do segundo e não o contrário. Ao fazê-lo, traz à tona a dimensão histórica da própria arte: o tradutor criativo apodera-se do passado e opera sobre ele, reatualizando-o no presente e vice-versa, através de um processo carregado de historicidade.

No processo dialético e dialógico da arte, não há como escapar à história. A arte se situa na urdidura indissolúvel entre autonomia e submissão [linguagem?]. Filha de sua época, a arte, como técnica de materializar sentimentos e qualidades [tekhné, ars], realiza-se num

constante enfrentamento, encontro-desencontro consigo mesma e sua história. Parafrazeando Marx: os artistas não operam de maneira arbitrária, em circunstâncias escolhidas por eles mesmos, mas nas circunstâncias com que se encontram na sua época, determinadas pelos fatos e as tradições. (PLAZA, 2003: 5)

A história é, ela mesma, eivada de palavras e silêncio, memória e esquecimento, matérias-primas da obra de arte cujos hiatos feitos de afasia ou amnésia constituem o espaço não-documental em que se insere o verossímil, aquilo que poderia ter sido. E o diário aqui estudado transita por estes vários territórios, constituindo, os seus fragmentos, não porções incoerentes nem meros desabafos e registros banais, mas, à maneira das pedrinhas de João e Maria, marcadores que conduzem o leitor atento ao recolhimento de pistas que determinam o destino de Winston e, exemplarmente, fazem atentar para as questões implicadas pelo controle e pelo poder, sob quaisquer pretextos, velados ou não.

Referências

- RADFORD, Michael. 1984. **Nineteen-Eighty-Four**. Inglaterra: Umbrella-Roseblum, 1984. DVD (123 min.), color.
- BAUMAN, Zigmunt. **O mal estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- BERGSON, Henri. *Matière et mémoire; essai sur la relation du corps à l'esprit*. 72^e Éd., Paris: Les Presses Universitaires de France, 1965.
- BLASTR.COM. **Acclaimed director signs on to reboot George Orwell's sci-fi classic 1984**. Disponível em <http://www.blastr.com/2014-11-20/acclaimed-director-signs-reboot-george-orwells-sci-fi-classic-1984>. Acesso em 10 abr 2011.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir; nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.
- GAVETA do Ivo. Poesia e tradução. O abril cruel de T. S. Eliot. Disponível em <<https://gavetadoivo.wordpress.com/2011/04/03/o-abril-cruel-de-t-s-eliot-2/>> Acesso em 16 abr 2011.

ORIGIN and Meaning of the Name Winston. Disponível em <<http://www.weddingvendors.com/baby-names/meaning/winston/>> Acesso em 15 abr 2011.

ORWELL, George. 1984. 11^a; ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

PLAZA, Julio. **Tradução intersemiótica**. São Paulo: Perspectiva, 2003.

Capítulo 3

As representações sociais no horizonte da pesquisa em comunicação

Fábio Fonseca de Castro

Resumo

O artigo constitui uma revisão teórica e metodológica do campo de estudos sobre as representações sociais. Procura-se situar as fontes desse referencial na noção de “idealizações coletivas”, trabalhada por Durkheim em 1903 e, em seguida, mapear o estado de conhecimentos sobre o assunto. Para isso, parte-se da obra já tornada clássica de Moscovici (1967) e percorre-se os principais autores que trabalharam o assunto. Por fim, pretende-se iniciar uma discussão a respeito da utilidade da noção de “representação social” como uma metodologia de abordagem de fenômenos intersubjetivos no campo de pesquisa da comunicação.

Palavras-Chave: Representação Social; Interação Simbólica; Comunicação.

1. Introdução

Professor da cadeira de Teoria da Comunicação da Universidade Federal do Pará desde 1996, tenho procurado construir estratégias metodológicas críticas que abram o diálogo da comunicação com as ciências sociais e permitam a superação das amarras às quais a pesquisa em comunicação se tem afeito, nos últimos anos, à medida em que procura se afirmar como disciplina individualizada.

Nesse esforço, uma das mais estimulantes experiências que pude ter

foi a de pensar a comunicação por meio da teoria das representações sociais. Utilizei o referencial em ao menos dez trabalhos de conclusão de curso e quatro trabalhos de iniciação científica, além, é claro, de toda uma produção que não se mensura e que faz parte do aprendizado aluno/professor no cotidiano das disciplinas de graduação e pós. Também explorei a relação entre a pesquisa em comunicação e a teoria das representações sociais em diversas atividades externas à Faculdade e ao Programa de Pós-graduação em Comunicação da UFPA, ensaiando diálogos, sempre muito produtivos, com a sociologia, a antropologia, a história, as letras, a psicologia social e o Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da UFPA.

O objetivo deste artigo é apresentar, de maneira não extensiva, aos alunos de comunicação, o campo de investigação aberto com a teoria das representações sociais (RS), refletindo sobre as possibilidades de sua utilização pela pesquisa na área. Partimos de uma apresentação do núcleo teórico constituidor das referências de base da teoria das RS para, em seguida, apresentar uma síntese da evolução desse núcleo. Concluímos apresentando as perspectivas metodológicas da pesquisa em RS, procurando destacar suas conexões com os estudos em comunicação.

2. O núcleo teórico da noção de representações sociais.

A noção de representações sociais tem sua origem na noção durkheimiana de simbolismo social. Procurando identificar os processos constituintes das produções mentais sociais, Durkheim (1967) fala em elementos de “idealizações coletivas”. Efetivamente, seu objeto imediato, nesse trabalho escrito em 1898, se refere às representações individuais. Procurando comprovar a realidade e a autonomia dos fenômenos psíquicos e, assim, combater a ideia de uma origem mecanicista e linear dos fenômenos da subjetividade - o biologismo, ou fisiologismo, social - Durkheim refutou toda concepção organicista da consciência. O que se chamava então de vida mental - e, portanto, as representações - teria, a seu ver, uma total independência do

substrato bio-neurológico (SECA, 2001), tese cujas conclusões apontarão, ao final do artigo, para a dimensão social das idealizações, ou seja, para independência biológica das representações coletivas.

A escola durkheimiana marcou-se pela exploração das subjetividades sociais, influenciando em diversos outros movimentos intelectuais, dentre os quais a *École des Annales*, os estudos sobre o desenvolvimento cognitivo empreendidos por Piaget e seus sucessores, o interacionismo simbólico de Levy-Bruhl e o estruturalismo, dentre outros. O caminho aberto por Durkheim, assim, desdobrou-se em explorações diversas e mesmo antagônicas, quase todas desenvolvendo algum conceito equivalente ao de representação social.

A noção aqui tematizada dialoga igualmente com essa tradição, aproximando-se no entanto, igualmente, da fenomenologia. Trata-se da noção de representação social desenvolvida por Sergio Moscovici. Moscovici explorou o conceito durkheimiano, elaborando, com sua obra de 1961, um marco teórico e metodológico referencial para os estudos sobre o fenômeno. Sinteticamente, pode-se dizer que o estudo das representações sociais, a partir desse marco, se interessa pelas regras que regem os pensamentos coletivos e, portanto, a subjetividade manifesta. O campo aberto por esse interesse volta-se para as visões de mundo, para os espíritos do tempo, para o senso comum, para os consensos e estereótipos, crenças e preconceitos, para o pensamento banal, para o pensamento “naïf”, para o cotidiano, enfim. Ou seja, para sistemas de saberes práticos. Em acréscimo, Moscovici insiste na especificidade do fenômeno nas sociedades contemporâneas, marcadas pela intensidade e fluidez das trocas simbólicas pela via dos atuais aparelhos mediáticos.

De acordo com Moscovici, as representações sociais consistem em conjuntos dinâmicos de teorias ou de ciências coletivas *sui generis*, destinadas à interpretação e à descrição do real. (...) Um corpus de temas, de princípios, tendo uma unidade e se aplicando a zonas, de existência e de atividade, particulares (que) determinam o campo das comunicações possíveis, dos valores ou das ideias presentes nas visões partilhadas pelos grupos e que regem, a partir de então, as condutas desejáveis e admissíveis

(MOSCOVICI, 1976: 48)².

Essas ciências coletivas estabelecem-se em função da ação social, possuindo, por isso, um caráter prático: a representação social conforma um padrão comportamental orientado para a ação social. Ela parte das ideologias e da vivência do indivíduo ou do grupo e lhes fornece sistemas de atitude e de normas com os quais se poderão posicionar diante de novas situações. Dessa maneira, a teoria de Moscovici concretiza a perspectiva durkheimiana: *“esse vínculo com o objeto é uma parte intrínseca do vínculo social e deve, portanto, ser interpretado dessa maneira”* (Moscovici, 1986: 71)³. Com essa ideia Moscovici evidencia o que seria a dimensão central da teoria da representação, também observada por Denise Jodelet: [a representação social] *é uma forma de conhecimento socialmente elaborada e partilhada que tem uma dimensão prática e que concorre para a construção de uma realidade comum a um conjunto social* (JODELET, 1994: 21)⁴.

E por Jean-Claude Abric:

A representação não é, portanto, um simples reflexo da realidade; ela é uma organização significante. A representação funciona como um sistema de interpretação de realidade que rege as relações dos indivíduos com o seu ambiente físico e social, determinando seus comportamentos ou suas práticas (ABRIC, 1994: 13)⁵.

Dessa forma, as representações sociais teriam uma dupla orientação: seriam, ao mesmo tempo, um produto (um conceito elaborado e utilizado socialmente) e uma atividade social (uma percepção criativa, regenerativa). Produto, primeiramente, porque designam conteúdos sociais, conformando-os sob padrões recorrentes, socialmente reconhecidos e empregados.

2 No original: [des] ensembles dynamiques (...), 'des théories' ou des 'sciences collectives' sui generis, destinées à l'interprétation et au façonnement du réel. (...) Un corpus de thèmes, de principes, ayant une unité et s'appliquant à des zones, d'existence et d'activité, particulières (...). [Qui] déterminent le champ des communications possibles, des valeurs ou des idées présentes dans les visions partagées par les groups, et règlent, par la suite, les conduites désirables ou admises (Moscovici, 1976: 48).

3 No original: “ce lien avec l'objet est une partie intrinsèque du lien social et il doit donc être interprété dans ce cadre” (Moscovici, 1986: 71).

4 No original: “c' est une forme de connaissance, socialement élaborée et partagé, ayant une visée pratique et concourant à la construction d'une réalité commune à un ensemble social” (Jodelet, 1994: 21).

5 No original: “La représentation n'est donc pas un simple reflet de la réalité, elle est une organisation signifiante. La représentation fonctionne comme un système d'interprétation de la réalité qui régit les relations des individus à leur environnement physique et social, elle va déterminer leurs comportements ou leurs pratiques” (Abric, 1994: 13).

E atividade porque instituem práticas de referência da matéria social: Como conceito, ela retém o poder de organizar, religar e filtrar aquilo que será retomado e reintroduzido no domínio do sensorial.

Como percepção, ela conserva a atitude em percorrer e registrar o não-organizado, o não-formado, o descontínuo (...). Representar uma coisa, um estado, não é, na verdade, simplesmente duplicá-lo, repeti-lo ou reproduzi-lo. Trata-se de reconstituí-lo, retoca-lo, mudar o seu texto (...). Essas constelações materiais, uma vez fixadas, fazem-nos esquecer de que elas são uma obra nossa (MOSCOVICI, 1976: 56-57) ⁶.

Percebe-se que a perspectiva de Moscovici é essencialmente fenomenológica: *Não há corte entre o universo exterior e o universo interior do indivíduo (ou do grupo). O sujeito e o objeto não são, na prática, coisas distintas* (MOSCOVICI, 1969: 9) ⁷. Assim, portanto, Moscovici procura abandonar a distinção clássica entre sujeito e objeto, refazendo o percurso crítico de desconstrução da metafísica da Subjetividade, tradicionalmente centrado numa hipervalorização do objeto e princípio estrutural do pensamento ocidental.

No campo específico da psicanálise, que é onde a teoria de Moscovici é elaborada, sua atitude procura abandonar a perspectiva behaviorista que via a resposta como a consequência de um estímulo. Para Moscovici, os dois, estímulo e resposta, estão juntos, sendo possível mesmo que a resposta esteja na origem do estímulo, na medida em que toda resposta equivale à reconstituição de um objeto. Assim, se alguém emite uma determinada opinião, está, de certa maneira, constituindo um objeto. Moscovici propõe, tal como a tradição fenomenológica, que um objeto não existe em si próprio, mas, apenas, na relação sujeito-objeto. Jean-Claude Abric procura sintetizar a perspectiva empreendida observando que,

6 No original: "De concept, elle retient le pouvoir d'organiser, de relier et de filtrer ce qui va être ressaisi, réintroduit dans le domaine sensoriel. De la perception, elle conserve l'aptitude à parcourir, enregistrer l'inorganisé, le non-formé, le discontinu (...). Représenter quelque chose, un état n'est, en effet, pas simplement le dédoubler, le répéter ou le reproduire, c'est, le reconstituer, le retoucher, lui en changer le texte (...). Ces constellations matérielles, une fois fixées, nous font oublier qu'elles sont notre œuvre" (Moscovici, 1976: 56-57).

7 No original: "Il n'y a pas de coupure entre l'univers extérieur et l'univers intérieur de l'individu (ou du groupe). Le sujet et l'objet ne sont pas foncièrement distincts" (Moscovici, 1969: 9).

Dizendo de outra forma, um objeto não existe nele mesmo, ele existe para um indivíduo ou um grupo e em relação a eles. Portanto, é a relação sujeito-objeto que determina o objeto em si mesmo. Uma representação é, sempre, a representação de alguma coisa para alguém (ABRIC, 1994: 12) ⁸.

e que, portanto,

não existe, à priori, a realidade objetiva, mas que toda realidade está representada, ou melhor, é apropriada, pelo indivíduo ou pelo grupo, reconstruída no seu sistema cognitivo e integrada num sistema de valores que é delimitado pelo contexto social e ideológico que a envolve (ABRIC, 1994: 12) ⁹.

Pode-se dizer, em conclusão, que a representação social é um sistema sociocognitivo. Não apenas um sistema cognitivo, como faz ver Moscovici (1986), mas sociocognitivo, na medida em que, como demonstra Abric (1994: 14), reúne esses dois componentes indissociáveis ainda que, eventualmente, antagônicos e contraditórios. O componente cognitivo equivaleria a uma *textura psicológica* e estaria submetido às regras que regem a subjetividade. Por sua vez, o componente social corresponde à lógica social, com suas determinantes econômicas e socioculturais. Não será difícil perceber como a confluência desses dois tecidos tornam complexas as análises das representações sociais, pois, se sobre uma racionalidade econômica pesam, com extrema variedade de elementos e funções, as irracionalizações cognitivas, elas não estão ausentes dessas mesmas irracionalizações na medida em que as influenciam, motivam, provocam.

8 No original: "Autrement dit, un objet n'existe pas en lui-même, il existe pour un individu ou un groupe et par rapport à eux. C'est donc la relation sujet-objet qui détermine l'objet lui-même. Une représentation est toujours représentation de quelque chose pour quelqu'un" (Abric, 1994: 12).

9 No original: "il n'existe pas a priori de réalité objective, mais que toute réalité est représenté, c'est-à-dire approprié par l'individu ou le groupe, reconstruite dans son système cognitif, intégré dans son système de valeurs dépendent de son histoire et du contexte social et idéologique qui l'environne" (Abric, 1994: 12).

3. Os desenvolvimentos do núcleo teórico

O estado atual do conhecimento sobre as representações envolve desenvolvimentos teóricos das teses de Moscovici e inúmeros trabalhos empíricos.

Rouquette et Rateau (1998) abordam as relações intergrupos e intragrupos, classificando as representações em quatro padrões-tipo: a representações “de consenso”, que são assimiladas pela maior parte da sociedade e que, dessa maneira, possuem uma estabilidade próxima à dos mitos, das crenças e dos valores fundamentais de uma sociedade; as representações “sociais” propriamente ditas, que se acordam à particularidade dos grupos e que, portanto, demarcam suas individualidades; as representações que formalizam uma espécie de “consenso intragrupos”, as quais não poderiam ser definidas objetivamente como “de consenso” ou “sociais”, dado que expressam, aparentemente, um acordo provisório no seio de um grupo pelo qual esse grupo aproxima-se, momentaneamente, de opiniões que antes lhes eram alheias; e, por fim, um quarto grupo que reúne as representações que se formam enquanto “discenso” dentro de um grupo.

Esse sistema classificatório evidencia o problema da heterogeneidade das representações, contribuindo para indicar os processos de afirmação, evolução, transformação e desaparecimento de uma representação.

Outra dimensão dessa mesma heterogeneidade essencial das representações, desta vez concernente a seus processos de competição e hierarquização, é abordada por Flament (1997). Esse autor estuda a relação entre as representações fortes, bem estruturadas e plenas de sentido, e as representações fracas, pouco organizadas e dispersas. As representações fortes confeririam uma orientação semiótica a seus « satélites cognitivos », orientando posturas necessárias à manutenção de uma normatividade sistêmica que pode, não obstante, ser desconstituída no processo histórico. Conclui-se, da teoria de Flament, que representações fortes desenvolveriam certa capacidade de ingerência - por meio de sua influência - sobre o processo histórico.

Na verdade, a discussão de Flament constitui um aprofundamento da

perspectiva aberta por Abric (1989) sobre o modelo de um núcleo central que organizaria a hierarquização interna das representações.

Esse núcleo central, elemento fundamental da representação, determinaria sua significação e sua organização, instituindo-se como uma força homogeneizadora de grande impacto sobre as instâncias culturais da sociedade e sobre os processos psicológicos do indivíduo e do grupo.

Essas duas funções do núcleo central - a de geração de significado e de organização do fluxo de significação - compõe um mecanismo estruturante cuja função consiste em recapitular a cultura, normas, valores e condutas habituais à comunidade onde ele está presente. Essencialmente, o núcleo central é um núcleo de coerência com o qual se processa a resistência a toda mudança. Abric observa que o núcleo é pouco sensível a toda mudança de contexto, a todo processo de atualização e a toda inserção temporária de um indivíduo em sua área de influência.

A noção de um núcleo central completa-se, necessariamente, com a de esquemas periféricos, os quais responderiam, ainda de acordo com Abric, a três funções: a de adaptação da representação à realidade concreta, a de diversificação do conteúdo de uma representação e a de proteção do seu núcleo central.

Os efeitos de propagação de uma representação também têm sido tematizados pelas pesquisas realizadas, por exemplo no trabalho de Dan Sperber (1996), nas quais esse autor desenvolve a noção de “epidemiologia das representações”, com o que pretende investigar a “propagação dos estados mentais em uma população”.

Não sendo possível e nem necessário a este trabalho inventariar o campo de desenvolvimento da pesquisa sobre as representações sociais, optamos por referir as linhas gerais desse debate e o seu desenvolvimento que terá pertinência sobre a nossa pesquisa.

Em conclusão, resumimos que a teoria das representações sociais propõe que as mesmas possuem três funções seminais:

- constituição de um saber comum
- orientação das condutas e dos comportamentos
- constituição e fortalecimento da identidade

As duas primeiras dessas funções já foram verificadas por inúmeras investigações empíricas. A título de exemplo, pode-se citar os trabalhos de Moscovici (1976) sobre a representação da psicanálise e de Jodelet (1989) sobre a representação das doenças mentais, que comprovam a primeira dessas três funções das representações sociais. A segunda função o foi com os trabalhos de Apfelbaum (1967) e Abric (1987) a respeito de situações de interação conflitiva e pelos de Doise (1969) sobre as relações intergrupos.

A verificação da terceira função, no entanto, tem sido menos explorada. De acordo com Abric (1994), se ela é, geralmente, enunciada, resta, no entanto, raramente demonstrada. Como exemplo de uma dessas raras demonstrações da função de constituição e reforço da identidade pelas representações sociais, seriam os trabalhos de Mugny e Carugati (*apud* ABRIC 1994: 31) sobre a representação da inteligência em certos grupos italianos e suíços.

4. A perspectiva metodológica

A perspectiva fenomenológica constitui a estrutura da interpretação de um fenômeno de representação social. Seguindo o raciocínio husserliano, ter-se-ia que uma representação surge e é regida por dois processos fundamentais: a objetivação (ou reificação) e a ancoragem. Como observa Jean-Marie Seca, uma representação social se constitui por meio de sínteses daquilo que ela apreende, transformando a realidade e os discursos sobre a realidade em novas realidades e discursos (SECA, 2001: 62).

A objetivação corresponde ao processo pelo qual uma sociedade edifica um saber comum mínimo, com base no qual as trocas e comunicações de sentido entre seus membros podem se efetivar. Nesse sentido, empreender uma objetivação é, fundamentalmente, realizar uma seleção dentre os significados possíveis e ordená-los com fins práticos. Como diz Moscovici (1976), objetivar é reabsorver um excesso de significações, materializando-as.

A objetivação se daria em três fases: a seleção, a formação de um

esquema figurativo e a naturalização (SECA, 2001: 62).

Na seleção, tem-se uma espécie de filtragem da informação disponível, o que se dá por meio de distorções, inversões e reduções, eliminações, retenções ou supressões de atributos. Essa operação se dá sob a influência das demais representações sociais já constituídas, bem como das ideologias, dos sistemas de valores e dos diversos fatores que conformam o lugar de inserção social dos sujeitos que empreendem esse processo.

Em seguida a essa operação, se dá a formação de um esquema figurativo, ou seja, de um padrão - de uma imagem - repleta de sentido e, portanto, coerente para os atores sociais envolvidos na etapa anterior. Essas imagens podem ser compreendidas como esquemas que fazem um sentido imediato na mente desses atores, que dizem algo a seu espírito.

Enfim, segue-se uma etapa de naturalização, por meio da qual esses esquemas figurativos se constituem como « a realidade », compreendida em termos de consenso e usados correntemente na comunicação social.

A ancoragem, por sua vez, consiste numa espécie de enraizamento da objetivação no espaço social. Por meio dessa operação, a representação estabelece vínculos de significação com outras representações e outros elementos sociais preexistentes, tais como ideologias, atitudes, crenças, valores, condutas de grupo (JODELET, 1984). Ela se adequa aos sistemas de pensamento vigentes, modulando-se em relação a eles e, dessa maneira, conformando a complexidade da subjetividade social.

Uma representação social poderia ser observada no acompanhamento dessas duas operações que são a objetivação e a ancoragem. Necessário acrescentar, porém, uma referenciação do conjunto de elementos que conformam o todo social no qual objetivação e ancoragem se dão, aí incluídas a subjetividade dos sujeitos sociais, as possibilidades de comunicação estabelecidas e a demanda conjuntiva que permite que uma determinada representação se dê em um momento particular, algo como o senso prático tão presente na banalidade do cotidiano e da vida comum. A esse conjunto de elementos poder-se-ia chamar, talvez, de a dimensão histórica da representação investigada.

Fenômeno sociocognitivo, marcado por sua complexidade e nela mesma

caracterizado, a representação demandaria uma metodologia necessariamente multifatorial para ser analisada. Pensamos que seriam duas as fases essenciais de um estudo de caso: um momento inicial com o qual se estudasse as condições de produção e de circulação da representação social demarcada e um momento consequente de análise dos processos sociocognitivos havidos, ou seja, as etapas de objetivação e da ancoragem propriamente ditas.

As condições de produção e de circulação de uma representação social compõe um sistema complexo de inter-relações entre elementos culturais (valores, modelos consagrados, anátemas, elementos invariantes, etc.), elementos de linguagem (interindividual, institucional, mediática, etc.) e elementos sociais (contexto histórico, contexto ideológico, elementos da organização social, etc.).

Os processos sociocognitivos conformados, por sua vez, desvelariam como se dá a construção da representação enquanto uma interseção histórica sujeito-objeto, sobre a qual atuam os diversos elementos logo acima sugeridos.

Essa proposição parte do modelo de Jodelet, que, no entanto, acrescenta uma exploração do estatuto epistemológico da representação (JODELET, 1994: 44), com o qual pretende amplificar o corpus teórico existente, explorando certas dinâmicas dicotômicas que lhe constituem parte significativa das pesquisas, tais como valor e verdade, representação popular e representação científica, representação e realidade.

No que tange ao processo de formação das representações, Jodelet elabora um modelo gráfico centrado na compreensão fenomenológica da produção do conhecimento. Tem-se nele dois eixos, um representando a relação de formação de toda representação através do aporte sujeito-objeto (eixo horizontal) e o outro representando a relação de formação da representação a partir do encontro entre uma subjetividade mais criativa e uma subjetividade mais pragmática (eixo vertical).

A interação sujeito-objeto se dá, fenomenologicamente, na consequência de uma representação - que não é senão um trabalho de modelização (adequação) motivado por compromissos sociais os mais variados. Tal modelização envolveria uma sequência criativa de atos de interpretação, simbolização, expressão e construção. Trata-se do fundamento tematizado

por Husserl na sua teorização sobre o processo do conhecimento.

O eixo vertical do gráfico procura apresentar a representação como o encontro entre as formas de saber - suportes, conteúdos, processos, etc. - e a prática - a experiência social consequente. Também essa interação se daria por meio de um ciclo de coerência entre uma modelização (uma adequação do intelecto) a um compromisso intuído pelo indivíduo (pessoal, grupal, etc.) em relação a seu papel social.

A proposição metodológica elaborada por Abric (1994) procura objetivar esse mesmo modelo teórico. De acordo com esse autor, as representações sociais possuem duas dimensões: seu conteúdo (em Moscovici, as informações e atitudes) e sua urbanização (o que Moscovici compreende como campo de representação). Sua abordagem, portanto, estaria baseada na proposição de uma investigação dessas duas dimensões da representação demarcada. E em um terceiro elemento, na verdade: Abric sugere a importância em compreender o processo de hierarquização na organização de uma representação. Sugere, dessa maneira, que a organização (a estrutura interna da representação), repousa sobre uma hierarquia entre os diversos elementos componentes da representação, a qual seria determinada por um "núcleo central". Dessa maneira, a determinação e o controle do "núcleo" constituiria uma terceira etapa da investigação.

As proposições metodológicas são diversificadas e a própria conformação fenomenológica da pesquisa em RS permite inúmeras adaptações, bem como agregações com outros modelos teóricos, conforme a necessidade da pesquisa.

No que se refere à pesquisa em comunicação, pode-se dizer que a teoria das RS pode se tornar um instrumento de apoio importante, fundamentalmente porque as práticas comunicativas e comunicacionais da vida quotidiana, bem como os discursos midiáticos e as formas da mediação cultural se conformam, ou tendem a se conformar, fundamentalmente, enquanto um saber banal, impreciso e fugidio. Como um discurso do senso comum.

Nesse sentido, as representações midiáticas, por exemplo, se conformam enquanto senso comum - e, portanto, como representação social. Na mesma

direção, podemos dizer que as formas de interação social presentes na vida quotidiana se produzem como práticas comunicativas assentadas em sociações gregárias, pautadas em formas de coesão social empática.

O papel da comunicação - seja enquanto mídia, seja enquanto mediação; seja enquanto objeto comunicativo, seja enquanto objeto comunicacional - sobre a construção social da realidade nos parece evidente e mesmo crescente, se percebemos a multiplicação dos instrumentos de tecnologia comunicativa, sua crescente dinâmica interativa e mesmo as formas culturais gregárias que se desenvolvem na sociedade contemporânea.

Spink e Medrado (2002) discutem essa questão, observando como a mídia - na esteira do que, sobre ela, dizia Moscovici - faz circular conteúdos simbólicos e passa a ter um poder transformador, na produção de sentidos, que ainda resta a ser compreendido. Spink (1993) observa como a mídia faz circular versões “populares” dos discursos científicos na forma de representações sociais.

Fairclough (1995) investiga o papel da linguagem midiática sobre a construção social da realidade e Mayo (2004) discute a transformação contemporânea da noção de realidade por critérios “massivos”. Vilches (1993), por sua vez, discutindo o papel dos jornalistas na formação das representações sobre a realidade, sugere que estes possuem um papel ativo na produção de sentidos e valores sobre os fatos e as normas sociais. Esses exemplos não são extensivos e a eles se agregam inúmeros outros trabalhos, desenvolvidos em diversificadas instituições de pesquisa, por todo o planeta.

O campo teórico é recente, mas dinâmico e se apresenta em franco crescimento e diversificação. E, como se vê, as afinidades com o campo da comunicação, inúmeras, permitem um diálogo aberto, permeável, sensível.

Referências

ABRIC, Jean-Claude. **Coopération, compétition et représentations sociales**. Cousset, Del Val, 1987.

_____. L'étude expérimentale des représentations sociales In JODELET, Denise (ed.) **Les représentations sociales**. Paris, PUF, 1989, pp. 187-203.

_____. Les représentations sociales : aspects théoriques. In ABRIC, Jean-Claude (dir.) **Pratiques sociales et représentations**. Paris, PUF, 1994, pp 11-35.

APFELBAUM, E. Représentations du partenaire et interactions à propôs d'un dilemme du prisonnier In **Psychologie Française**, 12, 1967, pp. 287-295.

DOISE, W. Intergroup relations and polarization of individual and collective judgments In **Journal of personality and social psychology**, 1969, 12, pp. 136-143.

DURKHEIM, Emile. Représentations individuelles et représentations collectives, In **Revue de métaphysique et de morale**, tome IV, mai 1898 ; texte réédité sans Sociologie et philosophie, Paris, PUF 1967, p. 1-48.

FAIRCLOUGH, Norman. **Media discourse**. Londres: Edward Arnold, 1995.

FLAMENT, Claude. Structure et dynamique des représentations sociales In **Les représentations sociales**. Sociologie d'aujourd'hui. Paris, PUF, 1997.

JODELET, Denise. Les représentations sociales In MOSCOVICI, Sergio (dir.) **Psychologie sociale**. Paris, PUF, 1984, pp. 357-389.

_____. **Folies et représentations sociales**. Paris, PUF, 1989.

MAYO, Enrique Castelló. **La producción mediática de la realidad**. Madri: Laberinto Comunicación, 2004.

MOSCOVICI, Sergio. **La psychanalyse, son image, son public**. Paris, PUF, 1961 ; 2a ed. 1976.

_____. Préface. In HERZLICH, C. **Santé et maladie**. Paris, Mouton, 1969.

_____ **L'ère des représentations sociales** In DOISE, W. et PALMONARI, G. (eds.). *L'étude des représentations sociales*. Neuchâtel, Delachaux et Niestlé, 1986.

ORFALI, Birgitta. Les représentations sociales: Un concept essentiel et une théorie fondamentale en sciences humaines et sociales In *L'année sociologique*, 2000, 50, n° 1, pp. 235-254.

ROUQUETTE, Michel-Louis et RATTEAU, Patrick. **Introduction à l'étude des représentations sociales**. Grenoble, PUG, 1998.

SANTOS, Maria de Fátima de Souza. Representação social e identidade In MOREIRA, Antônia Silva Paredes et OLIVEIRA, Denyse Cristina de (orgs.) **Estudos interdisciplinares de representação social**. Goiânia, AB, 1998.

SECA, Jean-Marie. **Les représentations sociales**. Paris, Armand Colin, 2001.

SPERBER, Dan. **La contagion des idées. Théorie naturaliste de la culture**. Paris, Odile Jacob, 1996.

SPINK, Mary Jane. O conceito de representação social na abordagem psicossocial. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 9 (3): 300-308, jul/set, 1993.

SPINK, Mary Jane; MEDRADO, Benedito. Produção de sentidos no cotidiano: abordagem teórico-metodológicas para análise das práticas discursivas In SPINK, Mary Jane (org) **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**, 2a ed. São Paulo: Cortez, 2000, pp. 41-61.

VILCHES, Lorenzo. **La televisión: los efectos del bien y del mal**. Barcelona: Ediciones Paidós, 1993.

WAGNER, Wolfgang. Sócio-gênese e características das representações sociais In MOREIRA, Antônia Silva Paredes et OLIVEIRA, Denyse Cristina de (orgs.) **Estudos interdisciplinares de representação social**. Goiânia, AB, 1.

Capítulo 4



Modos de escuta do outro subalterno nas pesquisas em Comunicação: Em discussão os grupos focais¹

Danila Cal

Resumo

O objetivo deste capítulo é discutir as potencialidades do grupo focal como método de coleta de dados em pesquisas na área de Comunicação que envolvem sujeitos em situações de vulnerabilidade ou de subalternidade. Recorre-se ao exemplo da pesquisa realizada pela autora com trabalhadoras e ex-trabalhadoras infantis domésticas para lançar luz às principais tensões que envolvem a condução desse método de investigação. Argumenta-se que o contexto interativo dos grupos focais permite a discussão sobre temas sensíveis e alimenta a tomada de palavra de sujeitos e grupos com pouco espaço na cena pública.

Palavras-chave: Subalternidade; Grupos Focais; Deliberação

1. Introdução

– “Vocês já tinham parado para falar sobre isso?”, perguntou a moderadora.
 – “Não, só assim... parada de ônibus falando mal dos patrões”, afirmou Wanderléia.
Grupo Focal 5 (CAL, 2014)

Wanderléia² é trabalhadora doméstica em um condomínio de classe média, localizado na Região Metropolitana de Belém (PA). Meu contato com ela ocorreu durante a organização e a realização de um dos grupos focais da pesquisa que empreendi sobre a Comunicação e as configurações

1 Este capítulo aborda de modo crítico a experiência da autora na condução de grupos focais para a pesquisa de doutorado e, por isso, apresenta-se parcialmente publicado e com outra configuração em Cal (2016).

2 Pseudônimo escolhido pela própria participante durante a realização do grupo focal.

políticas do trabalho infantil doméstico (CAL, 2014; 2016). Ela nasceu em Bragança (PA) e havia sido babá desde os 13 anos de idade. Naquela época, não recebia remuneração pelos serviços que desempenhava, mas ganhava roupas e calçados. Também tinha garantido o acesso à escola e aos materiais escolares. Completou o ensino fundamental. Queria ser enfermeira, mas, segundo ela, realizou esse sonho apenas “um pouquinho” na medida em que já cuidou de idosos em casas de família.

A história de Wanderléia representa alguns dos infortúnios vividos por meninas que começaram a trabalhar ainda crianças, mas também é marcada por resistências, por questionamentos de atitudes mesquinhas (e machistas) de patrões e por posições bem firmes sobre o contexto social que a cerca (CAL, 2016). A resposta dela à pergunta que fiz durante um grupo focal é ilustrativa da discussão que pretendo desenvolver neste capítulo: os grupos focais, como instrumentos de pesquisa, podem ser espaços privilegiados para escuta efetiva da voz de sujeitos e grupos subalternizados, que raras vezes ganham a cena pública.

No âmbito do Grupo de Pesquisa em Mídia e Esfera Pública (EME-UFMG), desenvolvemos ³ investigações na área de Comunicação em interface com a política cujos desenhos metodológicos combinam análises de materiais midiáticos com modos de escuta de sujeitos diretamente afetados pelos temas analisados (MAIA, 2012; MAIA, 2014; MAIA et. al, 2014). Em geral, não são pesquisas de recepção, mas que investigam como discursos construídos e em circulação em diferentes âmbitos se processam de modo a estimular processos de deliberação pública (HABERMAS, 2003; MARQUES, 2007; CAL, 2007⁴) ou ainda de construção de novas gramáticas morais por meio de lutas por reconhecimento (HONNETH, 2005; 2012; MENDONÇA, 2009). Entre os temas analisados estão a discussão sobre direitos e autonomia a partir do Bolsa-Família (MARQUES, 2007), a interação atravessada por diferentes contextos no caso da luta por reconhecimento de sujeitos afetados pela hanseníase (MENDONÇA, 2007) e a configuração política do trabalho

3 Quando fizer referência à condução e moderação dos grupos focais apresentados como exemplo, utilizarei a primeira pessoa do singular. Nos outros momentos do capítulo, contudo, privilegiarei a primeira pessoa do plural por entender que a construção da perspectiva apresentada foi feita de modo dialógico no contexto dos grupos de pesquisa dos quais participo e em discussão com as referências as quais recorri.

4 Marques e Rocha (2006) foram pioneiras na utilização de grupos focais para esse tipo de investigação no EME.

infantil doméstico (CAL, 2014; MAIA; CAL, 2014). Essas pesquisas são alimentadas pelo arcabouço teórico e emancipatório da Teoria Crítica, sobretudo, das formulações mais recentes de Habermas (2003; 2009) sobre deliberação pública e de Honneth (2003; 2012) sobre reconhecimento.

Nesse contexto de investigação, a condução de pesquisas empíricas pressupõe a consideração das vozes e dos discursos de sujeitos em condição de subalternidade. Entretanto, como ouvir o outro subalterno? Como criar espaço para uma escuta efetiva? E como não restringir os sujeitos da pesquisa a um lugar de objeto? O objetivo deste capítulo insere-se nesse horizonte de preocupações e se reveste em um esforço metodológico para examinar as potencialidades e as tensões da escolha do grupo focal como modo de criar um contexto de diálogo com o outro a respeito do qual falamos.

Organizamos o capítulo em três seções. Na primeira, consideramos os desafios de *falar com* o outro ao invés de *falar em nome* dele. Recorremos essencialmente a Spivak (2010) e Alcoff (1991) para desenvolver essa discussão. Em seguida, apresentamos o que entendemos como grupo focal. Por fim, discutimos questões polêmicas relacionadas aos grupos focais, sobre como acessar o que seria a “verdade” na fala dos participantes e como lidar com temas sensíveis. Cotejamos, ao longo do texto, a experiência da pesquisa com trabalhadoras e ex-trabalhadoras infantis domésticas para elucidar aspectos relevantes acerca dos grupos focais.

2. Entre o *falar por* e o *falar com*

O gesto de escuta efetiva do outro, especialmente quando se trata de sujeitos em situação de subalternidade, é um dos maiores desafios enfrentados por pesquisadores que se propõem a realizar pesquisas empíricas da natureza das que descrevemos na seção anterior. Há sempre o risco de se colocar como representante dos grupos/sujeitos explorados ou marginalizados por considerá-los, em grande medida, incapazes de perceber o processo de dominação no qual estão inseridos (DERANTY, 2003). De acordo com

Deranty (2003), o papel do pesquisador é, na verdade, ajudar esses sujeitos e grupos a exprimirem seus desejos por reconhecimento, suas experiências e contribuir para derrubar os muros que os excluem de formas autorizadas de discurso.

De modo complementar, Spivak (2010) chama atenção para o papel dos intelectuais que desejam falar em nome do outro e, ao fazerem, acabam por relegar esse outro à condição de subalternidade por reforçar estruturas opressivas que o, de fato, silencia. Há, assim, *“o perigo de se construir o outro e o subalterno apenas como objetos de conhecimento por parte de intelectuais que almejam meramente falar pelo outro”* (ALMEIDA, 2010: 13). Para lidar com esse problema, seria necessário construir espaços de interlocução a partir dos quais o subalterno possa falar e, principalmente, ser ouvido. Sobre esse assunto, Alcoff afirma que *“devemos nos esforçar para criar, sempre que possível as condições para o diálogo e a prática de **falar com** em vez de **falar pelos outros**”*⁵ (ALCOFF, 1991: 23, tradução e grifos nossos).

Sobre o processo de pesquisa, um dos pontos que mais nos preocupou na pesquisa sobre o trabalho infantil doméstico foi como ouvir meninas e mulheres que o exerceram de modo a não reforçar a opressão e, ao mesmo tempo, fazer com que elas se sentissem confortáveis para manifestar suas opiniões e posicionamentos. Fizemos um longo investimento metodológico nessa área e avaliamos que o modo mais apropriado para ouvir essas meninas e mulheres era por meio de grupos focais por permitirem o diálogo e a interação não apenas com o pesquisador, mas também com as outras entrevistadas (MORGAN, 1997; MARQUES, 2007; BARBOUR, 2009), que, nesse caso, haviam passado pela mesma situação de trabalho infantil. Por meio dessa dinâmica interativa, acreditávamos que relações de poder, que silenciam ou empoderam, poderiam ser desveladas, reforçadas e mesmo questionadas.

Nesse sentido, Brites (2003) argumenta em favor da construção de perspectivas analíticas propícias para observar os subalternos não como retrógrados ou alienados, mas sim entender suas práticas políticas de modo

5 No original: “We should strive to create wherever possible the conditions for dialogue and the practice of speaking with and to rather than speaking for other”.

contextualizado “*para garantir um espaço a partir do qual estes ‘outros’, não inteiramente cúmplices do ideário moderno, possam participar da própria definição dos processos de participação política*” (BRITES, 2003: 78). Defendemos que os grupos focais, se considerados na perspectiva que apresentaremos na próxima seção, podem se configurar como uma oportunidade para sujeitos e grupos pouco ouvidos ou considerados publicamente falarem e manifestarem seus posicionamentos e discursos.

Isso porque sujeitos em condições subalternas ou de vulnerabilidade são considerados majoritariamente como “seres de necessidades” ao invés de “seres de discurso”, capazes de tomar a palavra (RANCIÈRE, 2004; CAL, 2013; MARQUES, 2013). Assim, de modo contrário à visão desses sujeitos como meras vítimas ou ingênuos, é fundamental considerar as possibilidades de que possam agir politicamente, questionar e refletir sobre aspectos concernentes às suas vidas e as de outros indivíduos e colocar em suspeição certa ordem estabelecida que determina os lugares, os papéis de cada um.

3. Sobre grupos focais

Esse método é considerado bastante adequado para examinar experiências, opiniões e preocupações dos sujeitos (KITZINGER; BARBOUR, 2001). Ainda mais porque possibilita a interconexão entre diferentes vivências e opiniões, o que pode oportunizar a construção de novos vieses e pontos de vista acerca de problemas comuns. Segundo Kitzinger e Barbour, “Participantes dos grupos focais têm a oportunidade de juntar as experiências fragmentadas dos membros do grupo e poder passar a ver os eventos em suas próprias vidas sob uma nova luz no curso de tal discussão⁶” (KITZINGER; BARBOUR, 2001: 19, tradução nossa).

6 No original: “Focus group participants have the opportunity to piece together the fragmented experiences of group members and may come to view events in their own lives in a new light in the course of such discussion”.

Devemos ressaltar que a finalidade dos grupos focais não pode ser a de reproduzir ambientes de conversação cotidianas. Não se trata de defender o método ou a validade da realização desses grupos por meio de justificativas para tentar aproximá-lo de condições realmente compartilhadas no dia-a-dia. Partimos da premissa de que os grupos focais são ambientes previamente organizados, mas que podem se tornar ricos espaços de interação entre sujeitos e que são capazes de estimular construções de sentido em conjunto. Desse modo, consideramos o processo de interação nos grupos mais rico e relevante do que apenas entrevistas individuais para pesquisas envolvendo indivíduos em situação de subalternidade. Como afirma Marques:

as pessoas, ao conversarem e trocarem pontos de vista umas com as outras, podem melhorar formas de pensar e de interpretar questões políticas que afetam diariamente suas vidas, e, ainda, aperfeiçoar os modos de formular verbalmente questões tidas como relevantes (MARQUES, 2007: 155)

A diferença crucial entre entrevistas individuais e grupos focais é que os últimos permitem a coleta de dados no contexto de interação mais amplo, em que há o estímulo para que os entrevistados respondam uns aos outros (KITZINGER; BARBOUR, 2001). Essa característica também o distingue de outras formas de entrevistas em grupo. De acordo com Kitzinger e Barbour (2001), nos grupos focais as interações são consideradas para geração de dados de análise e não apenas as falas isoladas dos participantes:

Ao invés de perguntar questões a uma pessoa de cada vez, os pesquisadores de grupo focal encorajam os participantes a conversar entre eles: fazendo perguntas, trocando anedotas e comentando acerca das experiências e dos pontos de vista dos outros. No mínimo, os participantes da pesquisa criam um público para o outro⁷ (KITZINGER; BARBOUR, 2001: 4, tradução nossa).

Desse modo, compreendemos os grupos focais como contextos de interação, onde há produção discursiva, e não como espaço de checagem de

⁷ No original: "Instead of asking questions of each person in turn, focus group researchers encourage participants to talk to one another: asking questions, exchanging anecdotes, and commenting on each others' experiences and points of view. At the very least, research participants create an audience for one another".

resultados de sondagens de opinião, como eles são normalmente vistos pela pesquisa mercadológica (MORGAN, 1997; BARBOUR; KITZINGER, 2001). Afinal, os “grupos focais são eles mesmos um contexto social⁸” (WILKINSON, 2001: 66, tradução nossa) que propicia ao investigador observar como os sentidos são construídos de modo conjunto por meio da interação entre os participantes.

Barbour chama atenção para o caráter situado e contextual das interações nos grupos focais. De modo complementar, Callaghan citada por Barbour (2009) afirma que, dependendo do modo como os grupos focais são organizados, eles podem acessar conhecimentos e perspectivas que compõem o *habitus* de determinados grupos, fazendo clara referência à teoria de Bourdieu sobre o assunto.

Como observa Morgan, “grupos focais são úteis quando se trata de investigar o que os participantes pensam, mas eles são excelentes em desvendar porque os participantes pensam como pensam” (MORGAN apud BARBOUR, 2009: 56). Assim, por conta dos possíveis ganhos analíticos, decidimos investir nessa forma de pesquisa de campo bastante exigente do ponto de vista da logística, da criação de condições de realização, dos desafios da moderação, da dificuldade de registrar aqueles momentos mais complexos do que o gravador poderia alcançar e das formas de se analisar esse material. Apesar de reconhecermos as potencialidades do método de grupos focais, é essencial manter uma postura constantemente crítica em relação ao papel deles na pesquisa e as formas pelas quais os estávamos conduzindo. Desse modo, uma estratégia importante é realizar grupos exploratórios para verificar a validade do método em fornecer respostas ao problema de pesquisa em tela. Roteiros, questões, perfis das entrevistadas devem ser repensados à luz da experiência de realização desses grupos iniciais.

Duas questões merecem ser destacadas em relação aos grupos focais com sujeitos considerados ‘vulneráveis’ ou ‘oprimidos’: (a) como lidar com temas sensíveis?; (b) como acessar o que seria a ‘verdade’ nas falas dos entrevistados? Com o propósito de esclarecer nossa posição acerca dessas indagações, as discutiremos a seguir.

8 No original: “Focus groups is itself a social context”.

4. Como lidar com temas sensíveis?

Um dos desafios enfrentados desde o início da nossa pesquisa era como realizar os grupos focais acerca das relações de poder no trabalho infantil doméstico de modo a não causar constrangimentos para meninas e mulheres que foram trabalhadoras na infância e na adolescência. Para Klocker (2012), ao trazer à tona casos de exploração e de violência, há o risco de afetar negativamente as entrevistadas por meio da recordação de situações tristes que poderiam estar esquecidas. Nesse sentido, a autora argumenta que o trabalho infantil doméstico é um tema sensível que demanda especial atenção do investigador na realização e na condução de entrevistas⁹.

Segundo Barbour (2009), a “delicadeza” de um assunto não é algo inerente a ele, mas o produto de um processo cultural e social. A pesquisadora argumenta que grupos focais podem ser utilizados para coleta de dados em grupos de distintos indivíduos tidos como “vulneráveis” acerca de temas “difíceis”, como, por exemplo, pesquisas empreendidas com garotas suecas acerca de sexualidade e aborto, com pacientes terminais acerca dos cuidados no fim da vida ou ainda com doentes mentais. Na pesquisa com trabalhadoras e ex-trabalhadoras infantis domésticas, a dificuldade era não afetá-las negativamente com as discussões nos grupos focais e, ao mesmo tempo, buscar um meio termo para que a abordagem não ficasse superficial ou amena demais a ponto de desfavorecer a pesquisa.

Essa perspectiva está de acordo com a de Farquhar (2001), que afirma a necessidade de o pesquisador refletir acerca do que é julgado como tema sensível e por quem. Assim, é essencial que se avalie o quanto que um desenho de pesquisa pode ser sensível “em razão do com quem queremos conversar, quem nós somos ou sobre o que queremos conversar. Somente então é possível avaliar com propriedade a adoção de um método particular como os grupos focais”¹⁰(FARQUHAR, 2001: 49, tradução nossa).

9 A pesquisa de Klocker (2012) foi realizada a partir de entrevistas individuais com adolescentes que estavam trabalhando em casas de família e adolescentes que já tinham sido trabalhadoras domésticas na Tanzânia. A questão principal perseguida pela autora eram as implicações metodológicas da comparação entre as perspectivas de atuais e antigas adolescentes trabalhadoras domésticas. A conclusão da autora é que ambas as perspectivas, quando combinadas, enriquecem e complexificam o entendimento acerca do trabalho infantil.

10 No original: “(...) because of who we want to talk to, who we are or what we want to talk about. Only then is it possible to access the appropriateness of adopting a particular method, such as focus groups”.

Após essa etapa, de acordo com a autora, é essencial também refletir sobre as implicações que a realização de grupos focais pode trazer para o estudo em curso e para os sujeitos envolvidos na pesquisa, tanto entrevistados quanto pesquisadores (FARQUHAR, 2001).

Sobre a realização de grupos focais acerca de temas sensíveis, Farquhar afirma que a configuração grupal favorece o compartilhamento de experiências e processos de auto revelação mais do que entrevistas isoladas. Em razão disso e do perfil homogêneo dos participantes, os grupos focais podem estimular a emergência de situações que não haviam sido expostas e discutidas (como, por exemplo, abuso sexual de patrões no caso da pesquisa sobre trabalho infantil doméstico).

Farquhar apresenta algumas orientações em relação sobre como iniciar grupos focais sobre temas sensíveis. Atividades de aquecimento, explicações claras sobre o que está acontecendo e o que irá ocorrer em seguida, definição de regras, discussão sobre a possibilidade de gravação. Entretanto, é preciso ter bom senso em relação à escolha das atividades de aquecimento, sobretudo, quando o grupo a ser entrevistado é composto por adultos porque eles podem não querer se engajar nesse tipo de atividade. Começar de um assunto menos pessoal para um mais pessoal também pode ajudar a desenvolver e estimular a discussão no grupo (FARQUHAR, 2001). Morgan (1997) sugere ainda a adoção da estratégia do funil em que a discussão começa por assuntos sobre os quais os participantes possam facilmente falar e discutir para, paulatinamente, ir aprofundando em direção às temáticas principais.

Nos grupos focais que empreendemos sobre o trabalho infantil doméstico, recorremos a diferentes estratégias para garantir um contexto propício de interação e discussão. Para começar a conversa, explicava que aquele momento fazia parte de uma pesquisa que eu estava desenvolvendo sobre o trabalho doméstico, agradecia a participação delas e pedia para gravar as suas falas “já que era impossível lembrar tudo de cabeça”. A escolha foi pela gravação apenas do áudio por considerar um modo menos constrangedor, o que se mostrou verdadeiro ao longo da condução dos grupos já que as entrevistadas se sentiram à vontade para relatar inclusive dramas e violências vivenciados durante o trabalho infantil doméstico. Outra estratégia que foi

fundamental para iniciar a discussão nos grupos foi a “dinâmica do crachá”: cada participante deveria num pedaço de papel escrever o nome ou apelido e fazer um desenho que representasse algo a elas. Em seguida, cada uma se apresentava e explicava o porquê do desenho¹¹.

A dinâmica do funil também se mostrou bastante adequada. Perguntávamos inicialmente sobre questões fáceis de serem respondidas, como a divisão das tarefas domésticas entre homens e mulheres até chegarmos ao trabalho infantil doméstico.

Apesar dos desafios para lidar com temas sensíveis ou sujeitos vulneráveis em grupos focais, Farquhar (2001) ressalta que os grupos focais como método de coleta de dados podem contribuir para dar voz a expressões e indivíduos por vezes pouco considerados na arena pública. *“Podem criar um espaço relativamente seguro para a divulgação das experiências ou comportamentos que em outros contextos seriam vistos como tabu”*¹² (FARQUHAR, 2001: 62, tradução nossa) ou, no nosso caso, expressões de sujeitos inferiorizados segundo hierarquias de valor sociais amplamente compartilhadas em nossa sociedade (SOUZA, 2009).

O contexto interativo do grupo focal, portanto, quando construído entre sujeitos que compartilharam experiências semelhantes, pode atuar como espaço de tematização de elementos antes não discutidos. Assim, os grupos focais se configuraram como espaços em sujeitos em situação de subalternidade podem fazer uso da palavra. Oferecer condições para que discutam sobre assuntos que lhes dizem respeito significa prestar atenção ao que eles têm a dizer (e como dizem) sobre as próprias vidas e as questões que lhes afetam.

5. Como acessar o que seria a “verdade” nas falas dos entrevistados?

Uma crítica comum a pesquisas que envolvem a investigação de sujeitos

11 Essa dinâmica foi muito importante também porque permitiu a gravação com clareza da voz de cada participante, o que facilitou a identificação delas durante a transcrição dos grupos focais.

12 No original: “they may create a relatively safe space for the disclosure of experiences or behaviors which in other contexts would be seen as taboo”

considerados subjugados por relações de poder refere-se à “incapacidade” dos entrevistados de fornecerem informações verdadeiras acerca de sua própria condição na medida em que tudo que disserem será visto como resultado de processos ideológicos. Ao pesquisar a “ralé brasileira”, Souza (2009) e colaboradores empreenderam um grande esforço e realizaram repetidas entrevistas com os mesmos sujeitos durante dois anos visando à “re-construção” da verdade acerca dos depoimentos de suas fontes de tal forma que interesses e conflitos latentes pudessem ser identificados e interpretados. A premissa de Souza é que a “verdade” não é acessível a esses sujeitos e nem no modo como se expressam. “Principalmente o [discurso] dos humilhados e ofendidos, que, por razões óbvias, não podem aceitar subjetivamente a percepção negativa, cheia de suspeita (...) e até abertamente hostil e humilhante que o mundo social faz deles” (SOUZA, 2009: 438). Souza destaca que a informação do entrevistado é essencial, porém afirma que o pesquisador deve “reconstruir a verdade” das informações obtidas para que situações e interesses “inconscientes” e “pré-reflexivos” sejam apreendidos e contextualizados.

A posição do autor é a de que, num primeiro momento de entrevista, as pessoas tendem a revelar e comentar, sobretudo, aspectos positivos da sua própria história, “maquiando” de certa forma a realidade vivida. Com o desenrolar de outros momentos de questionamento, tenderiam a surgir mais paradoxos e ambiguidades do primeiro cenário construído pelo entrevistado.

A partir da literatura acerca de grupos focais e da nossa experiência como moderadora, consideramos plausível afirmar que a dinâmica interativa desse método de coleta de dados possibilita a emergência dessas tensões e ambiguidades em relação aos depoimentos e relatos apresentados pelos sujeitos nos grupos. Isso porque durante os processos de discussão nos grupos focais, pretensões de validade são testadas, questionadas e postas à prova constantemente pelos próprios participantes. Ainda assim, consideramos, tal como Klocker (2012), que não há uma única “verdade” a ser descoberta nas falas desses sujeitos. Não se trata de ouvir as falas dos entrevistados para descobrir a sua confiabilidade ou precisão, “o que é, então, de interesse não é se uma história é verdadeira, mas porque alguém opta por contá-la de

modo particular” (BARBOUR, 2009: 59).

Acerca desse assunto, consideramos ainda a posição de Portelli sobre a “verdade” das fontes de pesquisas em História Oral. Segundo ele, “*o realmente importante não é ser a memória apenas um depositário passivo de fatos, mas também um processo ativo de criação de significações*” (PORTELLI, 1997: 33). Assim, a “utilidade” dessas fontes não está no fato de poderem relatar eventos e fatos passados, mas em como buscam atribuir sentido ao modo como a memória acomodou aquelas lembranças (PORTELLI, 1997). Portanto, não é apenas a veracidade dos relatos que nos interessam, e sim o modo pelo qual eles dizem acerca dos sujeitos envolvidos e das questões em discussão.

6. Considerações finais

Nosso objetivo neste capítulo foi discutir as potencialidades do grupo focal como método para coleta de dados em pesquisas que considerem sujeitos em situação de subalternidade ou vulnerabilidade social, principalmente as construídas a partir do paradigma crítico e emancipatório das visadas mais recentes da Teoria Crítica, que trabalham de modo empírico com deliberação e/ou reconhecimento.

Mais do que simplesmente métodos para coleta de dados, os grupos focais, como apresentados ao longo desse texto, podem se constituir espaços para a tomada de palavra de sujeitos pouco considerados publicamente. Além disso, ao estimular a discussão, envolve esses sujeitos na resolução de problemas que lhes dizem respeito, contribuindo, assim, para incentivar a implicação política desse público.

Na pesquisa que realizamos sobre o trabalho infantil doméstico, nosso entendimento era de que, como se tratavam de espaços de interação, a dinâmica desses grupos contribuiria para o desvelamento das relações de poder que atravessam o trabalho infantil doméstico e isso significou lidar com a discussão sobre temas sensíveis, com expressões de dor e de indignação.

Nesse contexto, o pesquisador/moderador é também sujeito de interlocução, que participa daquela cena, que a vive.

Ao mesmo tempo, os sujeitos da pesquisa, ainda que em situação de subalternidade, possuem um papel ativo na realização e na condução dos grupos focais e na investigação de modo geral. Isso ficou claro durante o encerramento de um dos grupos sobre trabalho infantil doméstico que moderei: elas exigiam o comprometimento da pesquisadora.

Zeze: Sobre esse teu trabalho, esse trabalho é muito importante. Sobre essa nossa conversa: vai ficar só aqui ou tu vais relatar ao público?

Ericka: É porque ela é jornalista! Tem que levar para frente...

Moderadora: Eu só não vou divulgar os nomes reais de vocês. O que a gente conversou vai virar um trabalho, um relatório, vai virar artigos que eu vou apresentar em vários lugares diferentes.

Ericka: Ela vai aumentar a matéria...

Moderadora: Agora eu não vou escrever, pelo menos por agora, para o jornal, mas eu vou ajudar em outros espaços. Mas para o jornal agora... Mas pode ser. Pode ser que depois que eu termine a pesquisa, eles se interessem, como foi na minha..., em outra pesquisa que eu fiz também sobre o trabalho doméstico. Aí saiu a matéria no jornal, mas eu não posso garantir isso para vocês. Mas vai ser bastante estudado.

Zeze: Tá ótimo!

Ericka: Isso aqui pode fazer até um livro, não é?

Moderadora: Pode.

Fofa: Que eles lutem.

Ericka: Para as pessoas comprarem e divulgarem essa palestra, não é?

Moderadora: Isso vai ser estudado nas universidades. Isso que vocês estão falando aqui as pessoas vão estudar nas universidades. Quando eu der aula, minha professora der aula, eles vão ouvir e vão ler o que vocês falaram.

Zeze: Está ótimo! (CAL, 2016: 333).

Assim, os desafios de escuta do outro subalterno não encerram com criação de oportunidades adequadas para *falar com* esse outro, nem com a construção de ferramentas analíticas que permitam examinar a complexidade dessa tomada de palavra. O principal desafio que se coloca é como dar vazão ao desejo de serem ouvidos desses sujeitos e como fazer isso de modo consequente para o contexto social e político no qual vivem.

Referências

ALCOFF, L.M., fte problem of speaking for others. **Cultural Critique**, 20, 5-32, 1991.

ALMEIDA, S. Prefácio: Apresentando Spivak In SPIVAK, G. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, p. 7-18.

BARBOUR, Rosaline. **Grupos focais**. Porto Alegre, RS: Artmed Editora, 2009.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRITES, Jurema. Serviço Doméstico: elementos políticos de um campo desprovido de ilusões. **Campos - Revista de Antropologia Social**, v. 3, p. 65-82, 2003.

CAL, Danila. Comunicação e Subjetivação Política: o caso do trabalho infantil doméstico. **Revista Fronteiras – Estudos Midiáticos**, v. 15, n. 1, 2013.

_____. **Configuração Política e Relações de Poder no Trabalho Infantil Doméstico: tensões nos discursos dos media e de trabalhadoras**. 297f. Tese (Doutorado em Comunicação Social). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, Belo Horizonte, 2014.

_____. **Comunicação e Trabalho Infantil Doméstico: política, poder, resistências**. Salvador: Edufba/Compós, 2016.

_____. **Entre o privado e o público: contextos comunicativos, deliberação e trabalho infantil doméstico**. 152f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, Belo Horizonte, 2007.

CAL, Danila; Maia, R.C.M, Making sense about child domestic labor: between diplomatic or agonistic deliberation In MAIA, R.C.M. **Media, deliberation and political talk**. Hampton Press: New York, 2012, p. 255-286.

DERANTY, Jean-Philippe. Jacques Rancière's Contribution to fte Ethics of Recognition. **Political Theory**, 31, p. 136-156, 2003.

FARQUHAR, Clare. Are focus groups suitable for 'sensitive' topics? In BARBOUR, Rosaline S.; KITZINGER, Jenny (org.). **Developing Focus Group Research: Politics, fteory and Practice**. London: SAGE, 2001. p. 47-63.

HABERMAS, Jürgen. O papel da sociedade civil e da esfera pública política In **Direito e Democracia: entre faticidade e validade**. Volume II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003, p. 57-123.

HONNETH, A. *I in We: Recognition as a Driving Force of Group Formation* In HONNETH, A. **The I in WE: studies in the Theory of Recognition**. Cambridge: Polity Press, 2012, p. 201-216.

HONNETH, A. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Ed. 34, 2003.

KITZINGER, Jenny; BARBOUR, Rosaline S. Introduction: the challenge and promise of focus groups In BARBOUR, Rosaline S.; KITZINGER, Jenny (org.). **Developing Focus Group Research: Politics, theory and Practice**. London: SAGE, 2001. p. 1-20.

KLOCKER, Natascha. Conducting sensitive research in the present and past tense: Recounting the stories of current and former child domestic workers. **Geoforum**, p. 894-904, mai. 2012.

MAIA, Rousiley C. M. . **Recognition and the Media**. 1. ed. Hampshire / Nova York: Palgrave- Macmillan, 2014.

MAIA, Rousiley C. M. ; GARCÊZ, REGIANE L. O. ; OIVEIRA, V. V. ; MIOLA, E. ; NEVES, B. B. ; OLIVEIRA, A. G. ; ROSSINI, P. G. C. ; LYCARIO, D. B. S. ; CAL, D. A teoria crítica nos estudos da Comunicação: uma agenda empírica para o programa de Jürgen Habermas e de Axel Honneth In FRANÇA, V.; ALDÉ, A.; RAMOS, M. (Org.). **Teorias da Comunicação no Brasil**. 1ed. Salvador: Edufba, 2014, p. 197-219.

MAIA, Rousiley C. M.; CAL, Danila. Recognition and ideology: assessing justice and injustice in the case of child domestic labor. **Journal of Political Power**, v. 7, n. 1, p. 63-85, 2014.

MAIA, Rousiley C.M. **Deliberation, the media and political talk**. New York, NY: Hampton Pres, 2012.

MARQUES, Ângela C. S. **O Processo Deliberativo a partir das Margens: o Programa Bolsa-Família na mídia e na fala das beneficiárias**. Tese (Doutorado em Comunicação Social) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

MARQUES, A. C. S. Três bases estéticas e comunicacionais da política: cenas de dissenso, criação do comum e modos de resistência. **Contracampo**, v. 26, p. 126-145, 2013.

MARQUES, Ângela; ROCHA, Simone. A produção de sentido nos contextos de recepção: em foco o grupo focal. **Fronteiras**, vol. VIII, nº 1, jan./abr. 2006b, p.38-53.

MENDONÇA, Ricardo F. **Reconhecimento e deliberação: a luta das pessoas atingidas pela hanseníase em diferentes âmbitos internacionais**. 385 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

MORGAN, David. **Focus Groups as qualitative research**. London: Sage, 1997.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Proj. História**, São Paulo, n. 14, fev. 1997, p. 25-39.

RANCIÈRE, J. **Aux bords du politique**. Paris, Gallimard, 2004, 260 p.

SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira: quem é e como vive?**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.

WILKINSON, Sue. How useful are focus groups in feminist research? In: BARBOUR, Rosaline S.; KITZINGER, Jenny (orgs.). **Developing Focus Group Research: Politics, theory and Practice**. London: Sage, 2001, pp. 64-78.

Capítulo 5



Resistência e Jornal Pessoal: Da ditadura civil-militar à democracia na Amazônia

Célia Regina Trindade Chagas Amorim

Milene Costa de Sousa

Natália Cristina Rodrigues Pereira

Lanna Paula Ramos da Silva

Resumo

Este artigo busca entender as transformações pelas quais as mídias alternativas na Amazônia, *Resistência e Jornal Pessoal*, passaram no contexto histórico da ditadura civil-militar (1964-1985) e pós-ditadura. A primeira surgiu no regime ditatorial em 1978; e a segunda, no ano de 1987, época de democracia estabelecida no Brasil. Essas publicações, que são mídias radicais, à luz dos estudos de John Downing (2002), começaram no meio impresso e no contemporâneo ganharam as páginas da *web*. O artigo estrutura-se em três pontos fundamentais: uma breve contextualização da ditadura e da redemocratização, no cenário nacional e regional amazônico; os conceitos relacionados às formas de comunicação alternativas dos períodos investigados; e a análise dos dois jornais, observando a maneira pela qual os alternativos se apropriaram das tecnologias disponíveis em cada contexto histórico para a manutenção de suas atividades de resistência na região.

Palavras-chave: Mídias Alternativas; Ditadura Civil-Militar; Amazônia.

1. Introdução

A América Latina, a partir da segunda metade do século passado, foi assolada por ditaduras - Argentina (1962 a 1983), Chile (1973 a 1990), Brasil (1964 a 1985) - sustentadas pelos Estados Unidos. O período era o

da Guerra Fria que apresentava de forma evidente dois inimigos políticos e ideológicos que disputavam a hegemonia do mundo: Estados Unidos, sob a égide do capitalismo; e União Soviética, de matriz socialista. No Brasil, a ditadura teve início com a tomada do poder pelas forças armadas brasileiras, sob o pretexto de que a ação era necessária para a manutenção dos processos democráticos contra a ameaça comunista que poderia se instalar no país.

Os pesquisadores Petit e Cuéllar (2012) afirmam que apesar de ser evidente a centralização das Forças Armadas na tomada do golpe de estado no Brasil a partir de 1964, com o apoio ideológico dos Estados Unidos, não se pode deixar de observar que a natureza da ditadura no país foi no âmbito civil-militar, já que contou com apoio, proteção e subserviência de setores da sociedade civil como empresários e grandes fazendeiros, políticos conservadores, uma parcela significativa da hierarquia da Igreja Católica e dos meios de comunicação de massas.

Foram esses setores que alimentaram durante anos, sobretudo a partir de 1961, a luta contra os reformistas-populistas e contra a crescente influência na sociedade brasileira dos partidos e organizações de esquerda, especialmente o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Tal constatação se impõe sem desmerecer, nunca, o apoio ideológico, econômico e militar do governo dos Estados Unidos aos golpistas no contexto internacional da Guerra Fria e do impacto no continente americano da Revolução Cubana e, portanto, da disputa político-ideológica entre partidários do sistema capitalista e socialista no mundo (2012: 170).

Na Amazônia brasileira, a adesão dos meios de comunicação de massa tradicionais à ditadura civil-militar foi emoldurada pelas sucessivas propagações em suas páginas dos planos desenvolvimentistas para a região, à moda do “integrar para não entregar”, mas também reforçavam em seus discursos verbal ou imagético os possíveis perigos do “*comunismo ou da ameaça vermelha*”. Petit e Cuéllar (2012), ao analisarem estudos sobre a imprensa do Estado do Pará, observam que

Tratava-se de matérias que “desqualificavam” o ideário marxista como estratégia de embate ideológico que permeou a Guerra Fria. Os artigos versavam sobre o “Perigo Vermelho”, “Cubanização”, “Avanço Comunista” e outras expressões que instigavam os leitores a pensar esse regime sócio-político-econômico como um inimigo a ser combatido (Velarde, 2005; Sousa, 2011, Apud Petit e Cuéllar, 2012: 180-1).

Como os meios de comunicação de massa pautaram suas páginas pela agenda dos militares, ora imprimindo os perigos do comunismo e outros temas correlatos, ora ressaltando os planos de desenvolvimento para a Amazônia ou as conquistas alcançadas com o “milagre econômico” brasileiro e com a vitória da seleção de futebol na Copa do Mundo de 1970, outros veículos de comunicação tiveram que ser criados para garantir informações de interesse público não ligadas ao regime.

É nesse período que há um “boom” de pequenos jornais alternativos no Brasil que tinham, dentro da diversidade de cada projeto, um ponto em comum:

O que identificava toda a imprensa alternativa era a contingência do combate político-ideológico à ditadura, na tradição de lutas por mudanças estruturais e de crítica ortodoxa a um capitalismo periférico e ao *imperialismo*, dos quais a ditadura era vista como uma representação. (KUCINSKI, 2001: 6).

São desta época os jornais alternativos O Pasquim (1969), Em Tempo (1977), O Movimento (1975). Na Amazônia destacavam-se os jornais Varadouro (1977), do Acre; Nanico (1979) e Resistência (1978), de Belém do Pará, etc. Este último, um dos objetos de análise do presente artigo, está com página na internet.

Diversos acontecimentos levaram os 21 anos de ditadura civil-militar ao fim, quando o Brasil pôde enfim se redemocratizar. Segundo o sociólogo Marco Aurélio Nogueira (2007), a redemocratização no país começou antes do fim do governo militarista. Em um primeiro momento, o autor delimita o período a partir do ano de 1975 (quando ocorreu a morte do jornalista Vladimir Herzog) ao ano de 1988, quando foi aprovada a nova constituição brasileira. Por outro lado, Nogueira sugere que a redemocratização pode

ter outros momentos que servem como pontos iniciais: a realização de uma eleição direta em 1989; a estabilização econômica realizada no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1994; a eleição de Lula em 2002 - vindo do movimento operário para a Presidência da República.

Apesar da tentativa de demarcar em períodos o início da redemocratização no Brasil, Nogueira admite que não há como definir uma data precisa para início do processo, pois o fim de uma ditadura “(...) *só se completa quando se consegue dar início à edificação de um regime firmemente comprometido com a democracia, legitimado socialmente e sustentado por uma cultura pública revigorada.*” (NOGUEIRA, 2006: 206).

Mas, à medida que o país avança - levando-se em consideração que o fim da ditadura é recente - pode-se visualizar mecanismos de fortalecimento democráticos como o processo de eleições diretas e seu aperfeiçoamento no país, em que cada cidadão pode escolher seus representantes políticos; a participação de cidadãos ativos em movimentos sociais lutando por melhores condições de vida; o número ascendente de atores sociais que utilizam canais de comunicação, como os populares e alternativos, dentre outros.

Especificamente neste artigo, analisam-se dois meios de comunicação contra hegemônicos: o *Jornal Resistência* (1978) e o *Jornal Pessoal* (1987), de conteúdo crítico-emancipador. O primeiro nasceu no período de ditadura militar e, o segundo, no período de redemocratização pelo qual o Brasil passou a partir de 1985. Hoje, essas publicações podem ser encontradas não só no formato impresso como também em páginas na internet. A análise se concentra na reconfiguração, que, enquanto mídias alternativas, o *Jornal Resistência* e o *Jornal Pessoal*, assumiram no período da ditadura civil-militar até os dias atuais, estudando a maneira pela qual se apropriaram das tecnologias disponíveis em cada contexto histórico para a manutenção de suas atividades de resistência na região, desde o nascimento no meio impresso até a adaptação dos jornais ao meio *online* e às redes que se formaram a partir dessa mudança.

O compartilhamento de informações por essas mídias alternativas se reveste de uma grande importância na Amazônia. A internet contribuiu para que pessoas de todas as partes do planeta pudessem produzir e distribuir

conteúdo, diminuindo as barreiras geográficas, que, no caso da região, são enormes. De acordo com a pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), na Amazônia, em 2013, o número de domicílios que utilizaram o celular para ter acesso à internet alcançou 75%, cenário diferente de outras regiões, que têm o computador como ferramenta principal para acessar a internet¹.

2. Imprensa/Mídias Alternativas: luta pela democratização da comunicação

A luta por direitos de cidadania, ativada por diversos atores sociais ligados a movimentos sociais/populares ou não, mantém-se firme e se readequando às mudanças de contexto político, econômico, cultural, tecnológico e ideológico. É nesta perspectiva que se afirma que, durante a ditadura civil-militar, a imprensa alternativa, como era chamada no período, foi um dos principais meios a serem utilizados por grupos de esquerda, intelectuais, jornalistas e populares para combater o regime. Os jornais eram vendidos em bancas de revistas ou clandestinamente. Outros eram distribuídos de forma gratuita. Os alternativos tinham como pauta a censura, a luta pela democracia do País, a denúncia contra as violações do direito do homem, a política externa, etc.

Com a consolidação da democracia brasileira, os meios de comunicação alternativos - alguns sobreviveram ao período ditatorial - inseriram-se no universo multimidiático em rede e passaram a pautar conteúdos mais diversificados, *“de enfoques críticos e contestadores; aos políticos e educativos e até os literários e artísticos”* (PERUZZO, 2008: 13).

Segundo Downing, as mídias radicais alternativas, termo mais amplo que imprensa, são uma *“resistência a múltiplas fontes de opressão”* (2002: 53) exercida por diferentes setores da sociedade. Muitas vezes surgem em tempos de conflitos e tensões políticas como em períodos de ditaduras, guerras ou

¹ Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio. Disponível: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=40 Acesso em 30 de maio de 2017.

em sociedades nas quais a dominação cultural gera uma situação de opressão. Para ele, esse tipo de mídia “*expande o âmbito das informações, da reflexão e da troca a partir dos limites hegemônicos, geralmente estreitos, do discurso da mídia convencional*” (2002: 81), destacando vozes por vezes ridicularizadas ou assuntos omitidos nos meios de comunicação hegemônicos.

Nos estudos de Gramsci há vários questionamentos importantes quando se pensa em mudanças na hegemonia. Um deles remete à consciência crítica.

[...] é preferível “pensar” sem disto ter consciência crítica, de uma maneira desagregada e ocasional, isto é, “participar” de uma concepção de mundo “imposta” mecanicamente pelo ambiente exterior, ou seja, por um dos vários grupos sociais nos quais todos estão automaticamente envolvidos desde a sua entrada no mundo consciente [...] ou é preferível elaborar a própria concepção do mundo de uma maneira consciente e crítica e, portanto, [...] escolher a própria esfera de atividade, participar ativamente na produção da história do mundo[...]? (C 11, § 12: 13; 75/v. 1: 93-94).

A elaboração de uma consciência crítica, tal como formula o filósofo italiano, torna-se estratégica nas disputas pelo poder, já que a hegemonia “*nunca é um cadáver congelado*” (Downing, 2002: 50), ao contrário, ela é instável e constantemente negociada e disputada pelas classes sociais.

Nesta perspectiva, muitas mídias, de matriz contra hegemônica, são impulsionadoras de questionamentos à ordem estabelecida, tornam-se instrumentos de classes sociais subalternas para revelar o sistema opressor e propor soluções às demandas não atendidas pelo Estado, também funcionam como uma espécie de esfera pública alternativa.

Ao trabalhar o conceito de esfera pública alternativa, Downing utiliza o estudo de Habermas (esfera pública) e de outros pensadores, como os críticos marxistas Oskar Negt e Alexander Kluge 1972, esses últimos destacam a formação de uma esfera pública *proletária* na contemporaneidade, zonas alternativas para o debate e para a reflexão na sociedade. (Downing, 2002).

A esfera pública alternativa, citada por Downing, se reconfigura em tempos de globalização planetária. Com a internet, aumentou o poder de

participação de grupos diversos na produção e distribuição da informação; possibilitou também um maior fluxo de informações, de longo alcance e em um menor espaço de tempo (Castells, 1999). A rede mundial de computadores, porém, está longe de promover a igualdade social no campo eletrônico:

O processo da formação e difusão da Internet e das redes de CMC² a ela ligadas nos últimos 25 anos moldou de forma definitiva a estrutura do novo veículo de comunicação na arquitetura da rede, na cultura de seus usuários e nos padrões reais de comunicação. A arquitetura da rede é, e continuará sendo, aberta sob o ponto de vista tecnológico, possibilitando amplo acesso público e limitando seriamente restrições governamentais ou comerciais a esse acesso, embora a desigualdade social se manifeste de maneira poderosa no domínio eletrônico. (CASTELLS, 1999: 441).

Entretanto, muitos grupos ou atores sociais viram na internet um espaço de oportunidade para emitir informações e opiniões por meio dos processos de comunicação alternativa, revolucionados pela comunicação mediada por computador (CMC), ganhando novos formatos e feições (PERUZZO, 2008). Através da criação de sites e blogs, por exemplo, a comunicação popular alternativa pôde interagir com outros diversos atores sociais que estão conectados pelo mundo ao novo sistema de comunicação.

Dênis de Moraes (2007), estudioso de Gramsci, compreende a internet como uma *“arena de lutas e conflitos pela hegemonia, vale dizer, de batalhas permanentes pela conquista do consenso social e da liderança cultural-ideológica de uma classe ou bloco de classes sobre as outras”* (2007: 1). Isso significa que as lutas que antes eram travadas entre as classes sociais não desapareceram, ao contrário migraram também para o meio virtual.

Para o autor (2007), as mídias alternativas devem ter comprometimento com as mudanças sociais, e utilizar o espaço virtual de forma democrática, por meio da descentralização de informações, cobertura de eventos sociais,

2 Comunicação mediada por computadores (CMC).

fornecimento de *softwares* livres, diálogos que incentivem a diversidade de ideias e atuem em oposição ao sistema neoliberal. Tal prática é ainda mais importante em países periféricos em que as desigualdades sociais são mais visíveis, como no Brasil, e na Amazônia em particular.

3. Jornal Resistência

Em 1977, ainda sob os ares da ditadura civil-militar, foi criada no Pará a Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH) com a finalidade de lutar contra as violações aos direitos humanos ocorridas na Amazônia e a favor da anistia dos presos políticos do país. Os estudos de Paulo Ferreira (2009, p. 1) indicam que a entidade foi organizada por “lavradores, profissionais liberais, funcionários públicos, estudantes, religiosos, operários da construção civil e gráficos” ligados ao Partido Comunista do Brasil (PC do B) (2009: 1) que se posicionavam contra o regime imposto na fronteira Norte do País. Para fortalecer a luta, a SDDH lançou, em 1978, o Jornal Resistência.

Figura 1: Fotos do Jornal Resistência, nº 37, 1982.



Fonte: Centur - Biblioteca Pública. Obras Raras. Fotos: Equipe do Projeto Mídias Alternativas na Amazônia, 2014.

Com o lema “Resistir é preciso”, o objetivo do jornal à época, segundo a professora Doutora da Faculdade de Comunicação da UFPA e colaboradora do alternativo, Rosaly Brito³, era alertar sobre as pressões comandadas pelo governo militar na Amazônia, lutar contra os problemas sociais que a região enfrentava devido à implantação de grandes projetos na região e denunciar os constantes massacres de índios, colonos e posseiros que se posicionavam contrários à utilização da Amazônia apenas de forma mercadológica (BRITO, 2013).

Enquanto a mídia convencional enfatizava ora as riquezas contidas na Serra dos Carajás, no Sudeste do Pará, ora o projeto do governo brasileiro para a exploração mineral, o *Resistência* se preocupava em expor as “*lutas contra os latifundiários da castanha, a chegada dos pecuaristas mineiros e paulistas, e os capixabas, do extrativismo madeireiro*” (FERREIRA, 2009: 6). Ao possuir uma linha editorial de contra hegemonia na Amazônia, apoiando diversos movimentos sociais e políticos, a equipe responsável pela publicação sofreu ameaças e atentados violentos durante o regime.

Ferreira (2009) registra que a quinta edição do jornal continha depoimentos de quatro ex-presos políticos que foram torturados por policiais no Ministério do Exército. Por este motivo, antes que as edições fossem colocadas à venda, os jornais foram apreendidos pela Polícia Federal. Diante de tanta arbitrariedade, distribuir o jornal no estado do Pará se tornou tarefa difícil de ser exercida e poucas bancas de revistas aceitavam vender o jornal.

Com a abertura política no país preparando o processo de redemocratização, o *Resistência* enfrentou crises financeira e política. A financeira, típica da natureza alternativa desses meios de comunicação, que não eram voltados para o mercado e dependiam do trabalho voluntário de jornalistas e outros atores sociais que compartilhavam a ideologia do jornal; e no campo político, parte considerável dos jornalistas eram ligados ao Partido Comunista do Brasil (PC do B) e acreditavam que a proposta editorial do jornal deveria estar em sintonia com o que era pregado pelo partido.

3 Matéria publicada na edição online do *Resistência*, de agosto de 2013. (BRITO, 2013).

Todos esses fatores, acrescidos da brutal recessão econômica, que debilitava as finanças da SDDH, mais os prejuízos causados pela censura, contribuíram para, junto com as divergências ideológicas, encerrar a participação do *Resistência*, uma das mais saudáveis experiências da imprensa alternativa no Norte do Brasil. (FERREIRA, 2009: 16)

Depois de um longo tempo sem ser publicado, a SDDH resolveu retornar ações do jornal aproveitando a rede mundial de computadores, a internet. Hoje existe uma versão online do *Resistência*, em PDF na internet. Ainda não se caracterizou como uma publicação regular na web. Nos últimos anos foram lançadas apenas uma edição online por ano, agosto de 2013, dezembro de 2014, e sendo a última, a de agosto de 2015. Entretanto, foram criados também um blog⁴, uma página no Facebook⁵ e um perfil no Twitter⁶.

Figura 2: Página do Jornal Resistência



Fonte: <<https://www.facebook.com/resistenciaonline?fref=ts>>. Acesso em 01 dez. 2014.

4 Disponível em: <http://jornalresistenciaonline.blogspot.com.br/> Acesso em: 01 dez. 2014.

5 Disponível em: <https://www.facebook.com/resistenciaonline?fref=ts> Acesso em: 01 dez. 2014.

6 Disponível em: <https://twitter.com/ResistenciaSDDH> Acesso em: 01 dez. 2014.

Figura 2: Página do Jornal Resistência



Fonte: <<https://www.facebook.com/resistenciaonline?fref=ts>>. Acesso em 01 dez. 2014.

Figura 3: Imagens do Blog Resistência.



Fonte: <<http://jornalresistenciaonline.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 12 jun. 2017.

Figura 4: Imagem do Twitter Resistência.



Fonte: <<https://twitter.com/ResistenciaSDDH>>. Acesso em: 01 dez. 2014

Guardadas as devidas proporções de contexto histórico e de atores sociais envolvidos em cada projeto do Resistência impresso e do online, a Amazônia é a temática central. Um exemplo, encontrado no blog, é a Nota de Repúdio da SDDH referente ao assassinato de 10 trabalhadores rurais em Pau d'Arco, no sudeste do Pará. Os trabalhadores estavam na Fazenda Santa Lúcia e foram mortos no dia 24 de maio de 2017 em decorrência de uma ação de reintegração de terra, executada pelas polícias civil e militar do Estado do Pará⁷. Na nota, a SDDH se posiciona de forma crítica sobre o fato e destaca a criminalização dos movimentos sociais por parte do Estado:

Repudiamos mais uma ação vergonhosa praticada por integrantes das forças de segurança do estado do Pará que mais uma vez suja suas mãos do sangue de pessoas humildes que querem apenas exercer seu direito de plantar e semear. A SDDH tem, ao longo de anos, apresentado petições às autoridades estaduais e judiciais pedindo a suspensão destas ordens de despejos e contra a atuação da polícia,

7 Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-05/chacina-no-para-deixa-10-trabalhadores-rurais-mortos>. Acesso em 12 de junho de 2017.

pois consideramos que trata-se de questão social, e não policial, que deve ser resolvida por políticas públicas e não pela violência estatal, ou ainda pela criminalização de movimentos sociais. (Blog Resistência, 2017)⁸.

Assim como no blog, a pauta das mídias sociais do Resistência online reforça a discussão crítica dos problemas da Amazônia. Os prejuízos socioambientais que a região e atores locais sofrem com a construção, por exemplo, da usina de Belo Monte, a concentração fundiária, mortes no campo por conta do latifúndio, grilagem de terras na região. Eis outro exemplo:

Figura 5: Imagem sobre Belo Monte na versão online do jornal.



Fonte: <<http://jornalresistenciaonline.blogspot.com.br/p/arquivo.html>>, 2014.

Há também registros pelas mídias sociais das opressões e torturas que a equipe do jornal sofreu no período da ditadura civil-militar, a invasão da sede da SDDH por policiais em 1984 e lembrada na edição do jornal

⁸ Disponível em: <http://jornalresistenciaonline.blogspot.com.br/2017/05/nota-de-repudio-matanca-de.html>. Acesso em 12 de junho de 2017.

Resistência de agosto de 2013; o assassinato de Paulo Fonteles (primeiro presidente da SDDH) por pistoleiros no dia 11 de junho de 1987.

Fonteles atuava como advogado de trabalhadores rurais no violento Sul do Pará. Esses temas precisam ser discutidos e revelados. As mídias alternativas na Amazônia, pela sua natureza de resistência, são estratégicas no fluxo da comunicação na região. 4. **Jornal Pessoal**

Em setembro de 1987, quando o Brasil estava trilhando os passos da redemocratização, foi lançada pelo sociólogo e jornalista Lúcio Flávio Pinto a primeira edição do *Jornal Pessoal*, que apresentou como matéria de capa o assassinato do ex-deputado Paulo Fonteles, com o tema conflito agrário no Pará. Nesta edição inaugural, o jornalista traça em detalhes o roteiro do esquema utilizado por poderosos fazendeiros da região amazônica para assassinar Fonteles, até detalhes sobre os autores do assassinato, que continuaram impunes (Amorim, 2008). Pela natureza da situação e envolvimento de pessoas influentes no Pará no crime, o jornal *O Liberal*, para o qual o jornalista então trabalhava, não publicou a reportagem. A falta de apoio levou Lúcio Flávio Pinto a criar o *Jornal Pessoal*.

Figura 6: Imagem da primeira edição do *Jornal Pessoal*, de 1987.



Fonte: University of Flórida Library Catalog. Disponível <http://ufdc.ufl.edu/AA0005008/00001>. Acesso dia 7 jan. de 2014.

Hoje com 30 anos de existência, completados em setembro de 2017, o jornal é reconhecido como “*uma das mais radicais e longevas publicações alternativas da história do jornalismo brasileiro*”. (AMORIM, 2008:01); possui uma tiragem de 2 mil exemplares em Belém – capital do estado do Pará, região Norte do Brasil – e em 2008 passou também a ser compartilhado pela internet, acessível a leitores de todas as partes do mundo por meio de sua versão digital na página oficial do jornal (<http://www.lucioflaviopinto.com.br>)⁹. O website da University of Florida Digital Collections (UFDC)¹⁰ disponibiliza uma boa parte da coleção do jornal.

Figura 7: Imagem da página online do Jornal Pessoal.



Fonte: <<http://www.lucioflaviopinto.com.br/>> Acesso em: 1 dez. 2014.

9 No momento, a página não está sendo utilizada. E o seu conteúdo não está disponível. O link: <<http://www.lucioflaviopinto.com.br>> Acesso em: 1 dez. 2014 e 9 jun. 2017.

10 Disponível em: <<http://ufdc.ufl.edu/AA00005008/00001/3j>>. Acesso em: 1 dez. 2014.

O fato de o Jornal Pessoal não contar com nenhum tipo de publicidade possibilitou a Lúcio Flávio Pinto a independência necessária para escrever, denunciar e cobrar posições do governo do Estado, de políticos, de empresários, etc., sobre os graves acontecimentos amazônicos, das grilagens de terra ao trabalho escravo; dos impactos socioambientais dos grandes projetos à manipulação midiática, rompendo as censuras impostas em período de democracia restabelecida.

Diferentemente da censura e o estado de terror da ditadura civil-militar, há certamente uma censura, uma “pressão velada”, na qual os sistemas político, midiático e judiciário favorecem grandes proprietários de terra, empresários e pessoas que ocupam cargos influentes na região. Abusos políticos, corrupção, grilagem de terras, etc. terminam quase da mesma forma: em impunidade. O caso Fonteles é um exemplo dos muitos registrados na região. Como não se pode fechar jornais alternativos e tampouco fazer apreensões de edições como à época da ditadura, a história do Jornal Pessoal se confunde com uma multiplicidade de ações judiciais no Tribunal de Justiça do Pará (TJE-Pa) contra o jornalista Lúcio Flávio Pinto: são 33 processos na justiça de Belém.

Pela relação de dependência entre os grandes meios de comunicação com o sistema político e econômico, os acontecimentos (grande parte) são omitidos pela imprensa local e nacional. Mas passam a ser divulgados por canais alternativos, que têm se multiplicado nos últimos anos, principalmente com o desenvolvimento da internet. Atualmente, os dois grandes jornais impressos mais vendidos em Belém, capital do Pará, são O Liberal (1946), que hoje pertence às Organizações Rômulo Maiorana (ORM); e o Diário do Pará (1982), pertencente à família de Jader Barbalho, que ocupou importantes cargos políticos no Estado nos últimos 40 anos.

Atualmente, o jornalista se articula em rede com seus leitores por meio de duas frentes: a primeira é o blog; e a segunda dois perfis no Facebook¹¹ com os nomes “Lúcio Flávio Pinto” e “Lúcio Flávio Pinto II”. Os dois perfis possuem 9.990 amigos e 2.653 seguidores até o mês de maio de 2017.

11 Disponível em: <<https://www.facebook.com/profile.php?id=100003802071038>> (perfil 1) e <https://www.facebook.com/profile.php?id=100011598045702>> (perfil 2). Acesso em: 30 mai. 2017.

Figura 8: Imagens do blog de Lúcio Flávio Pinto.



Fonte: < <https://lucioflaviopinto.wordpress.com/> >.
 Acesso em: 30 mai. 2017.

Foto 9: imagem do perfil Lúcio Flávio Pinto I no Facebook



Fonte: < <https://www.facebook.com/profile.php?id=100003802071038> >.
 Acesso em: 30 mai. 2017.

Foto 10: imagem do perfil Lúcio Flávio Pinto II no *Facebook*.

Fonte: <<https://www.facebook.com/profile.php?id=100011598045702>>. Acesso em: 30 mai. 2017.

Por conta das diversas injustiças que já sofreu ao longo de sua história (ameaça de morte, espancamento público, processos na justiça) leitores e internautas construíram em 2012 uma rede de colaboração ao jornalista, como forma de protegê-lo das injustiças político-jurídicas sofridas por ele ao longo da existência alternativa do jornal. Como exemplo a Rede Somos Todos Lúcio Flávio Pinto que contou com o apoio de internautas (AMORIM, 2013) os quais, por meio das mídias sociais Facebook e Twitter, decidiram ajudar o jornalista contra possíveis condenações na justiça. Uma delas tinha relação com a condenação de Lúcio Flávio Pinto referente a uma reportagem publicada no *Jornal Pessoal*, em que o jornalista cita Cecílio Almeida, então dono da Construção C. R. Almeida, como um dos maiores grileiros de terra do país, chamando-o de “pirata fundiário”.

Eis a página no Facebook criada pelos leitores e internautas referente ao jornalista. Eram compartilhados neste espaço reportagens escritas pelo jornalista em diversos meios de comunicação online. Até dezembro de 2014, a página possuía quase 8 mil curtidas¹².

12 A página não está mais disponível. <<https://www.facebook.com/pages/L%C3%BAcio-Fl%C3%A1vio-Pinto/141568969261232?fref=ts>>. Acesso em: 30 mai. 2017.

Figura 11: Imagem da página criada por leitores.



Fonte: <<https://www.facebook.com/pages/L%C3%BAcio-Fl%C3%A1vio-Pinto/141568969261232?fref=ts>>. Acesso em: 1 dez. 2014.

O poder da rede permitiu a formação de grupos que ultrapassaram as barreiras geográficas da região pela causa do jornalista. Sob este aspecto, a internet passou a ser estratégica para o Jornal Pessoal. Com o auxílio dessas interações sociais que se formaram na rede, constituídas por leitores, jornalistas, pesquisadores, atores de movimentos sociais, organizações não-governamentais e outros, Lúcio Flávio Pinto conseguiu arrecadar o valor solicitado pela justiça brasileira – 25 mil reais – e pagou a indenização à família do grileiro, já que Cecílio do Rego Almeida faleceu em março de 2008.

Em decorrência de todos os obstáculos que o Jornal Pessoal vem enfrentando no decorrer de seus 30 anos de existência, observa-se que o alternativo preserva o direito à informação na região, democratizando assuntos de uma Amazônia que muitos ainda não conhecem.

5. Considerações finais

Na Amazônia, as mídias alternativas têm um papel fundamental na luta pela democratização da comunicação. Os jornais alternativos, em sua forma impressa ou digital, e outros canais contra hegemônicos, expõem de forma clara uma resistência às opressões na região patrocinadas pelas elites político-econômico e de comunicação.

Os grandes meios de comunicação regionais, por manterem dependência com os sistemas político-econômico, não conseguem atualizar uma agenda de debates de grandes temas da Amazônia. As mídias alternativas entram neste contexto de ampliação e diversificação dos discursos. A migração para a internet favoreceu a ação dessas formas de comunicação por se tratar de um meio mais barato de produção e distribuição de informações, ser mais acessível a pessoas interessadas no assunto, independentemente da localização geográfica e por atingir um maior público.

Na Amazônia este fator torna-se ainda mais relevante dadas as dimensões da fronteira Norte do País. Apesar das dificuldades de acesso à internet na região, as mídias como Resistência e Jornal Pessoal, e diversos outros canais contra hegemônicos, têm contribuído para ampliar a esfera pública alternativa de forma planetária. Os problemas das populações locais e de movimentos sociais encontram um lugar de exposição e debate nas páginas desses meios para forçar conquistas, apoios e cidadania na região.

Referências

AMORIM, Célia Regina Trindade Chagas. Rede Somos Todos Lúcio Flávio Pinto: Rebelia e ativismo político amazônico na web. **9º Encontro Nacional de História da Mídia**. Ouro Preto: MG, 2013.

_____. Jornal Pessoal: O metajornalismo Cidadão In Boletim do **Museu Emilio Goeldi**. Vol. 3, Belém do Pará, sept-dez- 2008. Publicação SCielo. Disponível http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-81222008000300010

BECKER, Bertha K. Geopolítica da Amazônia. **Estudos Avançados** 19. Vol. 53, p. 7, 2005.

BRITO, Rosaly Seixas. Resistir, mais que nunca, é preciso. Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH). **Jornal Resistência**. Ano 35, agosto de 2013. Disponível em: <<http://jornalresistenciaonline.blogspot.com.br/p/arquivo.html>>. Acesso em 25 jan. 2014.

CASTELLS, Manuel. A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura In **A Sociedade em Rede**. v. 1. 11ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CENTRO DE PESQUISAS SOCIAIS/FGV. Mapa da Inclusão Digital. **Centro de Pesquisas Sociais**. 2010. Disponível em: <<http://www.cps.fgv.br/cps/telefonica/>>. Acesso em 20 jan. 2014.

DOWNING, John D. H. **Mídia Radical: Rebeldia nas Comunicações e Movimentos Sociais**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2002.

FERREIRA, Paulo Roberto. Tempos de Resistência. WOITOWICZ, Karina Janz (org.) In **Recortes da Mídia Alternativa: História e memórias da Comunicação no Brasil**. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2009.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**. Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. 3. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, v. 1.

IANNI, Octavio. **Ditadura e Agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia 1964-1978**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

IGBE - Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio**. Disponível: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=40 Acesso em 30 de maio de 2017.

Jornal Resistência. (Impresso) n^o 37. 1982. Centur. Biblioteca Pública, 2013. Fotos: Equipe do Projeto Mídias Alternativas na Amazônia.

Jornal Resistência - Facebook: Disponível: <https://www.facebook.com/resistenciaonline?fref=ts>>. Acesso em: 01 dez. 2014.

Jornal Resistência - Blog: Disponível: <http://jornalresistenciaonline.blogspot.com.br/>. Acesso em: 01 dez. 2014.

Jornal Resistência - Blog. Disponível. Fonte: <http://jornalresistenciaonline.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 12 jun. 2017.

Jornal Resistência - Twitter. Disponível: <<https://twitter.com/ResistenciaSDDH>. Acesso em: 01 dez. 2014.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários**: Nos tempos da imprensa alternativa. 2ª ed. Edusp, 2001. Editoração Digital: EccentricDuo. Disponível em: <http://www.nacorrenteza.jor.br/blog/wp-content/uploads/2012/02/jornalistas-e-revolucionarios-kucinski.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2013.

PINTO, Lúcio F. **Jornal Pessoal** (Impresso). Nº 1, 1987. University of Flórida Library Catalog. Disponível em <http://ufdc.ufl.edu/AA00005008/00001>. Acesso dia 5 de janeiro de 2014.

PINTO, Lúcio F. **Jornal Pessoal** (On line). Disponível em <http://www.lucioflaviopinto.com.br/>. Acesso em 14 out. 2013.

PINTO, Lúcio F. **Jornal Pessoal** - Facebook. Disponível em <https://www.facebook.com/pages/L%C3%BACio-Fl%C3%A1vio-Pinto/141568969261232?fref=ts>. Acesso em: 1 dez. 2014.

PINTO, Lúcio F. **Jornal Pessoal**. Blog. Disponível em Fonte: <https://lucioflaviopinto.wordpress.com/>. Acesso em: 30 mai. 2017.

PINTO, Lúcio F. **Jornal Pessoal**. Facebook. Disponível: <https://www.facebook.com/profile.php?id=100003802071038>. Acesso em 30 mai. 2017.

PINTO, Lúcio F. **Jornal Pessoal**. Facebook. Disponível: Fonte: <<https://www.facebook.com/profile.php?id=100011598045702>>. Acesso em 30 mai. 2017.

MORAES, Dênis de. Comunicação alternativa, redes virtuais e ativismo: avanços e dilemas. **Revista de Economía Política de las Tecnologías de La Información y Comunicación**. Vol. IX, n. 2, maio - ago, 2007.

PERUZZO, Cicilia M.K. Aproximações entre Comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço. **XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Natal-RN, 2008.

_____. Revisitando os Conceitos de Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária. **XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Brasília-DF, INTERCOM/UnB, 2006.

PETT, Pere; CUÉLLAR, Jaime. 2012. O golpe de 1964 e a instauração da ditadura civil-militar no Pará: apoios e resistências. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 25, nº49, p. 169-189, 2012.

PINTO, Lúcio Flávio. Jornalismo na Selva. **Revista Adusp**: Associação dos Docentes da USP. Seção sindical da Andes-SN, n. 42, 2008.

SDDH. **Autossustentabilidade**. Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos. Disponível em: <http://sddh.org.br/?page_id=816>. Acesso em: 14 out. 2013.

Todos com Lúcio Flávio Pinto. Disponível em: <<http://somostodoslucioflaviopinto.wordpress.com>>. Acesso em 25 jan. 2014.

Capítulo 6



Medo e violência no espaço midiático: Reflexões sobre as narrativas jornalísticas paraenses

Alda Cristina Silva da Costa

Analaura Corradi

Ana Paula Mesquita

Nathan Kabuenge

Sergio Ferreira

Resumo

O medo é a sensação experienciada, na contemporaneidade, nas sociabilidades entre os sujeitos e as narrativas jornalísticas construídas sobre a violência. Constatase que os jornais impressos e os programas televisivos paraenses, de caráter policial e popular, cristalizam uma cultura do medo, que passa a ser apresentada como uma forte mensagem e um tensionamento das relações em sociedade. As narrativas, quase sempre, apelam, sobretudo, para as sensações e a construção negativa de sujeitos, instituições e lugares. Ou seja, diferenças culturais ou sociais são afirmadas, diferenciadas e discriminadas como processos de significações e de exclusão. Essas são constatações observadas nas narrativas impressas dos jornais impressos Diário do Pará, O Liberal e Amazônia, nos anos de 2012 e 2013, e dos programas televisivos Cidade contra o Crime, Metendo Bronca, Brasil Urgente Pará, e Rota Cidadã 190, da Rede Brasil Amazônia de TV (filiada à Band); e Balanço Geral Manhã, Balanço Geral, Cidade Alerta Pará, e Balanço Geral Casos de Polícia, da TV Record.

Palavras-chave: Mídia; Medo; Violência.

1. Considerações Iniciais

Observamos, cotidianamente, serem construídas mensagens que nos conduzem a um 'show de horror', dessensibilização (COSTA, 2005; 2010; 2014), páginas de sensação (EL FAR, 2004), rituais de sofrimento (VIANNA, 2012); narrativas de medo (MATEUS, 2011), cultura do medo (GLASSNER, 2007), banalidade do mal (ARENDT, 1999), paisagens do medo (TUAN, 2005), medo derivado ou líquido (BAUMAN, 2008), entre outras inúmeras designações nas mensagens veiculadas nos jornais impressos e televisivos da capital paraense sobre a violência. As mensagens recorrem ao medo e à insegurança em que as pessoas vivem na contemporaneidade. Imagens e textos não deixam dúvidas do perigo que ronda às pessoas em sociedade.

Pensar a realidade social a partir das construções elaboradas pela mídia é objetivo da tessitura do presente artigo, que busca refletir sobre a relação entre mídia e o problema social violência. Partimos da compreensão de que na comunicação o que está sempre em jogo é "*a construção do sentido da vida social*" (VIZER, 2011: 13), isto é, as percepções elaboradas na vida cotidiana das pessoas, nos reconhecimentos sobre si e dos outros e na interação com a mídia. Conforme afirma Shutz (1974), a realidade social diz respeito ao conjunto de objetos culturais e institucionais que caracterizam o mundo no qual circulamos.

Toda interpretação desse mundo se baseia num estoque de experiências anteriores dele, as nossas próprias experiências e aquelas que nos são transmitidas por nossos pais e professores, (acrescentamos aqui a mídia, que tem forte influência no nosso estoque de conhecimento sobre o mundo) as quais, na forma de conhecimento à mão funciona como um código de referência (SCHUTZ, 1979: 72).

Assim, o mundo de sentido não representa uma realidade objetiva, mas sim, uma realidade interpretada e válida intersubjetivamente.

A comunicação implica a constituição de universos de significado comuns onde é possível compreender e sermos compreendidos graças

a um processo de geração recíproca de expectativas no decurso da qual construímos uma idéia partilhada de realidade (CORREIA, 2005, p. 16).

E o jornalismo, concebemos, como um tipo de comunicação e de conhecimento, que tanto produz um conhecimento sobre o mundo social, quanto reproduz os conhecimentos existentes no mundo. Para Park (1976), o jornalismo pode ser compreendido em duas perspectivas: como o *conhecimento de e o conhecimento a cerca de*. No primeiro, teríamos o conhecimento das experiências quotidianas, que se incorpora na nossa vida e é compartilhado com todos, o chamado senso comum. O segundo seria um conhecimento mais racional, analítico e sistematizado, um saber especializado, que se aproxima da ciência, mas não é ciência.

Com base nessa construção e representação da vida social, observamos o cotidiano como uma realidade interpretada pelas pessoas e dotada de sentido, uma vez que o mundo se torna organizado na medida que compreendo os fatos e compartilho com os outros (BERGER & LUCHMANN, 1995).

As narrativas midiáticas, apelam, sobretudo, para as sensações e a construção negativa de sujeitos, instituições e lugares, em que as diferenças culturais ou sociais são afirmadas, diferenciadas e discriminadas como processos de significações e de exclusão. Ou seja, são caracterizados os sujeitos de 'bem' e os sujeitos do 'mal', aqueles que merecem ser protegidos e defendidos, em detrimentos daqueles que devem ser punidos, sem considerar o contexto dos atos ou dos aspectos jurídicos legais. Percebemos a construção de estigmas, que segundo Goffman, são "*atributos profundamente depreciativos*" (1975: 13), que se estabelecem numa relação impessoal com o outro, apenas como uma representação circunstancial com certas características típicas, com designações e marcas que podem sinalizar um desvio, mas também uma diferença de identidade social.

Os estigmas são acentuados e enfatizados nas páginas impressas e pelos apresentadores dos programas televisivos como "*um tipo especial de relação entre atributo e estereótipo*" (GOFFMAN, 1975: 13), com o uso de expressões carregadas de significados "*neutralizadores*", afirma Rolim, "*quando não abertamente preconceituosos, permite uma sucessão de "contrabandos" ideológicos*

difícilmente percebidos pelo público”, (2006: 195).

Assim, a violência é potencializada em sentidos diversos, de barbárie, de impotência, de desprezo pelo outro, sendo o medo a emoção a operar o processo de angústia e inquietação com as notícias difundidas no cotidiano paraense.

Nesse processo, as narrativas midiáticas misturam o factual com o ficcional e através do medo, constroem a ideia compartilhada segundo a qual “*o bandido bom é o bandido morto*”¹ e que é necessária a intervenção policesca do Estado, sem permitir a discussão ou reflexão sobre a violência que ocorre na sociedade amazônica.

Nas nossas análises tomamos como escopo de investigação seis meses de publicações, meses de março, abril, maio, agosto, setembro e outubro, no ano de 2012, dos jornais Diário do Pará² e O Liberal³. A partir do primeiro mapeamento, foi observado que o concorrente direto do jornal Diário do Pará era o jornal Amazônia, pertencente também as Organizações Rômulo Maiorana. Portanto, houve necessidade de mapeamento das edições do jornal Amazônia⁴ no ano de 2013. Selecionamos quatro meses (maio, junho, setembro e outubro) das edições do periódico.

Com relação aos programas televisivos, selecionamos duas emissoras: TV Record e RBATV - Rede Brasil Amazônia de Televisão. Com a primeira, analisamos os programas Balanço Geral Manhã, Balanço Geral, Cidade Alerta Pará, e Balanço Geral Casos de Polícia; com o segundo Cidade contra o

1 De acordo com dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2016, 57% dos brasileiros acreditam nessa máxima. Ou seja, o reforço de posições que defendem que “bandido bom é bandido morto” e a retroalimentação do perverso ciclo de violência” (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2016).

2 O jornal Diário do Pará caracteriza-se como jornal de campanha, nasceu como panfleto destinado a defender os interesses políticos do atual senador Jader Barbalho, do PMDB e de alguns de seus aliados. O jornal faz parte do complexo comunicacional Rede Brasil Amazônia de Comunicação, segundo maior grupo de comunicação no Estado do Pará. Possui três emissoras de rádio (Diário FM, 99FM e Rádio Clube AM) e uma emissora de televisão (TV RBA).

3 O jornal O Liberal, ligado a Organizações Romulo Maiorana, complexo comunicacional de TV Liberal (ligado à TV Globo) e Rádio Liberal.

4 O Amazônia Jornal, publicado diariamente em Belém, pertence também as Organizações Romulo Maiorana (ORM), criado no ano 2000 com a finalidade de atender uma outra ‘fatia’ de público diferenciada do jornal O Liberal. O jornal é de formato berliner e de tamanho compacto. Duas propriedades que o veículo acredita que facilita o manuseio da publicação e torna a leitura mais confortável e rápida. O jornal é dividido em cadernos Gerais, Show, Esporte e Polícia totalizando 48 páginas. E uma capa geral que não faz referência nenhuma do início e o fim de cada caderno deixa ao leitor a tarefa de descobrir suas localizações no jornal. Isso dá impressão de uma desorganização.

Crime, Metendo Bronca, Barra Pesada, Brasil Urgente Pará e Rota Cidadã 190, entre os meses de fevereiro e maio de 2014, uma edição por mês.

O presente artigo apresenta os resultados do primeiro projeto de pesquisa sobre Mídia e Violência na Amazônia Paraense⁵, realizado entre Universidade Federal do Pará e Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq. Sua realização partiu da inquietação ao constatar que nessa relação são identificados os seguintes problemas: conteúdos vazios das narrativas midiáticas, sem o cuidado na apuração dos fatos e na diversificação de fontes; exposição excessiva de um conteúdo imagético negativo, com apelo ao sangue e à morte ou ao morto; exposição de corpos sem vida; desrespeito aos direitos humanos, por consequência um esgarçamento da ética na produção das matérias; relação tensa entre sujeitos e instituições, considerando que a violência é utilizada como argumentação política para desacreditar os que estão no comando do Estado ou municípios; estigmatização de localidades periféricas, denominadas de “territórios de da violência ou do medo” e produção de sentimentos antagônicos junto à sociedade, a partir de uma superficialização, generalização e banalização do problema social violência.

A mídia, através de suas narrativas, transforma as ocorrências em fatos, significa o cotidiano da sociedade através de notícias que se baseiam nas fantasias, utopias e representação sociocultural. Isto quer dizer, se precisamos entender o significado dos produtos cotidianos da mídia, é necessário não somente analisar o conteúdo da mensagem produzida pela mídia, mas também entender o contexto sociocultural e espaço-temporal no qual as mensagens são produzidas.

Nas análises recorreremos à análise de enquadramento (GOFFMAN, 2012), aliados a outros métodos descritivos e quantitativos. Com os enquadramentos, buscamos compreender os elementos salientados ou enfatizados nas narrativas, considerando a experiência que os indivíduos têm em certos momentos de sua vida social, ou seja, a experiência com as narrativas jornalísticas. Lembramos Entman, quando afirma que “*enquadrar significa*

5 O projeto de pesquisa Mídia e Violência: as narrativas midiáticas na Amazônia Paraense foi realizado em parceria entre Universidade Federal do Pará e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, através do Edital Universal - AL - MCTI/CNPQ N° 14/12, no período de 2012 a 2015.

selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e fazê-los mais salientes em um texto comunicativo, de forma a promover uma definição particular do problema”, (1994: 294). Ou então, o que escreve Glitin, ao se referir aos enquadramentos de mídia:

Organizam o mundo tanto para os jornalistas que escrevem relatos sobre ele, como também, em um grau importante, para nós que recorreremos às suas notícias. Enquadramentos da mídia são padrões persistentes de cognição, interpretação e apresentação, de seleção, ênfase e exclusão, através dos quais os manipuladores de símbolos organizam o discurso, seja verbal ou visual, de forma rotineira. (GLITIN, 1980: 7)

Então, através da análise de enquadramento, podemos entender como as implicações socioculturais presentes na interação entre a mídia (jornais e televisão) e público determinam as condições de produção, circulação e de recepção dos produtos midiáticos. Ou, como as notícias constroem sentidos sobre os ‘mundos’, pessoas e lugares enquadrados.

Ao estabelecer nas suas análises o termo “quadro”, Goffman vai pressupor que as *“definições de uma situação são elaboradas de acordo com os princípios de organização que governam os acontecimentos sociais e nosso envolvimento subjetivo neles”* (2012: 34). Quadro é utilizado pelo autor para se referir aos elementos básicos que são identificados em uma determinada situação. E para “análise de quadros”, ele quer se referir ao exame da organização da experiência. Por outro lado, recorreremos ao sentido de narrativa de Motta (2005) com objetivo de identificar a organização e a intencionalidade das construções jornalísticas.

(...) o narrador investe na organização narrativa do seu discurso e solicita uma determinada interpretação por parte do seu destinatário [pois] quem narra tem algum propósito ao narrar [mesmo assim, para Motta] a análise deve, portanto, compreender as estratégias e intenções textuais do narrador, por um lado, e o reconhecimento (ou não) das marcas do texto e as interpretações criativas do receptor, por outro lado. (MOTTA, 2005^a:4).

Para Motta, as narrativas são dispositivos argumentativos que as pessoas utilizam nos seus jogos de linguagem (isto é, a narrativa), e que se traduz no conhecimento objetivo e subjetivo do mundo.

2. O medo nas páginas impressas e televisivas

“O que importa não é distinguir as palavras, é conseguir distinguir as coisas que são encobertas pelas palavras”. (Émile Durkheim)

O medo é um sentimento que na contemporaneidade ganhou um lugar de destaque nas narrativas midiáticas. Com ele e por ele, as narrativas são elaboradas com a finalidade de demarcar mensagens ou sentimentos que denotem o perigo que ronda os indivíduos em sociedade.

Recorrendo à conceituação de “cultura do medo”, conforme descrito por Sobrinho, como *“resultante de uma perturbação de um perigo real, aparente ou algo estranho ou desconhecido, mas o medo socialmente partilhado o qual corrompe (ou fabrica) o senso comum, tornando propícia a dominação mediante a manipulação do imaginário”* (2007: 164).

O medo invade, por não se saber medo de que, o imaginário do indivíduo de forma tão voraz que não se percebe, verdadeiramente, suas profundas razões. Este sentimento de insegurança e de medo é que justifica ao Estado tomar medidas simbólicas cada vez mais autoritárias, fortalecendo o imaginário da ordem, causando uma diminuição dos espaços sociais, o isolamento gradativo e voluntário das vítimas (qualquer um pode ser vítima, ou seja, medo de tudo e de todos - nisso reside a impossibilidade de ver o outro e, mais especificamente, como um inimigo que devemos excluir ou, na maioria das vezes, destruir), exacerbando o individualismo, característicos da sociedade contemporânea (SOBRINHO, 2007: 168).

Ou seja, as narrativas midiáticas elaboradas no jornalismo policial operam nessa construção da criminalização do medo e da violência, em que texto e imagens não deixam dúvidas sobre o real perigo vivido pelas pessoas.

Mapeamento dos jornais

Na primeira etapa do projeto, foram mapeadas todas as edições dos jornais Diário do Pará e O Liberal, do ano de 2012, ou seja, 1.462 (mil quatrocentos e sessenta e duas) edições. A partir do mapeamento foi selecionado um corpus de análise de seis meses, sendo três meses do primeiro semestre (março, abril e maio) e três meses do segundo semestre de 2012 (agosto, setembro e outubro) dos dois jornais. A partir da seleção, foi observado que o concorrente direto do jornal Diário do Pará, de caráter mais popular, era o jornal Amazônia, pertencente as Organizações Rômulo Maiorana. Então, realizamos o mapeamento das edições do jornal Amazônia do ano de 2013.

No jornal Amazônia foram mapeadas 365 edições, sendo selecionados para o corpus de análise quatro meses de 2013: maio, junho, setembro e outubro. Fazendo parte do mapeamento todos os dias de cada mês.

Esse mapeamento foi realizado através do preenchimento de um formulário elaborado pelos pesquisadores contendo os seguintes elementos: títulos/manchetes, descrição e identificação das fotografias, tipos de crime, expressões utilizadas, dados dos acusados (etnia, idade, quantidade), dados das vítimas (etnia, idade, quantidade), locais dos crimes e das ocorrências.

A partir do clipping dos jornais, fizemos uma tabulação dos formulários descritivos, que resultou em 16 planilhas, sendo 06 do Diário do Pará, 06 de O Liberal, e 04 do Amazônia Jornal. Nessas planilhas, sistematizamos dos dados considerados relevantes para a análise, permitindo realizar comparações entre os impressos analisados. Assim, constatamos, não só a recorrência, mas a predominância de determinados tipos de notícias em que as narrativas dos impressos reiteram fatos como homicídios, tráfico de drogas, assaltos. Observamos uma estigmatização do crime e da violência, com ênfase nos bairros periféricos e do perfil dos acusados no contexto da Amazônia Paraense, cuja maioria é de jovens entre 18 a 25 anos, pardos ou negros.

Nas narrativas, os bairros periféricos de Belém passam a ser denominados de “territórios da violência” pelo jornal Diário do Pará, que a partir das matérias publicadas no ano de 2012 vai apelar ao medo, publicando notícias

com manchetes, imagens textuais e fotográficas que agridem as regras dos direitos humanos. Sua série de reportagem “Territórios da Violência”, divulgada em 2012, apresenta essas características. A partir da abordagem que faz sobre os cinco bairros de Belém: Terra Firme, Guamá, Bengui, Marambaia e Umarizal com o uso de uma linguagem que reforça o rótulo do medo aos locais que o jornal intitula como territórios da violência.

É importante destacarmos, que na análise realizada, mesmo não tendo selecionado os meses de janeiro e fevereiro de 2012, consideramos a série de reportagem “Territórios da Violência”, publicada no Diário do Pará, nos dias 15, 22 e 29 de janeiro, e 5 e 12 de fevereiro, sempre aos domingos. Em cada domingo, um bairro diferente era apresentado.

O critério para a seleção dos bairros considerados mais violentos foi o número de casos registrados no caderno Polícia do próprio jornal, como assaltos, roubos e assassinatos, em levantamento feito durante o primeiro semestre de 2011. Após o levantamento dentre as publicações realizadas, o Diário mandou dois de seus repórteres para esses bairros, com o objetivo de acompanhar de perto a realidade das pessoas moradoras dos bairros. De acordo com informações obtidas nas edições, os jornalistas passaram mais de dois meses ouvindo histórias trágicas de moradores, colhendo depoimentos, andando pelas ruas e becos e demarcando dentro desses bairros os lugares mais perigosos.

Segundo os editores, dados publicados no próprio jornal, a proposta da série era contrapor os dados oficiais divulgados pela nova gestão que assumira o governo (governo do PSDB, em oposição aos donos do jornal Diário do Pará) e que apontava a redução de crimes em Belém. Para isso, partiu-se do princípio de que os números não são suficientes para dizer que a violência diminuiu, mostrando que a sensação de medo e insegurança era o que prevalecia.

A publicação da série “Territórios da Violência” pelo Diário do Pará foi tomada como fator importante nos meses seguintes que selecionamos para mapear o Caderno Polícia do respectivo jornal. Os dados tabulados são relevantes pelas várias dimensões que contemplam e possibilitam leituras do fenômeno, importantes para a geração de dados primários e diálogos

posteriores e construção de estudos sobre a violência urbana, na mídia e fora dela.

Estabelecemos nas análises, eixos temáticos identificados nas categorias: Morte, Corpo, Acontecimento e Fotografia, com a necessária intersecção entre cada um desses aspectos. Compreendemos que a morte constitui elemento central de atração do leitor, pois texto e imagem constatarem a violência praticada ou sofrida pelo sujeito envolvido. As capas e os conteúdos demarcam a violência a partir da morte. Morte grotesca em que quase sempre os envolvidos (bandido – expressão comum dos jornais) são culpados pelo que aconteceu com eles. A violência deles (sujeitos envolvidos) teve como consequência a própria punição de suas vidas.

O corpo foi outra categoria importante da narrativa. Com ele o acontecimento jornalístico ‘ganha’ vida, uma vez que os repórteres fotográficos e de textos utilizam ‘marcas’ para identificar o sujeito reportado. O corpo é considerado como um meio de comunicação e objeto de atração que facilita a venda de outros produtos. Ou seja, o acusado é um personagem principal nos cadernos polícia dos impressos paraenses por apresentar um “corpo acontecimento” sobre o qual se constrói toda a narrativa sobre a violência. Entendemos que o corpo acontecimento é um corpo marcado de violência: sangue, feridas, balas, bandido, assaltante, marginal, canalha, entre outros elementos.

Corpo acontecimento é um corpo em que a hegemonia da violência inscreve suas marcas para se corporificar, conforme pode ser observado na materialização da hegemonia do poder no corpo de Damians, em Vigiar e punir de Foucault (1975).

No Diário do Pará, o corpo da violência é o que determina a construção da narrativa de violência. Toda narrativa de violência deve ser precedida por um corpo como forma de demarcar o ato sofrido ou cometido. O jornal mistura morte, comicidade e ironia nas construções narrativas. Apela à imagem grotesca, sem nenhum respeito à dignidade humana, inferindo valorações, sempre de caráter negativa, nas construções. Ou seja, as narrativas impressas paraenses ressaltam os elementos hiperbólicos, através dos dispositivos linguísticos ou extralinguísticos, através da diagramação

gráfica ou das técnicas modernas de tratamento das fotos.

Já o jornal O Liberal apresenta um corpo que cometeu a violência, isto é, destaca as pessoas envolvidas nos atos criminosos. O jornal não recorre diariamente aos corpos sem vida, mas às pessoas envolvidas no cometimento do crime. O periódico apresenta em suas edições acusados sem camisas, conforme depoimento do editor do jornal aos pesquisadores ⁶, para ajudar a polícia a encontrar os denunciados. As construções narrativas do caderno Polícia de O Liberal apresentam algumas diferenças, mas também se constitui num discurso marcado na violência.

Neste sentido, percebemos através das matérias produzidas nas narrativas policiais ou de violência, a presença de uma “economia do medo”, em que os impressos paraenses realizam através da violência estetizada nos cadernos polícia, com mensagens que em certa medida, moldam o comportamento do leitor, por exemplo, em relação a frequentar certos locais na capital paraense ou ao consumo de certos produtos mercantis. A economia do medo vai estimular o consumo de materiais ou serviços que possam proteger o cidadão contra a violência, como: carros blindados, cercas elétricas, alarmes, armas, grades entre outros. Dessa economia, nasce a indústria da violência e a arquitetura do medo

Constatamos assim, que os jornais ao misturarem o factual com o ficcional, através do medo, constroem a ideia compartilhada segundo a qual, “o bandido bom é o bandido morto”, sem permitir de alguma maneira, a discussão ou reflexão sobre a violência que ocorre na sociedade paraense.

O ato infracional - especialmente quando confrontado com a dor das vítimas - é, evidentemente, um mal. O que permite a dedução de que seu autor é o portador dessa possibilidade malévol. Como essa figura não tem história, nem qualquer outro atributo que revele sua condição humana e sua personalidade contraditória, ela mesmo termina sendo reduzida e definida por aquela possibilidade perigosa e detestável. Ação que se atribui ao infrator ou que ele, concretamente, praticou já não é uma ação; ela é ele, o próprio infrator. Assim, o círculo das simplificações se fecha anunciando, também, as medidas

6 O jornalista Lazaro Moraes concedeu entrevista aos pesquisadores nos dias 20 e 21 de agosto de 2013.

necessárias para a proteção do público: mais repressão e rigor para “as pessoas más” (ROLIM, 2006: 190).

As “tragédias” e dramas cotidianos narrados pelos jornais se repetem numa mesma construção, ou seja, tráfico, morte e um corpo estirado na rua. Narrativas que levam a um ritual cotidiano de consumir freneticamente as notícias diárias, mesmo que estas contenham a mesma trama de ontem.

Para Motta (2002), as notícias são uma forma de transmissão cultural, na qual o fundamento é a reiteração. As histórias são as mesmas, recontadas diariamente com novas personagens e circunstâncias pelos jornais, revistas e telejornais. Esses rituais de consumir notícias diárias para certas pessoas passam a ser parte integrante da sua rotina cronológica social.

É um corpo identificado em que o cultural e o social inscreve ambas, suas leis sobre sua superfície com o critério de “valor notícia” dos cadernos policiais paraenses.

As narrativas de violência ou policiais se apoderam para inscrever suas histórias da tragédia e drama humano. A mídia lapida graças às técnicas e procedimentos linguísticos e extralinguísticos, gráficos, estéticos, imagéticos, fotográficos, ideológicos, entre outros para criar um corpo midiaticamente modificado capaz de possibilitar a venda dos outros produtos e possibilitar a comunicação ideológica e mercadológica da mídia.

Programas Televisivos

Em dezembro de 2013, iniciamos um diagnóstico preliminar dos programas realizados nas emissoras de televisão de Belém que dão destaque à temática violência. Foram mapeados os programas produzidos em quatro emissoras (SBT, TV Liberal, Record Belém e RBATV) e os respectivos programas e horários com base em informações disponíveis nos websites das emissoras.

Observamos os seguintes aspectos: a RBATV, pertencente a Rede Brasil Amazônia de Comunicação (RBA), aborda a violência por meio de matérias de crimes em todos os seus programas (que são seis), e tem como hábito cobrir assaltos, prisões, apreensões de tráfico e homicídios, ridicularizando

os envolvidos e mostrando cadáveres; a TV Record, da Rede Record, tem uma cobertura muito mais intensa sobre a violência, não dando destaque à outras temáticas, produzindo seis programas nessa linha editorial;

Após o mapeamento, selecionamos os programas das emissoras TV Record e RBATV, devido o tratamento dado por elas sobre as notícias de crime e violência. Ambas focam, principalmente, na exposição do crime e dos envolvidos de modo esvaziado, reforçando estigmas de espaços, instituições e indivíduos, bem como pela presença dos apresentadores para ordenar os programas, por meios de chamadas e comentários, e caracterizá-los, por meio de ações, afirmações, bordões, entre outros. Deste modo, foi gravado e analisado os seguintes programas de cada emissora: Cidade contra o crime, Metendo Bronca, Barra Pesada, Brasil Urgente Pará, e Rota Cidadã 190, da RBATV; e Balanço Geral Manhã, Balanço Geral, Cidade Alerta Pará, e Balanço Geral Casos de Polícia, entre os meses de fevereiro e maio de 2014, uma edição por mês.

Assim como nos impressos, realizamos um mapeamento descritivo, que além dos elementos relativos às notícias, como dados do acusado e da vítima, local das ocorrências, etc., abrange os aspectos específicos da televisão, como o uso de imagens em movimento e outros recursos imagético-textuais, e a ação e comentários dos apresentadores. Esse processo ocorreu juntamente com a decupagem e observações sobre como a violência era enquadrada e narrada na TV.

Em Goffman o frame é um quadro que organiza a percepção e a experiência, com uma ação subjacente e que não é definida ou estruturada unicamente pelo seu objeto, mas também por técnicas que são socialmente reconhecidas.

Nesse percurso, foi importante o registro e transcrição das narrativas elaboradas pelos apresentadores, que se sobrepõem às notícias e define os sentidos das narrativas e ocorrências apresentadas. Esse processo também resultou em dados tabulados em 2 planilhas, uma para cada emissora, que compõem nosso banco de dados sobre os programas e jornais que fazem parte do corpus do projeto.

Quadro 01 - Programas da RBATV

Programas:	Características Gerais:	Horários:
Metendo Bronca	Programa policial que utiliza uma linguagem informal e dinâmica para interagir com o público. Com estilo bem peculiar, o programa apresentado por Joaquim Campos atrai o interesse de muitos telespectadores	Segunda a Sexta às 13:30.
Barra pesada:	Programa jornalístico-policial que tem como proposta divulgar os acontecimentos da comunidade, além da prestação de serviços de utilidade pública. Denúncias, oferta de emprego e atendimento às pessoas carentes fazem parte do cotidiano do Barra. Agora, apresentado por Agenor Santos, o programa está entre os líderes de audiência. A edição de sábado tem a apresentação de Isidoro Calixto	Segunda a Sexta às 12:30 e Sábado às 12h.
Brasil Urgente:	O formato de jornal que faz sucesso em todo o Brasil, agora é também local. E a apresentação é de quem você já conhece e confia: Ronaldo Porto. O programa tem ainda o reforço do especialista em segurança pública, Dorivaldo Belém. Jornalismo sério e comprometido com a verdade	Segunda a Sexta às 16:50.
Cidade contra o crime	Atender as demandas de segurança da população é o princípio desse programa. A apresentação é de Isidoro Calixto que tem a oportunidade de comentar as primeiras notícias do dia. Tudo com um estilo próprio e irreverente que faz a alegria do público.	Segunda a Sexta às 7:15
Rota cidadã 190:	Apresentado por Joaquim Campos é o primeiro reality-policial da TV paraense. Mostra a realidade sem maquiagens. O imprevisível é a palavra de ordem nesse programa com inúmeras perseguições à criminalidade. Tudo pode acontecer	Sábado às 11h.

Fonte: elaborado pelos pesquisadores

Quadro 02 - Programas da TV Record Belém

Programas:	Características Gerais:	Horários:
Balanço geral (Manhã e Tarde)	Prestação de serviços, entretenimento, jornalismo policial e comunitário. Há quatro anos, o Balanço Geral é sucesso na programação da Record Belém. De segunda à sexta-feira, a partir do meio dia e meia, o programa traz os principais fatos da capital paraense e do interior do estado. O público tem voz e vez no programa, que dispõe de ferramentas de interação direto com a produção através de telefone, e-mail e redes sociais. Quadros como o Chutando o Balde e a Praça do Povo também aproximam o telespectador da emissora. Jornalismo sério e comprometido com a verdade, com 64 irreverência e participação da comunidade garantem a fórmula de uma audiência consolidada.	Segunda a Sexta às 06:30 e às 12:30.
Cidade Alerta Pará	Prestação de serviços, entretenimento, jornalismo policial e comunitário. Sucesso na programação da Record Belém. De segunda à sexta-feira às 18h15, o programa traz os principais fatos da capital paraense e do interior do estado. O público tem voz e vez no programa, que dispõe de ferramentas de interação direto com a produção através de telefone, e-mail e redes sociais.	Segunda a Sexta às 18:15.
Balanço Geral - Casos de Polícia	"Aluta do bem, contra o mal". O slogan traduz a intenção do programa de forma fiel: mostrar o mundo policial na batalha diária entre o certo e o errado na sociedade. O Casos de Polícia é o pioneiro no Brasil. Todo sábado, às treze horas, sem intervalos, o telespectador assiste a reportagens especiais, carregadas de suspense, drama e ação. Tudo sem abrir mão da realidade nua e crua. O cenário escuro gera adrenalina ao conteúdo e faz o telespectador mergulhar nas histórias e nas cenas dos crimes. É como ler um bom livro policial e ter a comodidade de não precisar virar a página	Sábado às 13h.
Pará Record	Jornalismo ágil, reportagens exclusivas e prestação de serviços. Os assuntos que fazem parte da vida do telespectador são prioridade: saúde, educação, segurança, meio ambiente. No jornalismo verdade do Pará Record, a população denuncia e discute o que realmente interessa.	Segunda à sexta-feira, às 19h55

Fonte: elaborado pelos pesquisadores

Na análise dos programas televisivos levamos em consideração alguns eixos temáticos: efeitos sonoros, apresentador, matérias e jargões. Não trabalharemos aqui, separadamente esses elementos, mas algumas construções casadas nas narrativas.

Durante a exibição das matérias sobre violência, os editores recorrem ao uso de efeitos sonoros com a finalidade de demarcar o assunto, os bairros e os envolvidos no acontecimento. No programa Balanço Geral (do meio dia), sobe um som de uma sirene para sinalizar que uma matéria de violência vai ser apresentada. Além disso, em diferentes pontos da matéria o som da sirene é repetido. No decorrer do texto, a trilha sonora modifica, dependendo dos fatos, às vezes, um som agitado para simular um jogo de caça e caçador. Música eletrônica de videogame, sertaneja e forró também são usadas na matéria e no programa, em níveis alto e baixo dependendo do assunto.

O apresentador é outro elemento central desse tipo de programa. A narrativa sobre violência começa com ele e finaliza nele. Ou seja, o apresentador enfatiza o tom da matéria que será apresentada e conduz o desenrolar do que é mostrado, resignificando os fatos que são narrados pelos repórteres. Opina sobre a situação, os desfechos, sentencia e infere valores sobre as pessoas envolvidas. Ele é um mediador importante entre público e programa nesse tipo de narrativa. O caráter da narração depende de sua mediação, pois conforme nos explica Dubois, como “elos intermediários” entre o estímulo inicial e a resposta, resultando “*ao mesmo tempo, as respostas aos estímulos que os precedem e, por sua vez, estímulos para os elos que seguem*” (1997: 405). Sua construção é de proximidade e de falar com a audiência do programa.

As narrações reafirmam a importância do apresentador para este tipo de programa, pois validam a presença e a importância deste – muito frequentemente acima do próprio repórter, que por vezes não é identificado na matéria. Isto ocasiona uma supervalorização dessa figura, que expressa pensamentos que fogem aos princípios dos direitos humanos. Ou seja, nos programas, constatamos que esse ‘personagem’ utiliza bastante a linguagem informal e às vezes aparece como um ‘cômico cínico’, ironizando as desgraças humanas e as pessoas nelas envolvidas. Ou aquilo que diz Fachine, a partir

de Verón, que o

indicativo de que a credibilidade do telejornal já não se mede mais pelo peso do testemunho, mas por sua capacidade de criar o espaço necessário à valoração e ao questionamento das notícias que chegam ao espectador em profusão e frente às quais ele, geralmente, tem dificuldades de avaliação (FECHINE, 2002: 12).

Nas suas estratégias comunicacionais, os programas utilizam os dispositivos narrativos que, ao buscar a comoção da população, se baseiam num discurso paradoxal de denunciismo centrado na crítica ao poder público estatal ou municipal, mas elogiando o trabalho da polícia em geral como se a corporação não integrasse o poder público, principalmente nos programas da emissora da RBATV.

Os programas se configuram assim, como autorepresentação e autoafirmação da emissora em geral e do apresentador em particular, que se apresenta como um ‘super-herói’ que luta contra as forças do mal, mesmo sem força, para defender a “sociedade de bem”. Apesar dos programas se apresentarem como factual e investigativo, observamos que eles (apresentadores) narram as mesmas histórias com uma nova roupagem em função do dia. Além disso, a narrativa se constrói em torno do suspeito de cometer o crime.

A narrativa dos programas, como toda narrativa, tem início, meio e fim, mas é o apresentador que reinterpreta os acontecimentos dando um sentido de verossimilhança discursiva. Elabora critérios que encenam a participação dos dois lados, a voz da polícia e dos suspeitos de cometerem crimes, criando a sensação de imparcialidade e objetividade na narração dos fatos ocorridos. Conforme nos lembra Berger e Luckmann, a noção de realidade é mediatizada pela linguagem, isto é, *“a vida cotidiana é sobretudo a vida com a linguagem, e por meio dela, de que participo com meus semelhantes. A compreensão da linguagem é por isso essencial para minha compreensão da realidade da vida cotidiana”* (1995: 56).

É comum para um telespectador paraense que assiste aos programas televisivos de violência ouvir o enunciado “cidade de bem”, repetido várias vezes pelos apresentadores destes programas de narrativas policiais, assim

como por alguns policiais entrevistados nestes programas. Ao analisar o enunciado acima, que é uma construção ideal, percebe-se que tal construção enunciativa se fundamenta sobre o desejo social de proteção fossilizada no cotidiano paraense dos indivíduos que buscam a segurança por suas propriedades: bens materiais em si e a vida.

O projeto de “sociedade de bem”, ao negar o direito do outro para se defender antes da sentença judicial sobre o desvio do seu comportamento, se configura como um projeto de subjugação do outro. Um outro que não tem direitos, que não é levado em consideração e nem ouvido pelos meios de comunicação.

Da perspectiva legal, se entende como exclusão ou negação do acusado no enunciado “cidade de bem” como violência na medida em que este já não tem uma responsabilidade moral ou social para ser considerado como parceiro dialogal na construção mútua da experiência social.

O Popular

Outra importante categoria analisada no projeto de pesquisa foi o sentido de popular construído pelos programas televisivos que têm como temática narrativas de violência ou policiais. O conceito e sua representação podem ser tomados como diferentes e únicos no contexto brasileiro, uma vez, que o popular transcende as barreiras em que a sociedade se estrutura como ordem.

O popular é um conceito abstrato, em consonância ao sentido de que tudo que é aceito e aclamado por um número considerável de pessoas se constituiria no universo do popular. O popular seria assim, tudo que é aceito em grande escala, por todas as classes sociais da massa consumidora, ou seja, a característica maciça do fenômeno. Parece que essa definição estaria em conflito com a premissa marxista de que o fator econômico influenciaria tudo na sociedade. Vivemos em uma fase da vida social em que o fator econômico não domina ou explica radicalmente tudo, mas que existem cenários em que outros pensamentos e comportamentos vão tomar a frente do humano. Tais como a conveniência, comprometimento, rapidez, facilidade, entre outros.

Porém, entendemos que é na sua representação que o fator econômico vai ser dominante em relação com os meios de comunicação.

Não podemos esquecer que as emissoras de televisão aberta são empresas de comunicação, sobrevivem no mercado de acordo com a audiência de sua programação. Os programas para existirem precisam da rubrica de patrocinadores, propagandas e publicidades.

Se o conceito do popular é abstrato e abrangente, existem contextos em que a sua representação é delimitada e específica. Para representar o popular é preciso identificá-lo e apontá-lo, em essência, caracterizando-o como algo nítido e tangível. A sua representação necessita de uma caracterização a fim de demarcar o que está sendo representado. Ou melhor, no contexto brasileiro de hoje, seja na televisão ou em outras esferas, o popular foi ‘agenciado’ como característico das pessoas que fazem trabalho laboral. Ou então, o popular que se representa na televisão brasileira está relacionado às classes sociais de menor poder aquisitivo, audiências alvo das narrativas televisivas, mas que também as alimentam (FRANÇA, 2006).

Neste sentido, a televisão brasileira não atua tanto como um meio de comunicação de massa, no sentido de operar para atingir uma massa com suas pluralidades, que é o verdadeiro sentido do conceito do popular, mas ao contrário, reformulou-se como um meio que segrega esta massa, focando na representação do popular, que neste caso é a audiência de baixa renda. Esta reformulação do seu mandato fez distinguir seu discurso por meio dos programas que são veiculados e fez crescer os programas televisivos que são chamados de “popular”, dominando a televisão aberta e não a fechada, uma vez que a audiência do segundo é composto por membros das classes de média e alta renda, que tem um grau maior de escolaridade além da necessidade de pagar uma taxa para gozar do seu acesso.

As narrativas televisivas construídas nos programas de televisão aberta, nas nossas análises, não podem ser consideradas de fato como “popular”, como os próprios veículos de comunicação os consideram, porque elas não atendam ao conceito de massa. A diferença é que esses programas meramente fazem representar o popular, conforme já denominado, como as classes de baixa renda. A representação incide na potencialidade de audiência dessas

classes, além do aumento significativo de competição entre os veículos de comunicação para permanecerem lucrativos e no mercado.

No entanto, esta representação do popular tem a finalidade de se mostrar próximo ao cidadão comum, mantendo o veículo 'presente' na vida do telespectador. A tevê passa a falar dos problemas que envolvem as comunidades, as dificuldades e anseios, ou seja, sua realidade cotidiana. Ou naquilo que Moscovici vai chamar de ancoragem das representações sociais,

sempre que um material apresentado visualmente pretenda ser representativo de algum objeto comum, mas contém certas características que não são familiares na comunidade [...] essas características sofrem transformações em direção ao familiar (MOSCOVICI, 2011: 207).

Ao construir as narrativas populares os programas televisivos paraenses criam representações que têm como finalidade primeira e fundamental, segundo Moscovici, a comunicação através de um certo consenso de conhecimento entre seus membros. As representações passam a ser formadas *“através de influências recíprocas, através de negociações implícitas no curso das conversações, onde as pessoas se orientam para modelos simbólicos, imagens e valores compartilhados específicos”* (MOSCOVICI, 2011: 208).

Nesses programas as representações sobre o popular são construídas a partir de imagens que apelam ao exagero, ao grotesco, à desgraça humana e principalmente à violência que permeia determinados conflitos nas comunidades periféricas. Na maioria das edições, a representação é construída de maneira perversa e preconceituosa. Já que a violência passa a ser caracterizada como um forte elemento da periferia, Assim, os programas televisivos utilizam a estratégia de “esconder mostrando” embalada num discurso polifônico e pseudo inclusão. Do mesmo modo, a criminalização é atribuída à pobreza e ao pobre periférico.

Estas características das narrativas televisivas permitem a consolidação do fenômeno de representar o popular por meio da predominância das notícias de *fait divers* nos seus programas. As notícias de *fait divers* abordam assuntos de interesse humano e permitem que o tema seja tratado com

maior subjetividade, enquanto as notícias de *hard-news* se concentram no fato a ser noticiado e em seus dados, que não requerem uma subjetividade explícita. Esta subjetividade passa permear as narrativas, pois ela possibilita que o apresentador, ‘estrela’ do programa, use e abuse de expressões do senso comum e de juízo de valor para ‘atirar’ contra o poder público e ‘aqueles’ que considera ‘indivíduos do mal’. Os enunciados são construídos nas narrativas do apresentador com o uso da ironia, dos ditos populares e dos julgamentos sem justiça.

Lembramos assim, Antônio Gramsci ao se referir ou definir os cantos populares que “não são compostos pelo povo e sim para ele; [...] *não são compostos para o povo nem para o povo, mas que o povo se apropria porque são coerentes com o seu modo de sentir e de pensar*” (GRAMSCI, 1978: 190).

Aquilo que são denominados de programas populares na televisão brasileira são aqueles que geralmente, acontecem em estúdios, com o apresentador transformando a vida das pessoas comuns, expondo seus problemas domésticos, das comunidades, matrimoniais ou familiares de modo grotesco e espalhafatoso. É neste contexto que se insere a violência como mensagem desta representação do popular. A violência ou matérias que tratam sobre a temática passam a ser associadas ao popular aparentemente confinado a um setor da sociedade chamada de ‘povo’, ‘povão’ ou ‘classes populares’, mas de forma pejorativa.

Nas narrativas de violência, levando em consideração as abordagens e os comentários do apresentador, são normalizadas através das imagens mostradas e a linguagem usada na sua construção. Essas duas características têm o papel fundamental em ‘sensacionalizar’ as matérias, perpetuando essa narrativa nas mentes da sua audiência.

3. Exercício crítico do jornalismo

As narrativas midiáticas dos jornais impressos e dos programas televisivos paraenses, de caráter policial e popular, apelam, sobretudo, a uma

construção de hierarquização do crime e das pessoas, de criminalização da violência e da periferia e de valorização de um senso comum estereotipado em que a violência é segregada a espaços físicos e pessoas. Identificamos com frequência uma categorização idealizante de uma sociedade considerada de “sociedade de bem” com uma carga identitária de vitimização do cidadão chamado “de bem ou trabalhador”, em oposição a um cidadão implicitamente construído por enunciados narrativos como indivíduo do mal, preguiçoso e que desfruta gratuitamente das ‘benesses’ de uma sociedade que não lhe pertence. As construções narrativas midiáticas com enunciado de “sociedade de bem” enquanto uma idealização de sociabilidade que se fundamenta na exclusão social do outro. A construção narrativa do outro nos impressos e programas policiais apontam para uma estratégia comunicacional de convencimento para o consumo de produtos jornalísticos ou não, e um procedimento sociopolítico de ‘chantagem’ e denunciamento para obtenção de privilégio mercadológico por parte da autoridade pública.

Assim, constatamos que essa representação pode intervir de forma conflitual, ou seja, “é indício de um conflito de apreensões, impossível de ser decidido a não ser pela imposição de um ponto de vista único”, conforme escreve Michaud (1978, p.89), ao discutir a noção de violência.

Portanto, como já apontava McLuhan os meios não são meramente canais de informação, mas fornecem o material para o pensamento, mas também moldam o processo de pensamento. Assim, nossa preocupação é depositada num jornalismo que pouco ou nada tem contribuído para discutir a violência em sociedade. Quando se discute tem como material embrionário uma narrativa negativa que estereotipa as pessoas, os locais e as relações, com a valorização de um senso comum negativo com relação ao outro e violência, e à criminalização da violência.

Observamos que a violência passa a ser a linguagem a determinar os rumos e os sentidos das relações sociais e das políticas públicas no país, sem contudo, um debate mais pontual e profundo sobre questões que atravessam a violência, como: a invisibilidade da violência contra jovens negros, como resposta à criminalidade, a guerra civil não declarada que faz vítimas de todos os lados, sejam policiais ou a população, a defesa de um estado policialesco,

a política do enfrentamento, da criminalização e do encarceramento como solução dos problemas de segurança pública, e a reflexão também sobre a 'instituição' de uma indústria da violência que resulta em uma economia do medo e numa arquitetura do medo.

Do mesmo modo, as informações devem ser alicerçadas ao preceito ético de respeito ao outro. Ou seja, de acordo com Buber, "*o mundo é duplo para o homem, segundo a dualidade de sua atitude. A atitude do homem é dupla de acordo com a dualidade das palavras-princípio que ele pode proferir*" (2001: 53). O jornalismo não pode falar de si mesmo, sem considerar que suas atitudes afetam os outros de quem falam. Portanto, a função envolve o exercício crítico de todos seja da academia, do mercado e das escolas de ensino fundamental e médio.

Referência

ARENDDT, Hannah. Eichmann em Jerusalém. **Um relato sobre a banalidade do mal.** Tradução de José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento.** 36. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

CORREIA, J. C. **A teoria da comunicação de Alfred Schutz.** Lisboa: Horizonte, 2005.

COSTA, Alda Cristina. A Violência como espetáculo: **um debate em torno do programa "Metendo bronca"**. 2004. 190 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais/UFPA, 2004.

COSTA, Alda Cristina. Um olhar midiático sobre a violência In D. C. Brito, & W. J. Barp (Eds.), **Violência e controle social: reflexões sobre práticas de segurança pública** (pp. 173-190). Belém: Numa/UFPA, 2005.

COSTA, Alda Cristina. violência e os modelos midiáticos de espetáculo In M. A. Malcher, N. S. Seixas, R. L. Lima, & O. Amaral Filho (Eds.), **Comunicação Mídiatizada na e da Amazônia.** Belém: FADESP, 2011, pp. 179-204.

DUBOIS, Jean et al. **Dicionário de Linguística**; trad. Frederico Pessoa de Barros [et al]. SP: Cultrix, 1997.

FERREIRA JUNIOR, S. E. S., & COSTA, A. C. Enquadramentos e representações sociais da violência urbana na imprensa da Amazônia paraense. **Revista Estudos de Jornalismo**, 5, pp. 99-114, (2016).

GOFFMAN, E. **Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise**. Petrópolis: Vozes, 2012.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: LTC, 1975.

FECHINE, Yvana. Estratégias de personalização dos apresentadores de TV: um estudo em um telejornal brasileiro. **Revista DeSignis**, N.2, Barcelona, Gedisa, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. 37. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

GLASSNER, Barry. **Cultura do Medo**. São Paulo: Francis, 2003.

MATHEUS, Letícia Cantarela. **Narrativas do medo: o jornalismo de sensações além do sensacionalismo**. Rio de Janeiro: Mauad, 2011.

PARK, R. A Notícia como Forma de Conhecimento In STEINBERG, Charles. **Meios de Comunicação de Massa**. São Paulo: Cultrix, 1976.

ROLIM, Marcos. **A síndrome da rainha vermelha: policiamento e segurança pública no século XXI**. Rio de Janeiro: Zahar; Oxford, Inglaterra: University of Oxford, Centre for Brazilian Studies, 2006.

SCHUTZ, A. **Fenomenologia e relações sociais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SCHUTZ, A. **El Problema de la Realidad Social**. Buenos Aires: Amorrortu, 1974.

SOBRINHO, Sergio F. C. G. **Globalização e sociedade de controle: a cultura do medo e o mercado da violência**. Tese de doutorado. Orientador: João Ricardo Dornelles - Rio de Janeiro: PUC; Departamento de Direito, 2007.

Capítulo 7



A cidade midiática: Espetacularização e conexão da cidadania na contemporaneidade

Otacílio Amaral Filho

Resumo

A ideia de uma cidade midiática vem sendo discutida por vários pesquisadores e estudiosos principalmente do ponto de vista conceitual tomando a cidade na perspectiva da mediação e da midiática dos espaços urbanos agora numa amplitude global. Estudos envolvendo as mediações e midiática como os de Barbero (1996, p.1), Sodré (2006) e Harvey com as cidades rebeldes e estudos aplicados como os de Bianchini e Grimberg (2012) que aborda a wikicidade e tem Porto Alegre como referência, e os de Fontenele (2007) sobre consumo e cidade, Aragão e Amaral Filho (2013) que apresentam o conceito de cidade midiática analisando o Belém@trânsito como parte do projeto de pesquisa “Mídia Real: as encenações, da cultura, da política, do público na Amazônia”. O objetivo deste artigo é discutir o conceito da cidade midiática a partir da ruptura no contemporâneo da relação territorialidade e identidade cuja essência está nos processos de comunicação na sua feição mais avançada quando oferece a sociedade um espaço público midiático onde se desenrola uma experiência social típica deste ambiente e em que as mediações respondem diretamente aos processos de socialização.

Palavras-chave: Cidade midiática; Midiática; Ciberespaço.

1. Introdução

Neste artigo a proposição parte do sentido de representação da política pela publicidade, do exercício da cidadania de forma mediada e de forma mais direta a invenção do cidadão, ou seja, a criação da identidade do cidadão moderno nascido da relação entre cidadania e consumo. Vamos discutir o conceito da cidade midiática a partir da ruptura no contemporâneo da relação territorialidade e identificação, cuja essência está nos processos de comunicação na sua feição mais avançada quando oferece a sociedade um espaço público conectado dando corpo a sociabilidade oriunda da relação real e virtual, ambiente e em que as mediações respondem diretamente aos processos de sociação pondo em ação dispositivos de identificação e subjetividades centrados no afeto, especialmente na postagem da imagem de si e do outro e da imagem da cidade como característica principal da mídia e do sistema político influenciados, principalmente, por ações que tem origem na cidadania.

Para tanto, se acrescenta a essa proposição de análise por esta perspectiva de representação da política pela publicidade, do exercício da cidadania e do consumo como coisa social, o ambiente político, caracterizado pelos problemas trazidos pelas democracias representativas. Isso porque, o que movimenta as cidades do ponto de vista político parece estar nos processos oriundos de uma cultura da horizontalidade e da desierarquização das lutas sociais como sugere Harvey (2014) e discussão de valores que surgem nas metrópoles em grande parte pela irreversibilidade de perspectivas do capital que provoca a possibilidade inclusive de questionamentos impostos pela ordem do próprio capitalismo e que se efetivam numa possibilidade maior de deliberação pela sociedade numa perspectiva que pode ser entendida como constituição de um espaço público integrado pela política, por ações da sociedade civil, e pelo consumo que possibilita, por isto mesmo, a discussão do modelo das democracias representativas.

A característica principal da vida na contemporaneidade está na transformação gerada pela comunicação intensificada responsável pela criação de sociabilidades fundadas num tipo de representação social que se define pela

mediatização na ordem do que estamos chamando de sociedade da informação ou sociedade em rede (CASTELLS, 1999: 17). Embora a mediatização seja tratada inicialmente como uma questão de ordem tecnológica, referenciada pelos usos dos “meios de comunicação de massa” na relação informação e comunicação pode-se verificar que extrapola esta abordagem para se oferecer também como transferência de conhecimento e das práticas coletivas para o universo da mídia, na forma de agendamento de cenários, bem como por uma ordem cultural que não pode ser dimensionada, senão, por fatores próprios de sua natureza como a visualidade e a visibilidade que recriam o modelo espetacular como linguagem, possibilitando tanto do ponto de vista da postura individual no ambiente mediatizado como forma de identificação, quanto na integração social, considerando a natureza coletiva da ação social, requisitando, portanto, de um sujeito coletivo e a formação de um imaginário e de identificações a partir da lógica dessa cultura publicizada regulada pela leis de mercado, que tem como médium o capital.

Sodré (2002) esclarece que enquanto a mediação precisa de base material para concretizar-se nas instituições e em formas reguladoras do relacionamento social, a mediatização pode ser pensada “*como uma tecnologia da sociabilidade, ou um novo bios*” (SODRÉ, 2002: 24) partindo-se da classificação aristotélica, como um quarto *bios* existencial onde predomina a esfera dos negócios. De forma mais direta a mediatização implica “*uma qualificação particular da vida, um novo modo de presença do sujeito no mundo*” (SODRÉ, 2002: 26).

Por isso mesmo, nesta ordem, a partir da relação entre o fato social e sua representação criam-se novas possibilidades de imaginação, de pertencimento, e, portanto, de identificação que vão além das relações com a localidade e o espaço contíguo encaminhando-se para a oferta de um imaginário totalizante publicizado e disponibilizado para questionamento e apropriação no espaço público conectado como cibercultura tendo como regulador um modelo de cidadania como forma de participação colaborativa e de consumo que faz da cidade o lugar do espetáculo e do divertimento. “*As cidades se empenham num trabalho de identidade visual, de imagem e de comunicação*” (LIPOVESTKY & SERROY, 2015: 318) para conquistar espaço do mercado do mesmo modo

como as marcas comerciais, mas por estratégias ampliadas que se define por um processo de urbanidade que inclui as periferias também como lugar de produção e de representação das cidades. Desta forma, o que se está qualificando como cidadania, está cada vez mais próximo de um processo de sociação integrando realidade e virtualidade e que se aparta do sentido político formador do cidadão, identificado com o seu lugar, para apresentar-se como uma cidadania representada e regida por um tipo sociação gerada na cultura de consumo, na ordem do capitalismo, que acrescenta aos direitos civis e políticos, a conquista dos direitos sociais no século XX, como acesso ao consumo pelo trabalho, a saúde, a educação e a diversão e um espaço público conectado que permite a publicização da política como uma ordem integrada entre realidade e realidade virtual regulada por intersubjetividades dirigidas pelo afeto.

Mas devemos pensar também que a ordem política gerou um contra fluxo pela *emancipação social* que pressiona a ordem mercadológica quando cria toda uma perspectiva de entrada e participação neste mundo do capital pelos processos de educação e pela cultura. O que nos leva a discussão, de forma mais crítica para a natureza dominante do sociometabolismo do capital como forma de garantir o ciclo do fluxo de matérias primas da periferia em direção ao centro, mecanismo essencial do processo de globalização econômica e cultural na contemporaneidade especialmente quando se fala dos saberes, conhecimento científico e técnico. Precisamos considerar nesta definição de global, o discurso da *colonialidade* do poder como sugere Quijano quando postula “*que a espoliação colonial é legitimada por um imaginário que estabelece diferenças incomensuráveis entre colonizador e colonizado*” (Apud CASTO-GOMEZ, 2005: 177-179).

Cannevacchi quando analisa a cidade polifônica, nos diz que “*a cidade é o lugar do olhar*” (1993: 43-52) e de forma ampliada pelo olhar e ser olhado e talvez por isso mesmo é que pode ser interpretada e plasmada pelo vídeo-scape, como uma *collage* urbana, oferecendo ao olhar a metrópole cosmopolita, global se assim quisermos pensar. Appadurai nos mostra nesta mesma lógica de raciocínio as paisagens mundiais em contraposição ao conceito de centro-periferia, em especial a paisagem midiática.

Precisamos enfatizar que o cenário comunicativo urbano tem o centro no olhar do receptor interpretando a vida nas cidades, pela imagem das cidades e das etnias, por trazer de forma subjacente o conceito de não hegemônico, por um lado, e por outro quando define o espaço da mídia radical com o uso das tecnologias de rádio, vídeo, imprensa de forma conectada, como afirma Downing (2002) e principalmente por convergirem como processo obrigatório de publicização e política para a Internet por processos de sociação que Jenkins definiu como *cultura da participação e cultura da conexão*, que por suas características possibilitam outras formas de enfrentamento social. Por outro lado, o acesso à educação de nível médio e especialmente com a ampliação dos processos de acesso ao ensino superior com a oferta de vagas com cotas para escola pública e etnia, bem como a oferta de cursos pela educação a distância, contribuem para um nível de sociação que redefinem o jogo social especialmente neste ambiente agora conectado que constituem o espaço urbano.

2. A cidade midiática

A cidade midiática é antes de tudo, a cidade que vemos. Nos é mostrada por uma imagem constante, o olho do outro para o nosso olhar com o auxílio luxuoso das câmeras de fotografia, de vídeo e de cinema. A cena fantasma que Requena (1985, p. 72-74) define na topologia do espetáculo como um lugar virtual que se oferece pela a imagem capturada das câmeras uma visão absoluta do espectador, concêntrica, porque permite o acesso a todos os ângulos da imagem produzida pelas câmeras em qualquer lugar que ele esteja, se em frente a uma tela de cinema, uma televisão, um computador, um celular.

A cidade midiática representa a ruptura do conceito tradicional da polis como espaço urbano para a sua representação pela a imagem do cotidiano e a convivência real/virtual. A ideia conceitual que desenvolvemos, portanto, se define como uma *cidade midiática* que se apresenta na ordem da *conexão*,

este caminho à virtualização que inclui as mediações que se que este sujeito contemporâneo realiza no mundo subjetivo e no mundo objetivo, parte do modelo de sociação que se concretiza no espaço público em rede resultante da relação da produção e distribuição de informação. Além disto, a cultura de consumo possibilita o surgimento de novas formas de identificação constituídas por um imaginário publicizado reconfigurado pelo cibermediático e pela ciberdemocracia como lugar das imagens do mundo, formadas pela publicidade política e uma estética espetacular.

A *cidade midiática* constitui-se, por tudo isso, como uma possibilidade maior de qualificar a cultura midiaticizada aporte da comunicação como processo informacional de natureza tecnológica e mercadológica da realidade sensível que se consubstancia no espaço público político conectado que afirma o consumidor e reinventa o cidadão, diferente da *polis grega*, ou seja, a Cidade, como a comunidade organizada, formada pelos cidadãos (*politikos*), isto é, pelos homens nascidos na Cidade, livres e iguais, portadores de dois direitos inquestionáveis, a isonomia (igualdade perante a lei) e a isegoria que é o direito de expor e discutir em público opiniões sobre ações que a Cidade deve ou não deve realizar (CHAUÍ, 2006: 78). A cidade midiaticizada, por sua vez, funciona como espaço público político, como já vimos, neste caso, representação cibermediaticizada, do poder e da cultura como sociação que tem como representantes o consumidor e o cidadão não como se tratasse de uma fusão, mas um *sujeito coletivo* que dá forma a cidadania contemporânea, cuja lógica está na possibilidade de manifestação de todos, como requisito da mediação, portanto integração social, neste lugar em que as *imagens do mundo* são disponibilizadas. O consumo faz referência a cidade imaginada, ofertada como produção da política e da cidadania. O que é acionado para mais é a colaboração como forma de ordenação.

Verón (2001) quando trata da midiaticização, fala da “cidade”, porque acredita que a cidade se desdobra numa dupla razão, a primeira como um espaço inteiramente construído no imaginário e a segunda porque é uma entidade que pertence ao imaginário político. O indivíduo se reconhece como tal, como sujeito do lugar, da cidade enquanto conjunto de pessoas. Queremos acrescentar que, respondendo principalmente esta natureza do

imaginário político que migra para o midiático não mais na ordem dos meios como se viu no início, jornal, rádio e televisão, mas na forma de espaço conectado pela internet não mais como escolha, mas como uma definição que se encontra na natureza convergente do ambiente publicizado que permite, pelo processo de globalização da política, vincular-se ao conjunto do sistema midiático contemporâneo circunscrito tanto as mídias de função massivas quanto às pós-massivas, a que se referem Lemos e Lévy (2010).

É preciso afirmar, portanto, que neste ambiente, a cidadania é requerida não apenas como processo de posicionamento político, mas de manifestação pública, tanto individual como das minorias, instigadas a manifestar-se e se qualifica como parte integrante da ação social representada no aqui agora, espetacularizada, no tempo real da mídia, possibilitado pela interatividade e redefinindo, desta forma, o conceito de cidade que cria também por efeito da participação e colaboração, uma opinião pública ampliada como parte integrante da narrativa midiática e da cibercultura. Estamos convivendo, assim, com a cidadania inventada pela *“palavra escrita que construiu leis e identidades nacionais”* e por isto mesmo, *“ com a formação de um cidadão como sujeito de direito”* da maneira que argumenta González Sthepan (Apud Castro-Gomez, 2005: 173) e um cidadão pleno, que nasce da emancipação social, formado, portanto, também nas *“minorias”*, pelas exigências de gênero, de etnias e de classes, mulheres, índios, negros, migrantes, homossexuais, loucos, presos, analfabetos, desempregados, que se formam em negociações não hegemônicas e dos conflitos hegemônicos tradicionais como a guerra e o terrorismo cingidos pela conexão e pelo discurso mediatizado.

Grande parte da análise que se faz das mediações, privilegia o espaço da cultura numa esfera que passa ao largo da política e se põe numa ordem que diz respeito à cultura do consumo como regulação social necessária aos novos formatos que partem das mídias e de sua natureza mercadológica. Precisamos por isso mesmo, mostrar que a cidadania não pode ser desvinculada da política, portanto, da esfera de poder e que se integra a *cidade* e que agora na *cidade midiática* se define no debate político no espaço público conectado, como lugar de vida social. Aqui precisamos pensar na espacialidade da cultura rompida pela modernidade da sua natureza fundamental de pertencimento

para outra ordem que é a do compartilhamento como princípio primordial, devemos postular a espacialidade cultural na diversidade das culturas como uma espacialidade social e política que se oferece no espaço público conectado e o posicionamento deste cidadão que se estabelece nesta dimensão.

Martin-Barbero (1996) por seu lado, diz que a cidade mostrada pela televisão se apresenta como fluxo e fragmentação formas de mostrar a cidade utilizada pela estrutura discursiva da televisão. Um outro sensorium em que a cidade mostrada pela mídia substitui a experiência ou mais, constitui a única experiência-simulacro da cidade global.

A representação da Cidade se constitui pela cena midiática que funciona na lógica espetacular acionando os dispositivos da visualidade e visibilidade e pela quebra da intimidade e requisição de um sujeito público como identidade individual. Do ponto de vista da linguagem organiza-se, como fluxo, pelo jornalismo regulado pela “vontade da verdade” e a liberdade de expressão; a publicidade pelos rituais da cultura de consumo e a diversão ordenada pela *feira contemporânea* como resultado das manifestações das culturas de forma global e que, incorpora ainda, a vida cotidiana com seus atos e ritos dramáticos e cômicos refletidos no espaço público midiático como parte importante da dualidade de percepção do mundo e da vida humana na lógica de sentido em que o espaço doméstico é convertido em território virtual.

A cena midiática por sua vez, organiza-se tanto pelo poder de publicizar como pelo poder de representar. Pela lógica política essa ordem midiática busca na interatividade o instrumento modelo para formar a opinião e usa o compartilhamento da informação como *mercadoria* a partir do acontecimento midiático no ciberespaço como reprodução da realidade que se completa como participação. A leitura das notícias nos jornais on line e nas mídias sociais o diálogo em tempo real, o correio eletrônico, os novos produtos anunciados, a compra na loja virtual, fazem parte deste cotidiano representado no espaço público conectado. Enquanto a política morosamente caminha para a resolução dos problemas da cidade a mídia a representa imediatamente e requer solução pela fala do cidadão e pelo direito do consumidor, influenciando a resolução do problema para mostrá-

lo a posteriori se for resolvido ou para requisitar novamente a resolução. Na forma mais efetiva de participação, o cidadão convoca a manifestação pelas redes sociais quebrando o código político das instituições e oferecendo ao indivíduo a rua como o lugar permanente da discussão da coisa pública. É preciso, portanto, criar a identidade do cidadão contemporâneo que subtende a reinvenção da cidadania e a invenção do outro em que os mecanismo da política e do consumo se enfrentam como um processo de des(colonização). Eis a cidade midiática! Subirats (1985) nos diz que a principal dimensão da reprodução da realidade pela mídia não está no seu caráter instrumental e nem na força manipulatória como ‘fator condicionador da consciência’ e sim pelo seu valor ontológico, isto é, como ‘princípio gerador do real’, porque reagimos aos seus estímulos com maior intensidade do que quando estamos diante da realidade. Por outro lado, a mídia rompe pela força da mediação o elo de separação entre real e virtual como se acrescentasse uma força ao real quando o torna visível nos processos de publicização pela linguagem espetacular.

3. A publicidade política

A publicidade política se define por uma dicotomia que afirma a ação política que põe em cena a cidade a partir de duas características: a construção da cidade modelo e a destruição do modelo da cidade. No primeiro a cidade é representada por um imaginário político idealizado que unifica o cidadão e espaço urbano, e mostra cidade e seus moradores como atores principais da vida na cidade para ser mostrado para os outros. No segundo a cidade é representada como o lugar do conflito e da sobrevivência, cidadãos e cidadãs são chamados de guerreiros e guerreiras no palco cotidiano de uma cidade em permanente estado de construção. Este argumento indicará também a polarização entre candidatos e ideias como uma forma predominante da discussão política.

A imagem da cidade midiaticizada abre-se da ágora para o ciberespaço,

como transformação da esfera pública que reestrutura a democracia especialmente pela participação coletiva como afirmam Levy e Lemos (2010) para uma ideia mais plena da ciberdemocracia como sociabilidade. A cidade produzida pelo argumento político dominante, como um lugar que usa o acontecimento como narrativa orientada pela fragmentação conduzido por um narrador errático e ocasional que escolhe pelo fluxo do acontecimento o que vai mostrar e dizer e como se posicionar diante de uma realidade virtual em que predomina o afeto o *post* emocional e a radicalidade das posições balizadas pelo vai e vem de informações das redes sociais não como um processo de discussão mas de escolhas de vínculo e de posicionamentos compartilhados. Neste ambiente o que se requisita é a participação como forma efetiva de ação do indivíduo, cuja identidade é ao mesmo tempo devassada e protegida pela rede em harmonia com a reprodução do discurso da colonialidade.

Enveredar por este caminho significa buscar explicação para o tratamento dado ao discurso político, no conceito de cidadania associado às lutas pela reforma do Estado, na perspectiva de acesso aos bens oferecidos pelas democracias de massa, a partir da lógica social do consumo. A ideia de consumo que aqui se quer usar é essa do acesso aos bens materiais e simbólicos junto ao exercício da cidadania. Canclini (1997) propõe essa possibilidade de reflexão, partindo do reconhecimento de que “ao consumir também se pensa, se escolhe e reelabora o sentido social”. Considera, ainda, a necessidade de se analisar, como este campo de apropriação de bens e signos intervém em “*formas mais ativas de participação do que aquelas que habitualmente recebem o rótulo de consumo*” (CANCLINI, 1997: 30-31).

No domínio em que se realiza a disputa pela imposição de imagem pública política, é possível avistar-se a construção do discurso político e dos seus desdobramentos através de uma representação de gestão política, posta também pela mídia como forma de negociação e que se efetiva também no espaço público conectado enfrentando a democracia representativa pela deliberação. A legitimação das promessas das campanhas eleitorais que, no presente momento, ganham uma materialidade por força da imagem televisiva migram para as redes sociais no fluxo dos acontecimentos e reflete na gestão

política no sentido de governança e resultados que aparecem no cotidiano das cidades. O que parecia quebra, reforça o monopólio da informação ativando formas de controle que usa estratégias do ciberespaço como a forma viral de disseminação da informação na mesma perspectiva de post emocionais do cotidiano vinculado nas redes sociais. Essa configuração se funda, hoje, também na mudança do eleitor, que pode ser expressa na combinação cidadão e consumidor. A cidade que eu quero viver porque sou contribuinte e quero desfrutar dos benefícios do imposto pago, como direito e como conquista.

Os elementos de orientação do eleitor são outros; entre eles, o debate e a discussão a partir do que a mídia tradicional e as redes sociais estão mostrando no o espaço público conectado novamente desafiando a democracia representativa, pela deliberação, questionando a representação e os políticos eleitos. A cidade para se viver de forma comparativa com outras cidades apresentada cotidianamente pela mídia na web. A mídia mostra os problemas do cotidiano e sua resolução, numa cena rápida e que parece transparente, diferente da lenta e complicada cena institucional, e, não apenas isto, mas todo um conjunto de imagens capturadas pelas câmeras e oferecidas no contemporâneo pela cultura mediática, como uma *cena fantasma*, espetacular. Nas redes sociais o discurso se apresenta como denúncia e vínculo com esta ou aquela posição no jogo das emoções que o ambiente requer.

Rubim (1999) afirma que, na contemporaneidade, a sociedade é estruturada e ambientada pela comunicação. Para o autor, a expansão qualitativa da comunicação; a diversidade de novas modalidades de medias presentes no espectro societário; o papel desempenhado pela comunicação midiática como modo de experienciar e conhecer a vida, a realidade e o mundo; a dominância das culturas mediáticas sobre os outros circuitos culturais existentes; as ressonâncias sociais da comunicação midiática sobre a produção da significação (intelectiva) e da sensibilidade (afetiva); e a prevalência da media como esfera de publicização hegemônica; mutações espaciais e temporais provocadas pelas redes mediáticas; e o crescimento vertiginoso da produção, circulação, difusão e consumo de bens simbólicos,

orienta o que ele denominou como ‘idade mídia’.

Desse modo, pode-se pensar na identidade cultural construída em torno da ação midiática, onde se estrutura a publicidade política. Identidade cultural entendida “*como o processo pelo qual um ator social se reconhece e constrói significados principalmente com base em determinado atributo cultural ou conjunto de atributos, a ponto de excluir uma referência mais ampla a outras estruturas sociais*” (CASTELLS, 1999: 39). Como um processo permanente de vinculação que no contemporâneo é determinado pela ação das tecnologias da informação com o uso da linguagem espetacular pela postagem de fotos, vídeos, recortes da vida pessoal e do cotidiano tendo por critérios principais o vínculo e a emoção.

Nos períodos eleitorais quando há uma efetiva exacerbação das discussões políticas, a publicidade política produz a imagem pública política do candidato e o discurso sobre a cidade e a oferece ao eleitor-consumidor, nos mesmos moldes das mensagens veiculadas pelo consumo com um discurso amplificado pelas redes sociais. No entanto, a publicidade política não tem natureza exclusivamente midiática. Ela é resultante das novas formas de socialidade definidas pelas exigências democrático-individualistas da contemporaneidade no campo político e atravessada pela lógica da publicidade. A imagem da cidade, produzida pela publicidade política, como um elemento que é incluído no momento da disputa eleitoral, obedece às imposições de disputa pela imagem e recebe o tratamento de um lugar que está sendo construído e reconstruído. Mostra-se como a cidade era antes e como ficará depois. O que não foi feito, o que se deixou por fazer e o que será feito. A determinação desse tratamento está na disputa política entre os grupos posicionados como situação ou oposição como jogo. Um jogo acionado pela política como conspiração e controle do poder. Finalmente, a cidade produzida pelo argumento político dominante, como um lugar onde o principal objetivo é o bem-estar do cidadão-consumidor e, para isto, a necessidade da participação política dele, eleitor, como o principal ator desse processo. A “cidade feliz”, que se mostra no horário político eleitoral, como uma cidade sonhada pelo eleitor, espelhos de exemplos de sucessos acontecidos em outras cidades ou sob este ou aquele governo. Isto

significa buscar explicação para o tratamento dado ao discurso político pelo predomínio da *retórica*, ao conceito de cidadania associado às lutas pela reforma do Estado, na perspectiva de acesso aos bens oferecidos pelas democracias deliberativas, a partir da lógica social do consumo.

A classe política e a mídia passam a conformar-se às novas aspirações da massa, cujas regras impulsionadas pela publicidade estão na intimidade, na proximidade, na cordialidade, no humor ditados por um formato de 'política sedução'. Gilles Lipovetsky (1999) analisa esta questão, constatando a insustentabilidade da tese do *two step flow of communication*, a corrente dupla da comunicação, considerando que depois da formulação dessa teoria nos idos dos anos 40, a importância das ideologias, das famílias e dos líderes foi bastante enfraquecida. Por outro lado, em todos os Estados democráticos se vê uma desestabilização de comportamento dos eleitores, os cidadãos cada vez menos fiéis a um partido e o comportamento do consumidor pragmático e do eleitor indeciso tendem a aproximar-se. E agora oferece este cidadão híbrido que parece se afastar da vida política tradicional, de negar a participação política ao mesmo tempo que se manifesta, denuncia, vai pra rua e completa este engajamento nas redes sociais novamente protegido pelas características interativas e colaborativas da rede.

Diz Lipovetsky (1999), para completar este raciocínio, que embora a explicação do impulso da política sedução pareça simples, ele não está apenas como consequência do boom da televisão, das sondagens de opinião e da publicidade. Na verdade, é preciso considerar, também, a natureza da comunicação política nos Estados totalitários. O marketing político corresponde à instalação das sociedades democráticas na era do que ele chama de consumo moda. Valores inerentes à sua ordem como o hedonismo, lazer, o jogo, a personalidade, o psicologismo, a cordialidade, a simplicidade, o humor, impulsionaram a reestruturação das declarações políticas.

Sabe-se que a natureza espetacular da política quando chega à contemporaneidade, longe de ser a transformação da política num espetáculo das democracias, vem como uma atualização histórica em sua dinâmica mais profunda. Reconhecendo na vontade coletiva a fonte da soberania política, as democracias trazem a secularização do poder, libertando a política do seu

caráter sagrado. O Estado torna-se expressão da sociedade e deve, cada vez mais, parecer-se com ela. Nesse sentido, diz Lipovetsky (1999), a política espetáculo não faz senão prolongar o processo de dessacralização política, começado no final do século XVIII.

Pode-se pensar agora numa publicidade política que recria o discurso político adotando uma forma mais ampla pelos efeitos da internet como espaço público conectado pela narrativa midiática e a linguagem espetacular. Nascida da necessidade de adequação do discurso político à lógica midiática, a publicidade política, como uma função do espaço público, tem como objetivo levar ao eleitor a informação política. Em que pese a crítica de que o discurso político é oferecido num palco de variedades onde é diluído pela superficialidade, não é verdade que ele busca somente a neutralização dos conteúdos e homogeneização dos discursos políticos, quando esses estão mais para reforçar a dessacralização da instância política, no corpo do que se está tratando como espetacularização.

Essa publicidade política apropria-se da imagem como formato buscando, através deste, a construção da imagem pública e dos atores políticos no espaço público conectado. A produção de imagem pública política, obrigatória no trânsito da web, é construída para atrair o cidadão com o argumento da participação. É produzida a partir da disputa política, constante entre adversários e com o objetivo de que, num dado momento, ganhe autonomia enquanto imagem e possa integrar-se no imaginário político como uma característica pretendida de um candidato, da cidade ou como fruto da relação entre estas unidades. Para Gomes (2004), as imagens não são entidades fixas, ao contrário, elas se formam e alteram-se para melhor ou para pior independente daqueles a quem pertencem ou *“mesmo de forma absolutamente independente destes, num processo permanente de construção, destruição e reconstrução sem fim e sem garantias”* (2004: 264-265).

A publicidade política apropria-se, além do mais, das sondagens de opinião como referência e linguagem. Tem-se falado sobre o impacto das pesquisas eleitorais sobre a política e sobre o eleitorado. Mas é preciso ver, também, que as pesquisas eleitorais estão sendo trabalhadas como argumento publicitário, afirmando ou negando situações e possibilidades, e, por isso

mesmo, têm como fim, a construção do discurso político, e, através dele, a busca da eficácia eleitoral.

Assim, essa imagem pública produzida é reforçada quando se amplia a noção racionalizada e argumentativa da política, como retórica, para um âmbito de natureza emotiva, intuitiva, que se realiza através de atos e ritos que buscam uma identificação política no psiquismo do eleitor para atingir o comportamento final do voto. Como o eleitor vota? Em quem vota? Porque vota assim? Por outro lado, suscita a participação quando acompanha as atividades dos poderes legislativos, executivo e judiciário pela mídia e nos ambientes conectados. Além disso, a internet amplia a produção da publicidade política pois completa este quadro quando permite a manifestação do cidadão maneira efetiva pela participação online e pela a insurreição disparada pelo espaço público midiático cuja natureza essencial é dar visibilidades aos processos de sociação desencadeados pela conexão com a ocupação da rua em manifestações públicas.

4. A guisa de conclusão: que cidadão é este?

Escolhemos para mostrar esta relação política e publicidade no seu viés espetacular pelo recorte da cidade midiática, com a narrativa no ciberespaço do boneco apelidado nas redes sociais de “Obama”. A Companhia de Trânsito de Belém (CTBEL), em 2012, durante a construção do BRT (Bus Rapid Transit) colocou nas ruas um ‘guarda de trânsito’ de papelão como um *display*. Apareceu na internet quando foi retirado das ruas pela companhia de trânsito em função de críticas na mídia sobre a substituição dos guardas de trânsito pelo boneco. A prefeitura voltou a colocá-lo na rua, quando então, aparecem as suas aventuras no cotidiano da Cidade como narrativa transmídia, no twitter, no Facebook e na televisão. Uniformizado e com bandeira vermelha na mão, para chamar a atenção dos motoristas, os *displays* do boneco, reapareceram ao longo das obras do BRT, na avenida Almirante Barroso, a principal rota de saída da Belém. A CTBel, informou

que os bonecos servem para chamar atenção dos condutores. Eram muitos os registros de condutores que freavam já em cima dos cones que fazem a demarcação da área. *“Os bonecos chamam atenção de longe e surtem o efeito que buscávamos”*, esclareceu Ellen Margareth Souza, diretora-superintendente da Companhia de Trânsito¹.

O apelido veio do fato do boneco parecer com o presidente americano Barak Obama segundo os internautas. Logo em seguida ganhou um twitter oficial. Cerca de dez horas após a criação da conta o @BonecodaCTBel já tinha quase 200 seguidores. O dono da página no micro blog escolheu um tom hilário às suas postagens e aproveitou para fazer críticas bem-humoradas ao caos do trânsito em Belém e ao fato da CTBel usar este recurso para melhorar o trânsito e acrescentou-se o bordão ‘abraços e cautela no trânsito’, como ‘fala’ do boneco.

Ao longo do ano foram sendo postadas fotos nas redes sociais com as aventuras do Boneco do Obama. FLAGRA: Gisele Bündchen, em visita Belém, parou o trânsito (que já estava parado) para tirar uma foto com o morador mais famoso da cidade, Barack Obama. *“Pedi pra tirar uma foto comigo, disse que me achou muito bonito. Fiquei lisonjeado, apesar de não saber quem é ela. Abraços e cautela no trânsito!”*²

Numa fanpage do Facebook o boneco do Obama aparece entre os personagens de ‘Os vingadores’³. Outro momento, aparece numa livraria indicando livro de forma clandestina enquanto as pessoas escolhem livros. *“Estava na livraria e esse senhor atrás de mim, muito simpático por sinal, me recomendou esse livro para ajudar nos meus estudos.”* *“Gosto de me manter sempre atualizado. Abraços e cautela no trânsito!”*⁴. *“Preciso ir hoje na UFPA, tem uma defesa de tese no mestrado de Engenharia, com o tema ‘O papel do boneco na sociedade do engarrafamento’*⁵, postou @BonecodaCTBel na manhã de hoje. No jornal A Folha de São Paulo, na seção Foto Folha no dia 18/05/2012⁶.

1 <http://www.diarioonline.com.br/noticia-201638-boneco-da-ctbel-repercute-nacionalmente.html> acessado em 23 de

2 <https://www.facebook.com/bonecodactbel?fref=ts>. Acessado em 23 junho 2012.

3 (<http://www.diarioonline.com.br/imagens-interna.php?galeria=2418> Acessado em 23 junho de 2012.

4 <https://www.facebook.com/bonecodactbel/timeline?filter=1> Acessado em 2 junho 2012.

5 <http://www.diarioonline.com.br/noticia-201638-boneco-da-ctbel-repercute-nacionalmente.html>; Acessado em 2 junho 2012.

6 <http://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/7659-imagens-do-dia#foto-148919>; Acessado em 2 junho 2012.

Em uma reportagem no telejornal SBT Brasil o repórter avisava, “Boneco de Barack Obama para o trânsito em Belém”.

A reportagem encerra com uma entrevista da diretora da Companhia de Trânsito de Belém explicando a aparência do boneco e com o repórter afirmando que o ‘Obama’ ganhou perfil no twitter e uma visita virtual a lua⁷.

No período que o prefeito de Belém, Duciomar Costa, se ausentou da cidade numa viagem aos Estados Unidos, entre 3 a 15 de janeiro de 2009, o boneco “*assumiu a prefeitura*” e diversas anseios da população foram postadas como ação do ‘Obama’ neste período. Outras postagens citando o prefeito de Belém como “*O Duciomar era taxista. Agora ele fez o BRT e tá se vingando de todos vcs*”. “*O Duciomar conseguiu fazer o que ele sempre quis: Impedir que o povo de Ananindeua chegasse em Belém*”⁸. O perfil Obama do BRT Belém (Personagem Fictício) continua no Facebook mostrando o trânsito e outros problemas de Belém pelas postagens.

A fala do boneco, que como já vimos, sempre terminava com o bordão: “*Abraços e cautela no trânsito*”, afirma o sentido educativo que o personagem teve originariamente. Uma espécie de cidadania que se realiza pelo humor como forma de condução da argumentação, mas que se forma na necessidade do cidadão em manifestar-se aliado a natureza do espaço público conectado que permite o exercício da insurreição usando como instrumento a comunicação como forma de ação neste ambiente que forma a cidade midiática. Aqui a linguagem se esvazia e se enche pelo modelo da repetição, pela vigência da cópia como forma de criação e possibilidade estética e como excelência do processo de formatação da cultura no contemporâneo que logo a substituirá por outro acontecimento. E mais ainda, a linguagem espetacular afirma o valor de exposição também como valor estético da imagem no universo não apenas da arte, mas como um estado estético dos objetos e dos relatos os seus efeitos na ordem da interpretação e do acontecimento como comunicação, que define os grupos e a necessidade de estar juntos.

A cidade que queremos não é a cidade que vivemos. Aqui é preciso

7 Obama do BRT Oficial@ObamadoBRT. Postado e acessado 5 de junho de 2012.

8 Obama do BRT Oficial@ObamadoBRT Postado e acessado 5 de junho de 2012.

incluir duas questões essenciais, a primeira diz respeito ao modelo do capitalismo neoliberal que criou um subsistema enrustido que elimina a possibilidade de superação da cidade pela lógica das deliberações democráticas pelo determinismo de mercado. O outro fator é a relação da qualidade e da quantidade quando se fala das grandes metrópoles e que por força da integração dos processos de comunicação via web termina por contaminar as cidades de forma generalizada com uma falsa visão do global e ao mesmo tempo que permite a participação, esconde a possibilidade dos arranjos locais como forma de superar o fechamento do capitalismo enrustido neoliberal, impondo uma ordem de repetição da concorrência empreendedora como forma de vida urbana ao invés dos modelos da solidariedade. Harvey nos diz que *“o direito à cidade não pode ser concebido simplesmente como um direito individual. Ele demanda um esforço coletivo e a formação de direitos políticos coletivos ao redor de solidariedade sociais”* (2013: 32). Voltamos ao princípio, a cidade está na rua acionada pela comunicação intensificada das redes e é aqui que a cidadania no seu nível primordial, a política, se efetiva, pelo menos, na possibilidade ainda que utópica de alcançar a liberdade como a forma mais plena de que a cidade seja realizada para este cidadão que aqui se cria.

Referências

BIANCHINI, Aline; GRIMBERG, Daniela. Wikicidade e imaginário. A representação do espaço urbano a partir do projeto de Porto Alegre, cc. *Sessões do Imaginário*. Ano VII 1 n28, 2012/2.

CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura v.1*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHAUÍ, Marilena. *Cidadania Cultural: o direito a cultura*. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.

DOWNING, JOHN. *Mídia radical. Rebeldia nas comunicações e nos movimentos sociais*. São Paulo: Editora Senac, 2002.

FERRARA, Lucrécia D'Alessio. Cidade: meio, mídia e mediação. **Revista MATRIZES**, vol., Nº 2, abril, 2008.

FONTENELLE, Isleide Arruda. A cidade midiática sob o signo do consumo: a produção de uma sociabilidade da indiferença. **Estudos e pesquisas em psicologia**, UERJ, RJ, ano 7, No 2, 2ª semestre de 2007.

GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paullus, 2004.

GOMEZ, Santiago Castro. Ciências Sociais, violência epistêmica e o problema da invenção do outro In LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires, CLACSO, 2005.

JENKINS, Henry. **Cultura da Convergência**. São Paulo: Aleph, 2008

LEMONS, André; LEVY, Pierre. **O futuro da internet. Em direção a uma ciberdemocracia planetária**. São Paulo: Paullus, 2010.

LIPOVESTKY, Gilles & SERROY, Jean. **A estetização do mundo. Viver na era do capitalismo artista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

_____. **O império do efêmero. A moda e seus destinos nas sociedades modernas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

MACHADO, Roberta Aragão e AMARAL FILHO, Otacílio. Cidade Midiática. Trabalho apresentado no DT-6 GT Comunicação e Culturas Urbanas no **XXI Congresso das Ciências da Comunicação Norte** – Intercom Norte, realizado de 01 a 03 de maio de 2013.

MAFFESOLI, Michel, 1944. **O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa**. 2.ed. – Rio de Janeiro; Forense Universitária, 1998.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **De la ciudad mediada a la ciudad virtual Transformaciones radicales en marcha**. Telos. Madri, (44):15-21, dez/fev. 1996.

BARBERO, Jesús M. Tecnicidades, identidades, alteridades: mudanças e opacidades da comunicação no novo século In MORAES, Dênis de. **Sociedade midiaticizada** / Dênis de Moraes (org.) Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do espelho**. Petrópolis: Perspectiva, 2002.

SODRÉ, Muniz. **As estratégias sensíveis: afeto, mídia e política**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

SUBIRATS, Eduardo. **A cultura como espetáculo**. São Paulo: Nobel, 1989.

Capítulo 8



Política, juventude e rede #vemprarua em Belém¹

Joice Santos
Rosaly Brito
Rosane Steinbrenner

Resumo

O artigo discute como ocorreu em Belém do Pará, segunda maior capital da Amazônia brasileira, o fenômeno das manifestações massivas de rua protagonizadas por jovens ocorridas no Brasil em junho de 2013. A análise é feita com base nos dados que resultaram de um grupo focal realizado pelas autoras com um grupo de jovens de Belém sobre as chamadas jornadas de junho; matérias publicadas nos jornais O Liberal e Diário do Pará à época das manifestações, e a observação in loco durante as manifestações. Tais manifestações se revestiram, notoriamente, de características singulares - a convocação pelas redes sociais, a ausência de lideranças formalmente constituídas, a recusa às bandeiras partidárias, o uso de repertório simbólico muito particular e a mudança de tom imposta à cobertura midiática. Quais os contornos que tanto as manifestações de massa como seu tratamento pela mídia assumiram em uma capital periférica no contexto da Federação brasileira? É o que o texto se propõe a analisar.

Palavras-chave: Juventude; Jornadas de Junho; Belém do Pará.

1. Introdução

Os eventos são retratados como se não tivessem história. Parece que, de repente, houve um despertar brilhante, a consciência tomou a mente das

¹ Artigo publicado originalmente nos Anais do II Colóquio Semiótica das Mídias, evento integrante do IV Pentágono do Centro Internacional de Semiótica e Comunicação (Ciseco), realizado em Japaratinga/Alagoas, em 25/09/2013.

peças e num evento do Facebook apareceram milhões de pessoas nas ruas. Um dos problemas com que temos que saber como lidar é como dar sentido histórico para o que estamos fazendo. (Vitor Quarenta, Movimento Para Todos, SP.)

A afirmação acima, de um dos protagonistas dos movimentos de protesto ocorridos em São Paulo nas chamadas 'jornadas de junho', em 2013², sintetiza com precisão uma tendência marcante nos discursos midiáticos contemporâneos. Em um duplo movimento, ao mesmo tempo que buscam desistoricizar os movimentos sociais, em especial aqueles que constituem clara ameaça à ordem estabelecida, investem na desqualificação da política, desencorajando os cidadãos comuns à participação ativa, com o fim de relegá-los a meros espectadores da cena política.

Os cenários institucionais e políticos tradicionais são deliberadamente mostrados como algo apartado da vida dos cidadãos neste início do século XXI, que, como assinala Adauto Novaes, "*começa sob a hegemonia do pensamento único*" (2007: 9), como que soterrando as utopias, as promessas comunitárias e a política do futuro que marcaram os séculos XIX e XX. É neste cenário, conforme o autor, que se presencia uma "*laboriosa construção do esquecimento da política, não exatamente dos acontecimentos, mas da própria origem da política, como se ela viesse de nenhum lugar, fosse destituída de qualquer fundamento*" (Novaes, 2007: 9).

Propositadamente desorganiza-se a memória da política e tudo vai se transformando em lembranças de menor importância. As revoluções políticas dão lugar às revoluções técnicas e mentais. O processo de autonomização da técnica coloca em xeque tanto o sentido de passado como de futuro, instaurando o reino do presente, volátil e instrumental. A dimensão humana e política da sociedade, porém, não pode sucumbir à lógica da tecnociência, que, para se afirmar como dominante, precisa fazer com que o passado seja esquecido. Do mesmo modo, a ideia de futuro também é posta à prova. "*Vivemos em um presente eterno, e tudo segue as leis do fugaz, do veloz e do volátil, eterna mudança do mesmo*" (Novaes, 2007: 12).

As manifestações de junho de 2013 no Brasil, nesse sentido, soaram como uma retomada, em novas bases, da cena política, agora ocupada

predominantemente por jovens, na contramão da lógica do esquecimento da política. Por isso mesmo surpreenderam e inquietaram tanto. De ‘espectadora’ dos acontecimentos políticos, a sociedade voltou ao centro da cena. Mas, apesar da evidente raiz social dos problemas que levaram à eclosão dos protestos, eles foram mostrados pela mídia brasileira como uma irrupção inesperada que se espalhou feito um rastilho de pólvora pelo país.

A declaração do ativista paulista Vitor Quarenta citada no início deste artigo – “os eventos são retratados como se não tivessem história”³ (Revista CULT, n.182, 2013) – resume de forma exemplar a construção discursiva que dominou o noticiário. Um dos clichês usados como slogan pelos manifestantes, a que os meios de comunicação recorreram à exaustão – ‘o gigante acordou’ - sintetizava essa ideia da explosão momentânea, enfurecida, que, a despeito da força com que eclodiu, poderia ser mais uma onda volátil de protestos, seguindo a mesma lógica do fugaz acima mencionada.

Também o fato de terem sido manifestações convocadas e articuladas majoritariamente pelas redes sociais reforçou a ideia de que poderia ser um movimento meteórico, a ser rapidamente relegado ao esquecimento, seguindo a lógica que comanda a rede mundial de computadores. Uma gigantesca faixa portada por manifestantes no Rio de Janeiro com os dizeres “*Somos a rede social*” e cartazes com a inscrição “*Sáimos do Facebook*”, cujas imagens circularam massivamente no Brasil e em outras partes do mundo no período das manifestações, enunciavam polissemicamente essa porosidade entre o mundo social e o digital e a fluidez de fronteiras entre eles.

3 É interessante notar, por exemplo, que o Movimento Passe Livre (MPL) de São Paulo, que originou as primeiras manifestações e deu o tom dos protestos, existe desde 2003, tendo surgido no meio estudantil paulistano com o fim de lutar pela catraca livre, tarifa zero de ônibus para estudantes. Seu slogan é “por uma vida sem catracas”. Em dez anos de existência, porém, cresceu muito e ampliou sua plataforma de lutas, passando a reivindicar catraca livre para todo mundo. Segundo Mayara Vivian, uma de suas ativistas, longe de ser algo fora de contexto e inesperado, a bandeira contra o aumento de 20 centavos na tarifa, detonadora das primeiras manifestações, era apenas a ponta do iceberg de uma luta antiga, que tem como cerne a questão da mobilidade urbana, abrangendo também outras questões sociais urgentes, como a moradia e a saúde. “*A gente luta pela inversão da lógica capitalista no sistema de transporte (...) O segundo maior gasto da família brasileira é com transporte [perdendo apenas para a moradia]. Nas cidades cada vez maiores, se você não tem transporte você não tem nada (...) O próprio exercício da vida passa pela circulação, e essa circulação tem uma catraca feia e cinzenta no meio, que vai rodando e tirando o seu dinheiro*”, afirmou Mayara à Revista Cult, op. cit., p.61-62. Certamente, portanto, o movimento em que se originou a onda de protestos, tanto quanto os outros que a ele se somaram, têm história e se lançaram com propósitos claros na luta. O inesperado ficou por conta da dimensão que os protestos assumiram em todo o país e o poder de mobilização do chamamento inicial, que em pouco tempo granjeou um sem-número de demandas não atendidas da população.

Justamente por serem caracterizadas como essa explosão de ordem eminentemente emocional, sem fundamento argumentativo e sem foco - visão enunciada repetidamente em frases como “*tudo isso só por vinte centavos de aumento nas passagens de ônibus? É muito barulho por nada!*” - é que se justificava a contenção violenta por parte do aparato policial do Estado. E não houve escrúpulos no uso da força policial, como mostraram milhares de registros disponibilizados quase em tempo real na internet pelos manifestantes e por integrantes de coletivos como o Mídia Ninja⁴.

Na história das manifestações massivas de rua no Brasil foi a primeira vez que a cobertura midiática foi o tempo todo confrontada com as imagens e informações postadas na internet, sem dúvida um fato novo, que impôs recuos e uma necessidade permanente de os meios redirecionarem a cobertura, sob pena de perda vertiginosa de sua credibilidade. Essa disputa permanente de sentidos entre a mídia tradicional e as mídias sociais mostrou na prática, de forma eloquente, como a sociedade digital produz deslizamentos e alternâncias entre produtores e receptores da informação, rompendo de forma inelutável a hipertrofia de poder e a verticalidade que marcaram, no século XX, o papel das mídias de massa.

De outro lado, em vista de suas opções editoriais e por se tratar de um ano pré-sucessão presidencial, a grande mídia brasileira também tirou proveito dos acontecimentos. Se no primeiro momento a chamada oposição de centro-direita ao governo federal notabilizou-se somente pelo uso da repressão policial, como aconteceu com o governo de Geraldo Alckmin (PSDB), em São Paulo, em um segundo momento houve mudança de tom. Como porta-vozes, em sua grande maioria, desse segmento, setores hegemônicos da mídia adotaram um tom celebrativo em relação aos protestos.

Na última semana de junho, que se seguiu às maiores manifestações ocorridas até então, três das principais revistas semanais do Brasil - Veja, Época e IstoÉ -, publicaram edições especiais sobre as jornadas de junho. A Revista Veja - de linha editorial notoriamente conservadora - estampou na

4 Sigla de “Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação”, coletivo de jornalistas voluntários que se constituiu com o propósito de narrar na internet em tempo real, sem cortes e de maneira independente, os principais eventos relacionados às mobilizações populares no Brasil, valendo-se de smartphones e de câmeras digitais. O grupo foi lançado oficialmente em março deste ano, durante o Fórum Mundial de Mídia Livre, na Tunísia. Cf. <http://portalimprensa.uol.com.br/noticias/brasil/60294/midia+ninja+acredita+que+cobertura+sem+cortes+e+em+tempo+real+e+estimulante>.

Acesso em 30 de julho de 2013.

capa a manchete “Os sete dias que mudaram a Brasil” (VEJA, edição Nº 2327, 26 jun.2013) reforçado pela imagem de uma manifestante caminhando de costas, envolta na bandeira nacional. Também foi uma imagem da bandeira do Brasil, só que em farrapos, que ilustrou a capa da edição especial de Época. A revista se valeu de parte da letra do hino nacional no título principal da capa, “*Pátria Amada, Brasil*” (ÉPOCA, edição Nº 787, 21 jun.2013) seguida da indagação “*Onde vai parar a maior revolta popular na história da democracia brasileira?*”. Já a edição da Revista Istoé na mesma semana, em uma referência direta à música “*Apesar de Você*”, de Chico Buarque de Holanda, verdadeiro hino de resistência no período da ditadura militar brasileira, saiu com a manchete de capa: “*Hoje você é quem manda*”, seguida do subtítulo “*A voz das ruas se impõe, assusta os políticos, conquistas vitórias e mostra que veio para ficar*” (ISTOÉ, edição Nº 2275, 21 jun.2013).

A ‘voz das ruas’ em 2013, embora não seja em si mesma um fenômeno novo, sobretudo se considerada a história recente de um país que viveu mais de duas décadas sob um regime totalitário ao qual a sociedade opôs forte resistência, desta vez ecoou e ganhou corpo sob condições singulares. Havia quase exatas duas décadas que o país não assistia a movimentos de rua dessa envergadura que o tomassem de ponta a ponta, como aconteceu em 2013.

Os movimentos mais recentes que antecederam as jornadas de junho foram a histórica campanha pelas Diretas-Já, em 1984, que varreu o Brasil de norte a sul na luta pelo restabelecimento das eleições diretas para a presidência da República, e, ironicamente, o movimento pelo impeachment do primeiro presidente eleito pelo voto popular após a ditadura, Fernando Collor de Mello, em 1992, dois anos após tomar posse. Foi a única vez na história republicana brasileira que um presidente foi afastado do cargo por impeachment, o que se deu graças à intensa mobilização popular no movimento que ficou conhecido como ‘Fora Collor’. Nessas manifestações, também foi marcante a presença de jovens, o que gerou o movimento dos chamados ‘carapintadas’, pois pintavam os rostos de verde e amarelo para irem às ruas protestar.

As manifestações de 2013, que muitos se apressaram em chamar de ‘Primavera brasileira’, em alusão à chamada ‘Primavera Árabe’, são dignas de

um esforço analítico mais profundo, pois trazem à tona uma série de novas características que em muito se assemelham às que marcaram movimentos sociais recentes no mundo. Todos parecem dizer muito sobre as demandas políticas, a forma de manifestação da sociedade e os rumos da democracia neste início do século XXI.

Entre eles, situam-se a rede global de movimentos *Occupy*, sob o lema ‘Unidos pela mudança global’, que nos Estados Unidos tem o nome de *Occupy Wall Street*⁵; a chamada Primavera Árabe, em 2011, que derrubou ditaduras instaladas há décadas na Tunísia, no Egito, na Líbia e no Iêmen; o movimento dos Indignados na Espanha; as greves e ocupação das ruas na Grécia; a revolta nos subúrbios de Londres, os movimentos estudantis por educação pública e gratuita no Chile. Grande parte deles ocorreu em 2011, provocando “*uma onda de mobilizações e protestos sociais que tomou a dimensão de um movimento global*”, como assinala o historiador Henrique Soares Carneiro (2012: 7).

O autor chama a atenção para a forma epidêmica - no sentido grego original da palavra, que quer dizer algo que ocorre com muita gente do povo - que tiveram os movimentos daquele ano.

Houve algo de dionisíaco nos acontecimentos de 2011: uma onda de catarse política protagonizada especialmente pela nova geração, que sentiu esse processo como um despertar coletivo propagado não só pela mídia tradicional da TV ou do rádio, mas por uma difusão nova, nas redes sociais da internet, em particular o Twitter, tomando uma forma de disseminação viral, um boca a boca eletrônico com mensagens replicadas a milhares de outros emissores (CARNEIRO, 2012: 9).

Esse novo espaço público que está surgindo pressupõe o diálogo e a proximidade dos corpos humanos para converter as ruas em ‘espaço político de iguais’, como aponta David Harvey (2012: 60). As derrotas que esses movimentos vêm impondo desde 2011 às estruturas de poder em várias

5 Conforme Castells (2013: 12), em 15 de outubro de 2011 o movimento Occupy mobilizou centenas de milhares de pessoas em 951 cidades de 82 países, “*reivindicando justiça social e democracia verdadeira*”. David Harvey (2012): 6 sintetiza o objetivo desse movimento nos Estados Unidos. “*Nós, as pessoas, estamos determinadas a retomar nosso país dos poderes do dinheiro que atualmente o controlam (...) Sua classe, os ricos, não vai mais governar sem oposição e nem herdar automaticamente a terra. Sua classe, a dos ricos, não está destinada a sempre vencer*”.

partes do mundo demonstram como “*o poder coletivo de corpos no espaço público continua sendo o instrumento mais efetivo de oposição quando o acesso a todos os outros meios está bloqueado (...) são os corpos nas ruas e praças, não o balbucio de sentimentos no Twitter ou Facebook que importam*”, assina o autor (HARVEY, 2012: 60-61).

Concordando inteiramente com Harvey, no sentido de não se superestimar os aparatos técnicos em detrimento dos processos sociais, parece-nos importante, no entanto, assinalar outras características importantes que as rebeliões populares, incluindo as jornadas de junho no Brasil, assumiram. Entre as mais importantes, além do protagonismo jovem, a ausência de lideranças políticas formalmente constituídas; a recusa aos velhos aparatos políticos e suas respectivas bandeiras e formas de luta; a complementariedade entre a ocupação do espaço público das ruas e as redes de comunicação no espaço digital, com o conseqüente questionamento dos enquadramentos da cobertura da mídia tradicional.

A seguir, trataremos mais especificamente de como aconteceram as jornadas de junho em Belém do Pará, segundo maior centro urbano da Amazônia brasileira ⁷, qual o tratamento que lhes foi dispensado pela mídia local e quais os significados a elas atribuídos por um grupo de jovens da cidade, que debateram o tema em profundidade com as autoras durante um grupo focal.

2. #Vemprarua em Belém: mimetismo e peculiaridade

A onda de manifestações que se espalhou pelo país a partir de São Paulo, tendo como marco propulsor o dia 13 de junho - quando a PM reprimiu violentamente a manifestação organizada pelo Movimento Passe Livre, gerando forte indignação expressa via redes sociais - reverberou no espaço público da cidade de Belém três dias depois. Foi quando se realizou o ato

⁷ Com 1,3 milhão de habitantes.

preparatório do que viria a ser a primeira de uma série de manifestações de rua ocorridas na capital paraense no prazo de pouco mais de duas semanas, de 16 de junho a 3 de julho, período considerado neste artigo, no rastilho do fenômeno nacional. Já nesse primeiro momento evidenciaram-se os modos de organização e mobilização não tradicionais que caracterizam de forma mimética a feição da nova safra de movimentos populares que se insurgiram no país.

Sem liderança pré-definida, convocados por meio de uma página no Facebook, criada por um movimento emergente, intitulado Belém Livre⁸ - que daria nome e a partir de então condução não-hierárquica ao movimento na capital - cerca de mil pessoas, em sua imensa maioria jovens, participam em pleno verão amazônico⁹, num domingo à tarde, de um exercício de democracia direta. No Anfiteatro da Praça da República, a mais central e histórica da cidade, em reunião aberta, sem microfone ou megafone, as falas, sempre curtas, eram repetidas pelos mais próximos até chegar aos mais distantes¹⁰, numa espécie de jogral expandido, método que se viu em várias manifestações no país como forma de combater ferramentas tradicionais de controle e verticalidade na condução das mobilizações. A rejeição à presença de partidos políticos também se repetiu no movimento em Belém, com o banimento das bandeiras nas manifestações de rua no mês de junho.

O 'mar' de cartazes individuais como expressão particular de um descontentamento coletivo em torno de bandeiras genéricas e amplas por direitos também esteve presente nas manifestações em Belém. Foi como se a forma sintética utilizada no microblog Twitter - em que tudo é dito em poucos caracteres - tivesse migrado para os cartazes que cada um portava expressando sua motivação para estar na rua. Afirmou-se então, de forma recorrente um deslocamento da lógica de ação da juventude atual - do espaço virtual para a ocupação do espaço público das ruas - e sua inerente, ainda que seja cedo para afirmar se permanente, politização.

8 Comunidade no Facebook, criada no dia 14 de junho, se apresenta como movimento da sociedade civil em Belém. <https://www.facebook.com/MovimentoBelemLivre>

9 O chamado verão amazônico, período menos chuvoso e mais quente na região de clima equatorial, inicia-se quando o resto do país vive o ápice do seu inverno, junho/julho e vai até dezembro.

10 Segundo relatos de participantes e fotos disponíveis nas redes, e material do jornal O Diário do Pará (<http://www.diarioonline.com.br/noticia-247614-onda-de-protestos-chega-a-belem.html>).

As jornadas de junho ocuparam as ruas da capital paraense utilizando espaços do cenário urbano consagrados pelos movimentos sociais. Mas embora tenham refeito percursos antigos, também propuseram novos trajetos e montaram acampamentos que sinalizavam rupturas no padrão conhecido de manifestações públicas locais.

Se mimético na forma, as peculiaridades do movimento na capital paraense iriam se revelar especialmente no conteúdo de indignação particular que atuou como estopim das manifestações (Figura 1), bem como nos desdobramentos do movimento já no início do mês de julho. Pode-se dizer que o fator de aglutinação inicial dos protestos em Belém deveu-se à reação popular contra desmandos, descaso e corrupção locais, evidenciados emblematicamente nas obras do BRT (*Bus Rapid Transit*).

Figura 1: Chamada para o evento e foto da primeira manifestação nas redes sociais



Fonte: Movimento Belém Livre

Iniciadas em 2012, já em final de gestão, com claro interesse eleitoreiro e sem qualquer transparência ou planejamento, as obras do projeto do *ônibus de transporte rápido*, anunciado como solução para um sistema de transporte coletivo precário e ineficiente, comandado no município por empresas familiares que atuam sem licitação, transformaram o trânsito da cidade, já difícil, em um caos permanente. Inúmeras irregularidades foram apontadas pelo Ministério Público Estadual (MPE): falhas no projeto, na licitação¹¹, desvios de recurso. A obra foi embargada diversas vezes, agravando o caos urbano, e hoje acumula 16 processos do MPE contra a administração municipal e o prefeito anterior.

O BRT se evidenciou assim como o sucedâneo local dos megaprojetos da Copa de 2014 que foram o mote dos protestos nacionais, inserindo, porém, um componente de ímpeto cívico por mobilidade urbana. No trajeto da primeira manifestação em Belém, no dia 17 de junho, 15 mil pessoas percorreram pacificamente a avenida onde se instala a obra inacabada, numa espécie de reapropriação do espaço físico da rua desumanizada das grandes metrópoles, e no caso do BRT, desvairada pela insensatez e pelo descaso administrativo.

Até o final de junho, outras três manifestações, articuladas pelo Movimento Belém Livre, aconteceram na cidade (dias 20, 24 e 26), reunindo a cada vez cerca de 10 mil pessoas. Sem deixar de lado questões nacionais, como a PEC 37, o protesto contra o projeto da 'Cura Gay', ou mais regionais, como a luta contra a Usina de Belo Monte, o foco do movimento centrou-se na luta pelo passe livre, ou tarifa zero, e o destino final das passeatas passou a ser o prédio da Prefeitura Municipal de Belém, onde registraram-se os conflitos entre manifestantes e policiais¹². O momento mais tenso dos atos se deu, entretanto, ao final da ocupação da Câmara Municipal de Belém (CMB) por cerca de 600 estudantes que exigiam sessão especial para a votação do

11 Em Belém nunca houve uma licitação para a concessão do serviço de transporte público. Segundo o Ministério Público Estadual, cerca de 40 empresas comandam o sistema, impondo itinerários e quantidade de ônibus, em um sistema que atende diariamente perto de um milhão de passageiros, numa clara confusão entre o privado e o público (Promotor de Justiça Raimundo Moraes, em Audiência Pública do BRT, março de 2013).

12 Como saldo trágico dos confrontos, a morte da gari Cleonice Vieira de Moraes, de 53 anos, que sofreu uma parada cardíaca após o lançamento de bombas de efeito moral pela polícia durante o protesto do dia 20 de junho, no primeiro confronto entre manifestantes e a tropa de choque posicionada em frente ao Palácio que abriga a sede da Prefeitura de Belém.

Plano Plurianual (PPA) e a aprovação de emendas que propunham o passe livre para estudantes, a redução da tarifa de ônibus e o seu congelamento por dois anos. As emendas foram rejeitadas e a desocupação se deu sob forte repressão da Guarda Municipal. A Prefeitura manteve-se irredutível e não negociou com os manifestantes.

Diante do impasse em torno da questão da tarifa e do passe livre, o Movimento Belém Livre sofreu uma espécie de refluxo de mobilização, talvez influenciado também pelo início das férias escolares no Ensino Médio, o que naturalmente provocaria uma desarticulação dos novíssimos manifestantes que atenderam ao chamado do #vemprarua em Belém. Foi nesse momento que se percebeu uma mudança na natureza, na agenda e na forma das manifestações que continuaram a ocupar as ruas da cidade.

Alógica veloz, horizontal e anônima das mobilizações que surpreenderam o país parecia dar lugar mais uma vez às formas tradicionais de organização dos movimentos sociais, com suas pautas específicas e articulação central. O arrebatamento das ruas, porém, indicava ter fôlego. A explosão civil das manifestações massivas levou diversos segmentos, em diferentes cidades do interior do Pará e em diferentes bairros de Belém, a expressarem nas ruas suas reivindicações específicas¹³.

3. Efeitos de sentido em disputa na mídia paraense

O dispositivo não é o suporte inerte do enunciado, mas um local onde o enunciado toma forma (MOUILLAUD, 2002).

Assim como as ruas, os espaços dos principais jornais diários locais – O Liberal (das Organizações Romulo Maiorana, fundado há 67 anos) e o Diário do Pará (da família de Jader Barbalho, com 30 anos de existência)

13 Num só dia (02 de julho) diversas manifestações ocuparam as ruas de Belém: policiais militares e bombeiros fizeram passeata a favor da PEC 300; o movimento “Médico, VemPra Rua Também” exigiu melhores condições na saúde; funcionários da maior rede de supermercados de Belém entraram pela primeira vez em greve por melhores salários; flanelinhas fizeram manifestação por melhores condições de trabalho. Ainda em julho, vários cursos da Universidade Federal do Pará pararam por melhores condições de ensino, e um pouco adiante os jornalistas de Belém, depois de mais de quase duas décadas anos sem (re)ação coletiva, entraram em greve por melhores condições de trabalho.

- foram tomados pelas manifestações, desde a capa até as páginas internas, dominando editoriais, páginas de cidades, política, esporte, polícia e até o colunismo social. Quando a política saiu dos lugares institucionais e ocupou as ruas, a força dos acontecimentos provocou uma quebra na convenção do noticiário cotidiano, tendo como indicador a quantidade de páginas dedicadas à cobertura das manifestações, a abordagem em escala nacional (cruzando material dos repórteres locais e de agências), o uso significativo de ilustrações, mapas, boxes e quadros cronológicos. Foi um desses momentos, entre os já mencionados de nossa história recente, em que o sentido de país e nação foi construído imagetivamente por uma cobertura jornalística nacional que não estava ligada à celebração do futebol e do carnaval.

Se as jornadas de junho reproduziram-se de forma muito semelhante nos diferentes estados brasileiros, a cobertura midiática também apresentou traços comuns em sua abordagem. Mas em nível local houve particularidades dignas de nota que diferenciaram a cobertura de um veículo para o outro. O Diário do Pará fez uma cobertura mais extensa das manifestações em Belém e no interior do estado, procurando reportar, inclusive, o funcionamento de uma manifestação e do Acampamento pela morte da gari Cleonice Vieira de Moraes¹⁴. Já O Liberal restringiu-se aos municípios da Região Metropolitana, especialmente Belém. O Acampamento na Praça do Operário, local estratégico na entrada da capital paraense, ali instalou-se com o intuito, por parte dos manifestantes, de chamar a atenção para a morte acima referida da gari. A morte foi apenas vagamente mencionada, sem que os jornais informassem, inicialmente, nem seu nome e nem as circunstâncias do óbito aos leitores.

Ambos os jornais procuraram caracterizar seu concorrente como alvo preferencial das críticas populares sobre corrupção. Os dirigentes do Liberal e do Diário do Pará forneciam muitos detalhes do que os manifestantes gritavam quando estavam em frente à sede das emissoras de tevê afiliadas ao grupo concorrente - TV Liberal (afiliada da Rede Globo, politicamente vinculada ao partido PSDB, que governa o Estado e a Prefeitura de Belém) e a Rede Brasil Amazônia (afiliada da TV Bandeirantes, politicamente

14 Aos 54 anos, a gari morreu um dia depois de inalar gás lacrimogêneo lançado pela Polícia Militar em confronto com os manifestantes no dia 20 de junho de 2013 em Belém.

vinculada ao partido PMDB e base de apoio do Senador Jader Barbalho), respectivamente.

Os sucessivos embates nas primeiras páginas, em notas de colunas e notícias no interior do jornal, ilustram, exemplarmente, a afirmação de Mouillaud de que a *“relação entre os jornais é uma relação polêmica antes mesmo das polêmicas que os opõem (...) o nome do jornal só é percebido quando está em concorrência com o ‘outro jornal’”* (2002: 86).

Após analisar as manchetes das primeiras páginas e os títulos nas notícias no interior dos jornais no período entre junho e julho de 2013, destacando especialmente as edições de 18 e 21 de junho e a de 3 de julho, podemos afirmar que o Liberal e o Diário do Pará seguiram a tendência conservadora da mídia nacional. Embora caracterizassem as manifestações como “pacíficas”, investiam em ilustrações, legendas e subtítulos que afirmavam o caráter violento dos protestos. Esta leitura pode ser percebida claramente na manchete do dia 18 de junho do Diário do Pará, que relacionou a primeira passeata com assaltos e mortes ocorridos na cidade, enfatizada pela manchete em letras garrafais “Isto é Belém”, significando com fotos e títulos que a cidade viveu um dia infernal.

A articulação feita pelo Diário descrita no parágrafo acima confirma sua opção editorial pela linguagem própria do noticiário policial, ressaltado pelo uso do vermelho em fios e olhos. Assim como o uso de termos elogiosos aos mandatários principais do Governo do Estado e da Prefeitura evidenciaram o comprometimento político do jornal O Liberal, que procurou contrapor o pacifismo da primeira passeata em Belém aos confrontos relatados em outros estados. Todavia, as notícias dos protestos sempre vêm acompanhadas de uma ilustração ou de termos que falam de violência.

Na segunda passeata, noticiada no dia 21 de junho, a construção recorrente ‘grupos minoritários’ aparece na manchete de primeira página de O Liberal ” (O Liberal, edição 33.967, p. C6), sendo estes responsabilizados pelos ‘atos de violência’. As imagens e relatos dos confrontos monopolizaram os espaços noticiosos. A edição do Diário do Pará deste dia é emblemática. A manchete em letras garrafais na primeira página, antecedida por um antetítulo Onda de Protestos é complementada pelo título ‘Clima de Guerra’

e uma foto ampliada do Batalhão de Choque da PM em posição de ataque e disparando rojões, com fotos menores de um manifestante mascarado ajoelhado de braços abertos, em posição de rendição frente a uma fila de PMs e um plano geral da passeata.

Na edição acima referida, no interior do jornal, uma página dupla com títulos de 'Guerra e Paz'. As cenas de Guerra apresentam várias fotos de confronto em fundo preto e na página ao lado, intitulada Paz, uma vista área da passeata mostra um 'mar' de gente em frente a um dos cenários marcantes de Belém - o Mercado Ver-O-Peso. A narrativa das imagens buscou associar a manifestação com o tradicional percurso da maior procissão religiosa do Estado, o Círio de Nazaré. A página é pontilhada por outras fotos menores com os manifestantes pintados e portando cartazes, mas os textos que acompanham apresentam títulos que se referem à violência: "Tensão durou até o meio da noite"; "No final, 24 pessoas foram detidas" e "Pedras, gritos e invasão" (Diário do Pará, edição 10.570, p. A6 e A7). Ao todo, são sete páginas dedicadas às manifestações, ressaltando protestos contra as Organizações Rômulo Maiorana - empresa concorrente -, a incidência de confrontos em vários estados, a falta de controle dos tumultos e a posição do Prefeito Zenaldo Coutinho em não reduzir a tarifa dos ônibus de Belém.

Na edição do dia 3 de julho de 2013, novas cenas de confronto entre polícia e manifestantes no noticiário que relata a desocupação violenta da Câmara Municipal de Belém. O Liberal anunciou os fatos com o antetítulo "Protestos, confrontos, desmaios, vereadores acuados", seguido da manchete "Câmara vira caldeirão" e ampla documentação fotográfica de vários momentos de conflito, tanto na primeira página quanto nas páginas interiores, publicando ao todo 18 fotografias (O Liberal, edição 33.979, p. C11 e C12). O Diário do Pará também ressaltou o clima de conflito com o antetítulo "Votação do PPA" e a manchete "Tensão e Confronto na Câmara" (Diário do Pará, edição 10.582, p. A4), ilustrando com quatro fotos de confrontos, todavia tecendo críticas ao sistema de transporte público da cidade e a posição da prefeitura em não atender as reivindicações.

Os protagonistas das manifestações foram frequentemente denominados de carapintadas, em alusão ao Movimento Fora Collor, com fotos que

enfaticavam rostos pintados e o uso de máscaras e narizes de palhaço. Por meio da fala dos representantes da PM, estes jovens foram apontados como responsáveis pelas turbulências dos confrontos, pelo fato de não terem definido lideranças para negociar com os policiais e os gestores públicos. O noticiário local também manteve a construção da imagem de um movimento que eclodiu das mídias sociais. Mas não investigou qual foi o papel dessas mídias junto aos protagonistas, do mesmo modo como obscureceu as origens históricas das reivindicações, o que se evidenciou nas falas descontextualizadas e deslocadas dos manifestantes, assim editadas para gerar esse efeito de sentido.

4. Entre a ética e o desejo: o eco que vem das ruas

Tudo o que foi exposto acima revela como as metrópoles brasileiras contemporâneas servem de palco para vivências juvenis complexas e contraditórias, marcadas ora pela integração, ora pelo conflito, visto serem, *“um quadro de contrastes exacerbado pela heterogeneidade e desigualdade social e cultural, pela fragmentação e compartimentação de espaços de moradia e vivência, pela violência, pela degradação e perversa distribuição dos equipamentos coletivos”*, como bem define José Guilherme Magnani (2003: on line)¹⁵.

Nesse cenário, são múltiplas e desiguais as juventudes, submetidas, no entanto, aos mesmos apelos de consumo e às imagens estereotipadas projetadas em torno delas na mídia. Entre dois extremos - uma juventude branca, de classe média e com padrões elevados de consumo, e uma juventude negra e pobre, moradora da periferia das grandes cidades, em geral associada à violência urbana e ao tráfico¹⁶ -, os jovens tentam constituir-se como sujeitos e buscar seu lugar em um mundo cada vez mais competitivo, no qual imperam violências de todas as ordens.

15 Em A rua e a evolução da sociabilidade. Disponível em <http://www.osurbanitas.org/antropologia/osurbanitas/revista/urbanitas1.html>. Acesso em 25 Jun.2013.

16 Os jovens brasileiros são expostos a taxas elevadíssimas de mortalidade por causas externas e violentas, havendo, entretanto, uma “mortalidade seletiva” segundo Walselisz (2012). Alvos preferenciais dos homicídios perpetrados contra esse segmento da população, morrem proporcionalmente duas vezes e meia mais jovens negros que brancos. Em oito anos, duplicou a taxa de jovens negros assassinados, saltando de 36% em 2002 para 76% em 2010. (Cf.) Mapa da Violência 2012 (Ministério da Justiça).

Apesar das incertezas típicas da situação de liminaridade que caracteriza esse grupo etário¹⁷ na época moderna, e especialmente no século XX, os processos revolucionários foram sempre identificados como vocação dos jovens, por serem supostamente portadores das sementes do novo e do inconformismo. Renato Janine Ribeiro (2004) chama atenção, no entanto, para a posição pendular dos jovens, que ora favorece a emancipação - por serem os destinatários preferenciais dos discursos alternativos-, ora a subordinação. Conforme o autor, desde meados do século XX os jovens são disputados por duas forças importantes e mais ou menos antagônicas: de um lado, a ideia de revolução, como depositária dos ideais que afrontam a ordem, e, de outro, a publicidade, que tem na juventude seu principal alvo para os apelos de consumo. Na prática, essas duas posições nem sempre se opõem frontalmente, podendo haver composições e negociações entre elas.

Entre a rebeldia e a integração, os jovens situar-se-iam hoje na difícil confluência da ética e dos desejos, termos que frequentemente se opõem e se situam em campos distintos. Mas, a despeito de a política ser uma área 'desenergizada' em nosso tempo, como argumenta o autor, ela não pode prescindir de novas motivações para se reciclar. Enquanto a juventude do século XX inspirou-se nas inúmeras revoluções que o marcaram, grande parte do "sangue novo" da política hoje vem, a seu ver, do que chama de "indignação ética", que passa a politizar o que antes não era visto como político. A luta ecológica é um exemplo importante dessa forma de indignação.

A indignação ética, que pode ou não estar associada a partidos, parece ser uma das fontes principais das rebeliões populares que vêm acontecendo no mundo e no Brasil. Considerando os fins deste artigo, achamos importante dialogar com um grupo de cinco jovens, com idades entre 21 e 31 anos¹⁸, para entender os significados que atribuíram à sua própria experiência nas

17 Para muitas instituições que desenvolvem políticas a eles voltadas consideram-se jovens aqueles que se situam entre 15 e 24 anos de idade, enquanto para outras a faixa se estende até os 29 anos. Hoje, porém, são cada vez mais fluidas as fronteiras entre as faixas etárias, em um processo que a antropóloga Guita Debert (2010) chama de 'descronologização da vida', com o alargamento da juventude, que passou a ser um valor cultivado por pessoas de diferentes faixas etárias. Trata-se de um processo amplo, entendido como 'juvenilização da cultura'.

18 Três mulheres e dois homens, todos da área de comunicação, sendo dois já formados e três estudantes. Somente uma delas está vinculada a um partido de esquerda, e outro, embora hoje afastado, também tem longo histórico de militância partidária. Dentre eles, só uma não foi às manifestações e acompanhou tudo pelas redes sociais. Nenhum dos participantes se opôs ao uso de seu nome verdadeiro neste texto. Para o debate com eles, realizado no dia 04 de setembro de 2013, adotamos a técnica do grupo focal. O debate se desenrolou durante três horas.

jornadas de junho de 2013 em Belém e aos acontecimentos que sacudiram o país de ponta a ponta então. Buscamos, também, perceber como veem um dos temas mais abordados em relação às manifestações: a cobertura da mídia versus o papel das redes sociais.

A maioria dos integrantes do grupo participou, ainda criança, de atos políticos (carreatas, atos públicos, comícios) pró-Partido dos Trabalhadores (PT) com os pais, nas sucessivas campanhas para presidente que iniciaram em 1989. Depois de um longo hiato temporal, em 2013 viram-se descobrindo por si mesmos a política, desta vez como protagonistas. Críticos contundentes das práticas políticas tradicionais, defendem, no sentido que Janine Ribeiro (2004) aponta, uma ampliação do campo político, centrado não só em valores estritos do campo, mas também humanos e éticos. *“Tu não queres ser dominado, controlado, tu queres construir a tua verdade. A gente precisa reconstruir, ressignificar a utopia”*, resumiu Tainah Fagundes (informação verbal)¹⁹, uma das integrantes do grupo, de forma lapidar. Visão que foi complementada por Luena Barros – *“Muita gente foi levada a participar justamente por não ser organizado, pelo desejo de estar na rua de uma maneira mais livre (...) a grande questão é que há demanda por uma nova política, uma nova forma de participação”* (informação verbal)²⁰.

A ‘ressignificação da utopia’ ou das formas de buscá-la, conforme o sentimento majoritário do grupo, passa pela renovação dos aparatos pelos quais a política classicamente se exerceu, como partidos e sindicatos, cujas práticas lhes soam hoje anacrônicas, viciadas e incapazes de sensibilizá-los. Aí reside, de modo geral, a razão de se identificarem com a forma de manifestação proposta pelas jornadas de junho, sentimento também compartilhado pelos dois jovens do grupo que têm ou tiveram militância partidária, como resume Andréa Neves, convicta militante. *“O que estava colocado era que a nossa geração não tinha direito a sonhar, como se tudo tivesse que ficar como está (...) Nós, jovens, fomos ensinados a não ter a chance de sonhar e isso caiu por terra”* (informação verbal)²¹.

19 Depoimento concedido por Tainah Fagundes (set.2013). Grupo Focal, coordenado por Joice Santos, Rosaly Brito e Rosane Steinbrenner. Belém, 2013.

20 Depoimento concedido por Luena Barros (set.2013). Grupo Focal, coordenado por Joice Santos, Rosaly Brito e Rosane Steinbrenner. Belém, 2013.

21 Depoimento concedido por Andréa Neves (set.2013). Grupo Focal, coordenado por Joice Santos, Rosaly Brito e Rosane Steinbrenner. Belém, 2013.

Em relação a outros dois aspectos centrais que marcaram as manifestações - o papel das redes sociais e a cobertura da mídia -, o grupo demonstrou claramente, diferentemente da imagem que se constrói em relação aos jovens, não acreditar em poderes mágicos da tecnologia. *“Redes sociais não são inerentemente nem boas nem más, são ferramentas, que podem ser usadas para fins diversos. Elas foram usadas tanto pela direita quanto pela esquerda, são disputadas no espaço social”*, argumentou Kleyton Silva, sintetizando a opinião geral do grupo (informação verbal)²².

De outro lado, há o reconhecimento de que “o imediatismo das redes sociais foi muito importante na convocação para os protestos” (informação verbal)²³, como assinalou Fernando Cabezas. Esse mesmo imediatismo favoreceu enormemente, na opinião de todos, o confronto entre os fatos mostrados em tempo real na internet e a cobertura dos acontecimentos feita pela grande mídia. Um dos melhores exemplos foram as cenas de violência do Estado contra os manifestantes, mostradas à exaustão pelos vídeos que circularam no YouTube. A força testemunhal dessas imagens, veiculadas sem edição, impôs um recuo aos meios de comunicação em escala nacional.

Se no noticiário sobre as primeiras manifestações, estas foram mostradas genericamente como “violentas”, a partir daí a mídia criou uma categoria - observação feita por Kleyton - de um “pequeno grupo de vândalos”, matizando o tom da cobertura em um intenso processo de “negociação” orquestrado pelo que era divulgado pelas redes sociais. Ainda assim, como vimos no tópico anterior, de forma mais ou menos velada o noticiário continuou a qualificar os protestos como violentos. Mais que nunca as ruas e a grande mídia estiveram em confronto. E o que Tainah chamou de *“envelopamento tradicional”* (informação verbal)²⁴ dos fatos pela grande mídia foi posto em xeque. Não é possível por enquanto imaginar quais serão os desdobramentos dos protestos de junho de 2013 no Brasil. O que já é possível saber, no entanto, é que, tal como a onda de manifestações ocorrida no mundo desde 2011, eles parecem ser portadores de novas demandas políticas neste início

22 Depoimento concedido por Kleyton Silva (set.2013). Grupo Focal, coordenado por Joice Santos, Rosaly Brito e Rosane Steinbrenner. Belém, 2013.

23 Depoimento concedido por Fernando Cabezas (set.2013). Grupo Focal, coordenado por Joice Santos, Rosaly Brito e Rosane Steinbrenner. Belém, 2013.

24 Depoimento concedido por Tainah Fagundes (set.2013). Grupo Focal, coordenado por Joice Santos, Rosaly Brito e Rosane Steinbrenner. Belém, 2013.

de século, locais em suas especificidades, mas mundiais nos contornos que assumem.

Trata-se de buscar romper os abismos existentes entre os poderes – econômicos, políticos, midiáticos – e a vida cotidiana dos cidadãos comuns, em suas múltiplas e complexas necessidades de várias ordens. Por outras palavras, ouvindo os jovens com quem dialogamos, as jornadas de junho permitiram, como destacou Fernando, “romper a cultura do imobilismo (...) *O que dá para perceber que mudou é a vontade das pessoas de fazer alguma coisa para mudar*” (informação verbal)²⁵. Ou, nas palavras de Andréa, “*A situação política agora é totalmente outra. Se a gente não sabe o que a gente quer, a gente sabe o que a gente não quer*” (informação verbal)²⁶.

De que lado cada um de nós como indivíduo estará, ou que rua vai ocupar, como observou David Harvey (2012), só o tempo dirá.

Referências

CARNEIRO, Henrique Soares. Rebeliões e ocupações de 2011 In: HARVEY, David; TELES, Edson; SADER, Emir; WALLERSTEIN, Immanuel; ALVES, Giovani.; PESCHANSKI, João Alexandre; DAVIS, Mike; ŽIŽEK, Slavoj ; ALI, Tariq; SAFATLE, Vladimir. *Occupy. Movimentos de protestos que tomaram as ruas São Paulo*: Boitempo: Carta Maior, 2012, p. 7-14.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

DEBERT, Guita Grin. A dissolução da vida adulta e a juventude como valor. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 16, n. 34, p.49-7, jul/dez 2010.

_____. Os rebeldes na rua: o Partido de Wall Street encontra sua nêmesis. In: HARVEY, David; TELES, Edson; SADER, Emir; WALLERSTEIN, Immanuel; ALVES, Giovani.; PESCHANSKI, João Alexandre; DAVIS, Mike; ŽIŽEK, Slavoj ; ALI, Tariq; SAFATLE, Vladimir. **Occupy. Movimentos de protestos que tomaram as ruas**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012, p.57-64.

25 Depoimento concedido por Fernando Cabezas (set.2013). Grupo Focal, coordenado por Joice Santos, Rosaly Brito e Rosane Steinbrenner. Belém, 2013.

26 Depoimento concedido por Andréa Neves (set.2013). Grupo Focal, coordenado por Joice Santos, Rosaly Brito e Rosane Steinbrenner. Belém, 2013.

MAGNANI, José Guilherme C. A rua e a evolução da sociabilidade. **Os Urbanitas Revista digital de Antropologia Urbana**. Ano 1, vol. 1, nº 0, outubro de 2003. ISSN: 1806-0528. Disponível em: <http://www.osurbanitas.org/antropologia/osurbanitas/revista/urbanitas1.html>. Acesso em 25 jun.2013.

MARICATO, Ermínia. É a questão urbana, estúpido! In: VAINER, Carlos; HARVEY, David; MARICATO, Ermínia; BRITO, Felipe; PESCHANSKI; SOUTO MAIOR, Jorge Luiz.; SAKAMOTO, Leonardo.; SECCO, Lincoln; IASI, Mauro Luis.; Mídia NINJA; DAVIS, Mike; MPL São Paulo; OLIVEIRA, Pedro R.; ROLNIK, Raquel; BRAGA, Ruy; VIANA, Silvia; ZIZEK, Slavoj; LIMA, Venício A. **Cidades rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013, p. 19-26.

MOUILLAUD, Maurice. O nome do jornal. In: PORTO, Sérgio D.; MOUILLAUD, Maurice (org.). **O jornal: da forma ao sentido**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002, p. 85-98.

NOVAES, Adauto (org.). Políticas do esquecimento. In: **O esquecimento da política**. Rio de Janeiro: Agir, 2007, p. 9-26.

RIBEIRO, Renato Janine. **Política e juventude: o que fica da energia**. In: NOVAES, Regina;

VANNUCHI (org.). Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004, p. 19-33.

RODRIGUES, Alana. **Mídia Ninja acredita que cobertura sem cortes e em tempo real é estimulante**. Disponível em: <http://portalimprensa.uol.com.br/noticias/brasil/60294/midia+ninja+acredita+que+cobertura+sem+cortes+e+em+tempo+real+e+estimulante>. Acesso em 30 de julho de 2013.

VERÓN, Eliseo; FAUSTO NETO, Antonio; HEBERLÊ, Antonio Luiz. **Internet: viagens no tempo e no espaço**. Pelotas: Editora Cópias Santa Cruz, 2013.

VERÓN, Eliseo. **Fragmentos de um tecido**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2012: A Cor dos Homicídios no Brasil**. Rio de Janeiro: CEBELA, FLACSO; Brasília: SEPP/PR, 2012.

Revistas

CULT. Capa, n.182, agosto de 2013.

ÉPOCA. Capa, edição Nº 787, 21 jun.2013.

ISTOÉ. Capa, edição Nº 2275, 21 jun.2013.

VEJA. Capa, edição Nº 2327, 26 jun.2013.

Jornais

O LIBERAL, edição 33.967, 21 de junho de 2013. P.. C6

_____. edição 33.979, 03 de julho de 2013. p. C11 e C12

Diário do Pará, edição 10.570, 21 de junho de 2013. p. A6 e A7

_____. edição 10.582, 03 de julho de 2013. p. A4

Capítulo 9



Exposição, interação e comunicação

Marina Ramos Neves de Castro

Resumo

A museologia - e particularmente, nela, a expografia - se consolida, enquanto parte do campo das ciências sociais aplicadas, a partir de uma pretensão a se constituir enquanto processo comunicativo. É recorrendo a uma compreensão de comunicação enquanto estratégia de controle e produção de eficácias narrativas, uma concepção que se pode dizer funcionalista, dentro do campo da pesquisa em comunicação, que as práticas museais têm-se procurado consolidar e se pensar.

Palavras-chave: Museologia; Expografia; Comunicação.

1. Introdução

Essa compreensão, se indagada sobre a eficácia de seu objeto, ou melhor, sobre a eficiência de uma narrativa expográfica, assim se posicionaria: quando pensamos em expor algo, pensamos em colocar algo em evidência, e quando assim o fazemos, estamos estabelecendo uma forma de comunicação. Para que a comunicação ocorra precisamos utilizar uma linguagem ou uma fusão de linguagens, e a concatenação e a interação dos elementos que as compõem conformam uma narrativa, que é uma forma de contar uma história, uma forma de ver um mundo, de ver uma realidade ou de construí-la.

A postura funcionalista pressupõe que uma exposição nasce da intenção de comunicar algo, uma ideia, um tema, um acervo, uma coleção, uma parte da obra de um artista, um recorte conceitual sobre algo, uma visão

de mundo; enfim, montar uma exposição significa selecionar, pesquisar, documentar, exhibir e difundir uma forma de se ver o mundo, processo que reflete uma postura político-social e cultural, e porque não dizer, ideológica?

Esse modelo museológico entende que a exposição é o produto por excelência da comunicação do museu com a sociedade. Tem-se aí uma concepção de comunicação centrada na ideia de processo entre emissores e receptores por meio de linguagens, mensagens e estratégias de eficácia na maximização de eventos de compreensão e no controle de ruídos. Trata-se do modelo consagrado, reproduzido tanto por museus e instituições como pelo ensino da museologia na maioria das escolas e faculdades que se dedicam a esse conhecimento. De acordo com André Desvallées e François Mairesse,

Podemos definir a especificidade da comunicação, a partir de como esta é praticada pelos museus, em dois pontos: (1) “ela é geralmente unilateral, isto é, sem possibilidade de resposta da parte do público receptor (...); (2) ela não é essencialmente verbal, e não pode ser comparada com a leitura de um texto” (2013: 36).

Não obstante, é possível também pensar na expografia, bem como em todo o conjunto da atividade museográfica, a partir não da sua eficácia ou de suas funções comunicativas, e sim das práticas de interação que, de uma ou outra forma, fazem parte do cotidiano das culturas museais e expositivas. Refletindo sobre a diferença entre uma compreensão da museologia enquanto função comunicativa e enquanto dinâmica comunicacional podemos perceber, também, a diferença entre a ideia de museu ou de exposição, enquanto mídia, por um lado e enquanto mediação, por outro. Mais a fundo, é interessante indagar sobre o impacto das novas tecnologias e da cultura de interação digital que se tornam cada vez mais presente na sociedade contemporânea e que, necessariamente, moldam as estratégias comunicativas dos museus. Tanto o modelo comunicativo funcionalista como o modelo comunicativo interacionista fazem uso dessas tecnologias e das novas práticas de mediação cultural por meio das mídias digitais, nas suas estratégias expográficas.

2. A exposição como mídia e como mediação

Podemos distinguir as consequências desses dois modelos, funcionalismo e interacionismo, sobre as práticas expográficas.

A partir do modelo funcionalista podemos pensar a exposição como um conceito que é materializada em um discurso expositivo (CUNHA, 2010). Nesse sentido expor é construir, através de uma determinada linguagem, uma narrativa que tem por objetivo comunicar uma ideia, um conceito. O modelo está mais preocupando com os artefatos expostos e com a coerência do acervo e menos com as possibilidades do sujeito na construção da exposição. Nele a exposição é pautada pela política museológica, através do conceito implementado – que define a coerência do fulcro expositivo e da sua narrativa – do acervo, dos profissionais disponíveis e das metodologias a serem aplicadas. Esse modelo observa o sujeito enquanto público-espectador, ou melhor, como sujeito passivo da carga informativa da exposição.

Dentro de uma perspectiva interacionista, a exposição é o espaço que possibilita a interação e a apropriação do conhecimento que a cultura material e/ou imaterial, exposta no museu, oferece. Nessa perspectiva, a exposição é uma consequência político-social-cultural, ou segundo Baitello (2006), um objeto simbólico, voltado para a participação, do sujeito observador, enquanto sujeito ativo na construção da exposição. Sem esse sujeito a exposição não se realiza.

Assim sendo, o desafio de política museológica interacionista é oferecer possibilidades discursivas e dialógicas para a realização da exposição, ensejando perspectivas diversas para que experiências múltiplas possam reverberar a partir da interação potencializada pela exposição.

Pode-se dizer, procurando uma percepção ampla da natureza de todo projeto expográfico, que ele, independentemente de qual o modelo expositivo empregado, articula a interação de quatro elementos fundamentais para que a interação ocorra. Esses quatro elementos seriam: os objetos-artefatos, ou *musealia*, a serem expostos; a ideia¹ original, ou vontade de expor algo de

1 Aqui concebida como *focus imaginarius*, presente na reflexão de Kant; quando, na sensação, transforma o objeto percebido; nesse momento surge a ideia, ainda não o conceito. A ideia antecede o conceito. A construção do conceito surge da manipulação intelectual da ideia.

determinada maneira e que vai engendrar o chamado “conceito”; o suporte expográfico, necessário para a materialização da exposição e que corresponde às dependências do museu ou do espaço de exposição, às construções imagéticas, maquetes, textos, vitrines, etc.; e, por fim, o sujeito-visitante, que corresponde ao indivíduo, em seu papel social. Os quatro elementos não são estanques. Eles se apresentam de maneira integrada e dinâmica, mas o uso que se dá a cada um deles, no sistema expográfico, indica sua proximidade a um ou a outro modelo.

Marcelo Cunha (2010), embora sem discutir essa diferença entre modelos comunicativos, descreve o processo expográfico como uma articulação de sentidos que se produz em múltiplos níveis e planos. Esse autor observa como a exposição museológica articula-se como um sistema comunicacional, com lógica e sentido particular que, relacionando os objetos expostos com seus suportes e recursos expositivos, com o objetivo de interagir com o sujeito-visitante, promove a interação e a comunicação entre os diversos atores sociais – instituição, acervos, histórias, artistas e sociedade civil, comunidades, etc. (CUNHA, 2010). Esse fomento comunicativo, criado pela exposição, gera possibilidades interativas e comunicacionais amplas e diversas que escapam à institucionalização da exposição. Percebe-se, nesse autor, uma compreensão interacionista do processo expográfico, mas, também, motivos e estratégias de ação que se articulam com os modelos funcionalistas. Com efeito, esse movimento se reproduz na maioria das exposições: as possibilidades de gradação entre interacionismo e funcionalismo comunicativo são inúmeras. Como coloca Cunha, uma exposição museológica deve ser compreendida “como um texto”, mas não um texto fechado, e sim um texto aberto, composto por “*uma infinidade de interfaces que se estabelecem e se relacionam permitindo diversas ‘leituras’ do seu conteúdo*” (CUNHA, 2010: 110).

Essa diversidade de gradações deve ser considerada na compreensão das intersecções entre os quatro elementos fundamentais à comunicação expográfica que relacionamos. Vejamos como eles se compõem, dinamicamente, em relação aos dois modelos comunicativos:

Conceito

O que leva a formulação de um conceito? Pensado a partir de uma perspectiva funcionalista, o conceito equivale ao desejo de expor, de contar uma história, de dividir uma experiência, de comunicar. O conceito, nessa visão, pertence aos que comunicam uma exposição, aos agentes promotores. Esse formato está, de certa forma, consolidado no fazer museológico regulado por uma política cultural que nasceu com a modernidade e se consolidou no século XIX. A exemplo disso observamos o vínculo do museu ao aparelhamento do Estado: o museu compreendido como espaço de exposição do Estado e de seus valores referentes às ideias de nação, identidade, povo, poder, etc. A partir dessa perspectiva, podemos afirmar que política cultural pauta a política museológica que, por sua vez, vai pautar a política expográfica do museu. Ou seja, no campo museal as instituições do Estado são instituições que operam no sentido de

eleger, reeleger, subtrair, adicionar, excluir e incluir fragmentos no campo do memorável... seja para afirmar o novo, ... , seja para ancorar no passado, em marcos fundadores especialmente selecionados, a experiência que se desenrola no presente (CHAGAS, 2003: 141 apud PRIMO, 2007: 41).

Já no modelo interacionista a concepção de conceito é relativa ao sujeito-visitante: no eventual e possível complemento que ele poderá aportar ao conteúdo exposto. No modelo interacionista a exposição não se limita a um conceito fechado e restrito à ideia ou desejo do proponente da exposição. Assim sendo, trata-se de tornar acessível as informações desejadas através da implementação de conteúdos de aprendizado, orientados e derivados de uma pesquisa, de forma que esses conteúdos possam gerar uma sensibilização, uma educação, diversão, experimentação, admiração, que contribuem para a atração e a reverberação da integração e do conhecimento (ICOM *et al.*, setembro 2013)². Nessa perspectiva, fazer um corte conceitual e “definir” o conceito da exposição de forma funcional, fechada, pode limitar o processo interativo e, assim, limitar as possíveis experiências construídas

² Fédération des entreprises publiques locales (EPL) et l'Association Scénographes sous l'égide du Service des Musées de France (SMF) du ministère de la Culture et de la Communication, la Mission interministérielle pour la qualité des constructions publiques (MIQCP) et du comité national français de l'ICOM

a partir da exposição. O conceito deve ser aberto e possibilitar que todos os componentes interativos de uma exposição, conformem-no em potencial. A tese de um conceito aberto, a ser constituído apenas relativamente, e ao final da exposição, a partir do diálogo público-instituição-agentes sociais intervenientes (cientistas, jornalistas, especialistas, comunidades etc) é fundamental nessa perspectiva.

Objeto artefato ou musealia

A princípio, trata-se do conteúdo da exposição, daquilo que é exposto. E dentro de uma perspectiva funcionalista é justamente o artefato eleito que evidencia a ideologia da política museológica aplicada na expografia. É através da *musealia* que a política cultura procura preservar e transmitir uma herança cultura escolhida – dentre tantas possíveis e existentes –, comunicar certa identidade cultura, narrando a histórica através de uma única perspectiva, privilegiando atores e discursos e obliterando outros. Aqui o artefato é utilizado apenas como um caráter testemunhal: ele é um instrumento com autoridade simbólica para se reportar diretamente ao tema, para induzir o sujeito-visitante a uma definida leitura.

Dentro de uma perspectiva interacionista, a *musealia* desenvolve a narrativa de maneira dialética. A musealia pode ser apresentada pelo seu valor simbólico ou de forma a apoiar um elemento de conteúdo que não está, necessariamente, materializado na exposição, mas sim, evocado para incrementar a interação e a construção do conhecimento; a exemplo, citamos a presença de uma coroa em uma exposição sobre Napoleão, que evocaria, a um nível abstrato, o poder e o império promovido pelo mesmo.

O objeto é um estatuto ontológico que vai englobar, em certas circunstâncias, uma coisa ou outra, estando entendido que a mesma coisa, em outras circunstâncias, não constituirá necessariamente um objeto. A diferença entre a coisa e o objeto consiste no fato de que a coisa tornou-se uma parte concreta da vida, e que nós estabelecemos com ela uma relação de simpatia ou de simbiose (DESVALLÉES et MAIRESSE, 2013: 68).

Deste modo, dentro de uma proposição interacionista o artefato, enquanto 'coisa', será transformada em 'objeto' na interação. A *musealia*, ou 'objeto', o artefato museológico propriamente, surge como resultado da interação com o sujeito visitante, ou seja, quando o objeto se torna percebido, assimilado, compreendido a partir do estabelecimento dessa relação de simpatia e simbiose observada na citação acima.

Suporte expográfico

Compreendemos assim o espaço onde será desenvolvida a exposição, assim como os instrumentos, o mobiliário, os técnicos (mestre de obras, arquiteto, decorador, cenógrafo, pesquisador, museólogo etc.) e equipamentos necessários, as imagens de suporte, os textos. O suporte expográfico é aquilo que dará suporte material, técnico e científico para o desenvolvimento do projeto expográfico.

O modelo funcionalista tende ao estático, ao cerimonioso, ao formal; tende a priorizar uma forma de conhecimento positivista, centrada no objeto, voltada para uma patrimonialização do objeto - sem o qual, ideologicamente falando, não haveria razão de ser para a exposição. Esse modelo engessa a interação na medida em que limita as possibilidades de interpretação condicionando o espaço a uma determinada forma de percepção, aliena o sujeito-visitante procurando cristalizar o conceito escolhido para pautar a exposição através da política expográfica. Isso vai condicionar a construção material da própria exposição.

O modelo interacionista, por sua vez, tende a romper essa ditadura do conteúdo. Ele permite o externo, o espaço não convencional, aquele que se dispõe à troca, à interação, que não se mostra como verdade e sim como possibilidade. O foco está na interação entre o indivíduo e o meio (DUARTE, 2006, p. 179), no processo de aprendizado cognitivo que privilegia o sujeito interessado e o objeto que desperta o interesse, e a relação que se estabelece entre os dois. Portanto, esse suporte funciona como um meio, que pode ser alterado pela percepção do sujeito observador.

Sujeito partícipe

No modelo funcionalista, a concepção de uma exposição é destinada a um público específico, definido a partir do conceito de “público alvo”; ou seja, pessoas contingenciadas por critérios de escolaridade, idade, nível de renda, sexo, etc. No modelo interacionista se acredita que as pessoas vão juntas à exposição ou melhor, estão juntas na exposição, e que as experiências de todos se mesclam, não sendo possível dizer, precisamente, o que é o público. Percebemos a ideia de “público alvo” como um fator limitador, uma forma de controle, que, para ter eficácia, depende de políticas de exclusão. Embora seja, evidentemente, possível, e mesmo interessante, estabelecer padrões de comunicação voltados para diferentes públicos, o fato é que o espírito funcionalista acaba se apropriando dessa ideia de “público alvo” para estabelecer instrumentos de controle e de cerceamento do potencial dialógico que, naturalmente, envolve toda exposição.

Outro aspecto a considerar é o de que, na perspectiva interacionista, as diferenças entre o museu (o local da exposição) e a cidade diminuem, bem como diminuem as diferenças entre o sábio/coleccionador/expositor e as pessoas em geral. Ou seja, é importante que os suportes expográficos, assim como a narrativa e todos os elementos que envolvam a forma de contar essa história, a exposição em si, possa alcançar, dialogar, interagir com o sujeito. De acordo com Desvallés e Mairesse (2013)

... a palavra “público” designa o conjunto de usuários do museu (o público dos museus), mas também, por extrapolação a partir do seu fim público, o conjunto da população à qual cada estabelecimento se dirige. Presente em quase todas as definições atuais de museu, a noção de público ocupa um lugar central no seio do museu: “instituição [...] a serviço da sociedade sociedade e de seu desenvolvimento, aberta ao público” (DESVALLÉES e MAIRESSE, 2013: 87)

A perspectiva interacionista se propõe a ultrapassar o conceito de público e aplicar o de indivíduo na lógica expositiva. Indivíduo é aquele sujeito que interage e que tem papel ativo na construção da exposição, pois ela, a exposição, somente se completa e realiza com a participação do

sujeito. A exposição existe para a promoção do diálogo e da reverberação do conhecimento, e isso só é possível com a participação e interação do sujeito.

Assim, as possibilidades discursivas inerentes à linguagem, à comunicação visual, ao processo interativo, que são particularidades inerentes às exposições, constituem potencialmente um espaço comunicacional em permanente construção, possibilitando o processo de comunicação e a produção de conhecimento. Portanto, objeto-artefato, conceito, suporte expográfico e público são os elementos que realizam a exposição enquanto processo comunicativo resultado da interação entre eles.

3. O interacionismo expográfico e o potencial aberto pelas tecnologias interativas

Um outro aspecto dos modelos expográficos a considerar é o potencial aberto pelas tecnologias digitais interativas e pela sociedade em rede, em geral. Numa perspectiva funcionalista, a Internet e as novas tecnologias de comunicação são vistas como meios, como veículos, úteis para potencializar a divulgação e a difusão da exposição. Já pelo referencial interacionista, o que tem validade não é, simplesmente, a tecnologia como meio, ou suporte, mas sim o uso que os indivíduos fazem dela enquanto mediação.

Em pleno século XXI as novas mídias invadiram os espaços expositivos provocando uma maior eficiência nas interações e, conseqüentemente, na divulgação de conteúdo, de exposições e de museus. Dentre essas novas mídias, podemos citar os *tablets*, os telefones inteligentes, - ambos podem acompanhar a visita a um museu e a uma exposição através de aplicativos virtuais, ampliando as possibilidades da mesma. O novo formato audiovisual em 3D, utilização de hologramas, reconstituições naturais e ambientais virtuais, multimídias de toda sorte, dentre outros aplicativos.

Um exemplo disso é a exposição “Moi, Auguste, Empereur de Rome³”

3 <http://www.grandpalais.fr/fr/evenement/moi-auguste-empereur-de-rome>, exposição ocorrida entre 19 Mars 2014 e 13 Juillet 2014 Grand Palais, Galeries nationales.

e os aplicativos, jogos interativos, vídeos criados para maior atração e interação do público; seja para celulares, seja para *tablets* além dos computadores tradicionais, Quizz (jogos de perguntas e respostas) para adultos e criou perfis para “Augusto” em redes sociais. Os *teasers* e os conteúdos virtuais produzidos permitiram maior circulação e articulação de informação, não somente sobre a exposição como sobre o conteúdo em si, a vida do imperador romano Augusto, Roma a sua época⁴. Podemos ainda observar a presença da exposição nos aplicativos e redes sociais, como o Google +, o perfil criado no Twitter⁵ e no Facebook⁶; sua presença no Instagram, no tripadvisor; os vídeos produzidos para o Dailymotion⁷ e para o Youtube⁸; assim como os conteúdos produzidos para donwload⁹. Esse material levou com que a exposição extrapolasse os muros do museu, assim como os limites da cidade de Paris e da França.

Além disso, podemos ainda acrescentar a produção de quatro conferências¹⁰, três colóquios¹¹, três filmes e um documentário; artigos publicados em revistas e blogs¹² especializados, sejam de caráter cultural ou de lazer (L’Histoire e Le Figaro)¹³; rádio web (France Culture)¹⁴, bem como a edição do álbum e do catálogo sobre a exposição, a edição de três

4 <http://www.grandpalais.fr/fr/article/moi-auguste-empereur-de-rome-toute-lexpo>;

5 https://twitter.com/Auguste_de_Rome#sthash.viGhsUri.dpuf

6 Auguste Octavien fturinus in <https://www.facebook.com/auguste.empereurderome>;

7 http://www.dailymotion.com/video/x1tfopr_le-forum-d-auguste_creation;

http://www.dailymotion.com/video/x1f32g_l-ara-pacis-d-auguste_creation;

http://www.dailymotion.com/video/x1vz7kz_les-grands-jeux-romains-l-avenement-d-auguste-nimes_creation;

8 <http://www.youtube.com/watch?v=P2ydQ-XjWio>; <http://www.youtube.com/watch?v=o17VDqTsKLA>

9 <https://itunes.apple.com/fr/app/la-fabrique-romaine-avec-moi/id834452589>;

10 Somente no Grand Palais ocorreram 4. Folder da expo:

http://www.grandpalais.fr/pdf/depliant_auguste.pdf

11 Em torno de 3 Colóquios. Folder referente a exposição: <http://www.grandpalais.fr/fr/article/moi-auguste-empereur-de-rome-je-vous-invite-mon-colloque>; http://www.grandpalais.fr/pdf/depliant_auguste.pdf.

http://www.grandpalais.fr/pdf/Programme_colloque_Augustev2.pdf;

12 <http://bsa.biblio.univ-lille3.fr/blog/2014/06/moi-auguste-empereur-de-rome/>

13 L’Histoire, janvier 2014; E FIGARO HORS-SERIE “Auguste: les promesses de l’âge d’Or” (<http://boutique.lefigaro.fr/produit/122751-auguste>)

14 <http://www.franceculture.fr/player/reecouter?play=4822400>); <http://www.franceculture.fr/emission-la-fabrique-de-l-histoire-exposition-14-2014-06-16>

livros em 2014 e, ainda, um dossier pedagógico disponibilizado em pdf¹⁵. Ressaltamos como uma exposição se reverbera socialmente produzindo conhecimento através da interação entre os atores sociais que a conformam.

Em relação à divulgação de uma exposição convém perceber que, para além do uso das formas de divulgação habituais na mídia convencional – release de imprensa, material gráfico, estratégias de assessoria de imprensa e comunicação, estratégias de relações públicas, etc – uma estratégia importante utilizada na exposição acima referida foi a *no-media*¹⁶, assim se compreendendo as formas de comunicação não massivas que, nas práticas culturais contemporâneas, vão ganhando cada vez mais espaço no processo de interação interpessoal.

Dentre essas formas de *no-media* consideramos apropriadas para a divulgação de ações expositivas e museológicas, o uso de novas tecnologias, das redes sociais e das práticas culturais contemporânea, como a do “universo expandido” (informações não presentes na exposição, mas presentes no material informativo); a dos jogos interativos – sobretudo na forma de aplicativos para celulares, e a das *soirées themes* – eventos paralelos que abordam aspectos externos, mas pertinentes, do conteúdo exposto.

Outro exemplo é a exposição “Homem nu de 1800 até nossos dias”, realizada em no Museu Leopold, em Viena¹⁷, no período de 19 de outubro de 2011 a 04 de março de 2012. Uma exposição com 300 quadros, fotos, desenhos e esculturas, que relata a história da representação do corpo masculino na arte. O particular dessa exposição, além do tema, foi a promoção de uma *soirée* “nudista” que atraiu a atenção de mídias de todo o planeta. O objetivo do museu, além, é claro, de aumentar e potencializar a visitação às suas dependências, foi promover um encontro entre o “ver” o nu e o “estar” nu, uma perspectiva crítica e provocativa que estimulou ideias, diálogos e debates. A exposição foi uma resposta do museu à sociedade civil, em especial às sociedades nudistas e naturalistas que, anteriormente, haviam solicitado ao

15 http://clioweb.free.fr/dossiers/ancienne/Dossier_Pedagogique_Auguste.pdf

16 *No-media* é uma ação publicitária não tradicional que pluraliza e fragmenta o espaço midiático inserindo o sujeito na estratégia de marketing daquilo que é publicizado. Ver em: <https://blogyourad.wordpress.com/2008/06/12/brigar-por-dinheiro-e-feio/>; <https://blogyourad.wordpress.com/2008/06/12/movimento-rosa/>.

17 http://next.liberation.fr/sexe/2013/02/01/soiree-nudiste-dans-un-musee-de-vienne_878569

museu a referida possibilidade¹⁸. O número de visitantes e as reverberações provocadas pela exposição fez com que a data de encerramento se prolongasse dos 21 de janeiro para 04 de março, em um mês e meio além do previsto, evidenciando o impacto do evento raro - considerando o formato sobre o qual a temática foi desenvolvida - na apertada agenda do museu.

A ideia central das estratégias de *no-media* é a de redes de convergência de interesse: tecidos positivos de circulação da informação, ou, evocando uma linguagem bem própria - e não incomum na Academia - um cipoal virtuoso de gente com interesses no assunto, que tem a função de propagar a informação e, assim, ampliar tanto a visitação como o debate público a respeito da exposição.

4. As dinâmicas mediativas da exposição

Partimos da perspectiva de Martín-Barbero sobre mediação para compreender como a intera o ocorre na exposição. A partir de Martín-Barbero (1997) podemos compreender que a mediação funciona como "ambientes", ou formações culturais, que conformam uma determinada maneira de estar no mundo que se materializa em formas, no caso aqui tratado, na exposição ou ainda, no processo expositivo que tem o sujeito-visitante o seu principal interlocutor. O sujeito-observador, como tem a capacidade de produzir significados, não é um mero receptor passivo de informa o, e sim um provocador e criador da mesma. Ele utiliza esse "ambiente" interativo para interagir e construir cada visita. Mais que isso, ele se insere no contexto de uma dada cultura, possuindo referências, tradições e experiências de "como se v " ou "como se está" em uma exposição - ou em qualquer outro meio comunicativo.

Trigueiro (2005) enfatiza o caráter da mediação como uma negocia o estabelecida entre um ou mais agentes sociais, diferindo-a da noção de

18 Isso evidencia a política interacionista do museu referido.

mediatização, ou midiatização. Para Trigueiro,

O conceito de mediação, que é diferente de midiatização, não é unívoco, porque o âmbito de sua atuação é amplo e complexo na sociedade contemporânea, com a globalização da comunicação e da cultura. Mediação é a operação de negociação entre duas ou mais partes no processo de comunicação. Para ser efetuada convenientemente, necessita de diferentes níveis de interações sociais (TRIGUEIRO, 2005: 1)

E a exposição proporciona esses diferentes níveis de interações quando a mesma utiliza suportes expográficos diversos - dentre eles o próprio artefato - capazes de provocar e fomentar a polifonia inerente às possíveis vozes expostas e nas diversas formas de linguagens possíveis. Interações múltiplas que podem ser provocadas e vivenciadas pelo sujeito-visitante.

Sousa coloca que o museu não pode ser visto *“como um conjunto fechado, completo em sua clausura, mas como ponto singular de uma linha que não se fecha em contornos, e sim possibilita percursos, processos”* (2013: 7). Podemos estender esse mesmo raciocínio ao caráter de uma exposição, que deve ser aberta, dialética e polifônica para que os processos interativos possam fluir nela e a partir dela. A exposição é o ambiente da mediação por excelência, fomentando e promovendo a interação entre os diferentes atores sociais, gerando e reverberando a informação e o conhecimento.

Toda exposição, qualquer que seja seu propósito, supõe uma articulação, uma interação, entre os conteúdos a serem expostos, os meios de apresentá-los, o(s) conceito(s) e o sujeito-visitante. Esses elementos constitutivos que uma exposição requer podem ser oriundos de coleções, como obras e artefatos e podem ou não ter caráter científico, artístico, histórico, sociológico, etnográfico, etc. Esses dados também podem ser transformados em objetos de suporte, como imagens fotográficas, plotagens, vídeos, sons, iluminação, odores, manipulações lúdicas, maquetes, ou seja, componentes que mediam e que, assim, também funcionam como artefatos.

Assim como um mediador pode estar na categoria *musealia*, um *musealia* pode estar na categoria mediador. No entanto, outros meios são agregados para incrementar a interação desse conteúdo com o visitante, para ativar e potencializar a relação entre os elementos partícipes da exposição.

Ou seja, para potencializar a comunicação a partir da interação para que essa mensagem reverbere da maneira mais eficaz possível ao seu fim, ao observador, promovendo e reverberando o conhecimento.

A coisa *musealia* está a serviço de um propósito, seja a partir de uma perspectiva funcionalista, seja de uma perspectiva interacionista. Assim, a perspectiva interacionista precisa ficar atenta às dinâmicas de transmissão de uma ideia, de um conceito, de uma mensagem ou de um valor, que podem ocorrer de maneira objetiva ou subjetiva, para que a perspectiva expográfica não limite, não demarque, não direcione ou impeça o processo interativo.

Segundo Desvallées e Mairesse

Na museologia, o termo “mediação” [...] designa essencialmente toda uma gama de intervenções realizadas no contexto museal, com o fim de estabelecer certos pontos de contato entre aquilo que é exposto (ao olhar) e os significados que estes objetos e sítios podem portar (o conhecimento) (DESVALLÉES e MAIRESSE, 2013: 53).

A partir do que colocam Desvallées e Mairesse a partir do campo da museologia, e o que colocam Barbero e Trigueiro a partir do campo da comunicação, entendemos que a mediação está no processo; ela começa na concepção e construção da exposição - no surgimento da primeira ideia; passa pela sua promoção - produção de textos e dossiês para a imprensa, de caráter atraente e pertinente; está construção de instrumentos e aplicativos disponibilizados na internet etc.; está na instalação da exposição em si, em seu espaço cenográfico, com todos os seus conteúdos - artefatos e suportes; e está presente na visita do sujeito. A mediação é a expressão dos conteúdos expostos; ela é um processo sucessivo, a partir de onde podemos compreender a interação social entre os elementos partícipes desse processo.

Segundo Cury (2008) e Studart (2006), é na etapa da concepção da exposição que se propõe a escolha dos instrumentos de suporte expositivo e dos artefatos que participarão da mediação, e acrescentamos, também o(s) conceito(s) e o sujeito visitante. Essa forma de mediação já está presente a partir da divulgação da própria exposição, mas é nela que se completa com a participação do sujeito-visitante.

Portanto, concluímos que a mediação, esse ambiente que ativa e promove a interação, contribui fortemente para que a conformação da exposição ocorra e se potencialize.

Referências

BAITELLO Jr, Norval. (2007). Para que servem as imagens mediáticas? Os ambientes culturais da comunicação, as motivações da iconomania, a cultura da visualidade e suas funções. **Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho “Comunicação e Cultura”**, do XVI Encontro da Compós, na UTP, em Curitiba, PR, em junho de 2007.

CUNHA, Marcelo. A Exposição Museológica Como Estratégia Comunicacional: o tratamento museológico da herança patrimonial. **Revista Magistro**, vol. 1 nº 1, 2010, pag. 109-120.

CURY, Marília Xavier. Novas perspectivas para a comunicação museológica e os desafios da pesquisa de recepção em museus. **Actas do I Seminário em Museologia do Países de Língua Portuguesa e Espanhola**, vol 1, 2008, pag. 269-279.

_____. **Exposição: concepção, montagem e avaliação**. São Paulo, Ed. Annablume, 2006.

DESVALLÉES, André e MAIRESSE, François (dir.). **Conceitos-chave de museologia**. Tradução e comentários de Bruno Brulon Soares e Marília Xavier Cury. São Paulo, Ed. Armand Colin, 2013.

DUARTE, Newton. **Vigotski e o “aprender a aprender”:** crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. Campinas, 4^aed., Autores Associados, 2006.

FEDERATION DES ENTREPRISES PUBLIQUES LOCALES (EPL) et l’Association Scénographes sous l’égide du Service des Musées de France (SMF) du ministère de la Culture et de la Communication, la Mission interministérielle pour la qualité des constructions publiques (MIQCP) et du comité national français de l’ICOM. **Projet d’exposition: Guide de bonnes pratiques**, Paris, setembro 2013.

MARTIN-BARBERO, Jesús. **Dos Meios às Mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.

PRIMO, Judite Santos. **A Museologia e as Políticas Culturais Europeias: O Caso Português**. Tese apresentada à Universidade Portucalense Infante D. Henrique para obtenção do Grau de Doutor em Educação, Porto, 2007.

SCHEINER, Tereza. Criando realidade através de exposições In **Discutindo Exposições: conceito, construção e avaliação**. Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST) - Organização de Marcus Granato e Claudia Penha dos Santos. Rio de Janeiro: MAST, 2006, pag.7-38.

SOUZA, Elton L. L. Comunicação e mediação cultural. **Revista Museologia e Patrimônio**. PPG-PMUS Unirio MAST - vol. 6 no 1 - 2013

STUART, Denise C. e VALENTE, Maria Esther. Museografia e público In **Discutindo Exposições: conceito, construção e avaliação** / Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST) - Organização de Marcus Granato e Claudia Penha dos Santos. Rio de Janeiro: MAST, 2006.

Videos

<http://www.grandpalais.fr/fr/evenement/moi-auguste-empereur-de-rome>

https://twitter.com/Auguste_de_Rome#sthash.vIGhsUri.dpuf

<https://www.facebook.com/auguste.empereurderome>

<https://www.google.com.br/>

Sobre os organizadores

Alda Cristina Silva da Costa

Atual diretora da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal do Pará. Professora do Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia e da Faculdade de Comunicação da UFPA. Doutora em Ciências Sociais e mestre em Sociologia pela UFPA, com pós-doutoramento em Comunicação, Linguagens e Cultura, pela Universidade da Amazônia. Coordenadora dos Grupos de Pesquisa Mídia e Violência e Narrativas Contemporâneas na Amazônia Paraense. E-mail: aldacristinacosta@gmail.com

Célia Regina Trindade das Chagas Amorim

Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia e da Faculdade de Comunicação, na Universidade Federal do Pará. Doutora e mestre em Comunicação e Semiótica, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2008). Coordenadora do Grupo de Pesquisa Mídias Alternativas na Amazônia. E-mail: celia.trindade.amorim@gmail.com

Marina Ramos Neves de Castro

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Pará, com estágio doutoral realizado no departamento de Antropologia do University College London, Universidade de Londres. Mestre em Artes pelo Programa de Pós-Graduação em Artes da UFPA e mestre em Études des Sociétés Latino-Americaines pela Université de Paris 3 (Sorbonne Nouvelle). E-mail: mrndecastro@gmail.com

Sobre os autores

Alda Cristina Silva da Costa

Atual diretora da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal do Pará. Professora do Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia e da Faculdade de Comunicação da UFPA. Doutora em Ciências Sociais e mestre em Sociologia pela UFPA, com pós-doutoramento em Comunicação, Linguagens e Cultura, pela Universidade da Amazônia. Coordenadora dos Grupos de Pesquisa Mídia e Violência e Narrativas Contemporâneas na Amazônia Paraense. E-mail: aldacristinacosta@gmail.com

Analaura Corradi

Professora e coordenadora do Programa de Pós-Graduação Comunicação, Linguagens e Cultura, da Universidade da Amazônia. Doutora em Ciências Agrárias, pela Universidade Federal Rural da Amazônia e mestre em Letras, pela Universidade Federal do Pará. E-mail: corradi7@gmail.com

Ana Paula de Mesquita Araújo

Graduada em Comunicação Social, pela Universidade da Amazônia e mestranda do Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia, da Universidade Federal do Pará. E-mail: anapazmesquita@gmail.com

Célia Regina Trindade das Chagas Amorim

Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia e da Faculdade de Comunicação, na Universidade Federal do Pará. Doutora e mestre em Comunicação e Semiótica, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2008). Coordenadora do Grupo de Pesquisa Mídias Alternativas na Amazônia. E-mail: celia.trindade.amorim@gmail.com

Danila Gentil Rodriguez Cal Lage

Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia e da Faculdade de Comunicação, na Universidade Federal do Pará. Doutora e mestre em Comunicação Social, pela Universidade Federal de Minas Gerais, com pós-doutorado em Comunicação e Esfera Pública pela mesma instituição. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Comunicação e Política na Amazônia. E-mail: danilagentilcal@gmail.com

Fábio Fonseca de Castro

Professor e atual coordenador do Programa de Pós-graduação Comunicação, Cultura e Amazônia. Professor, também, da Faculdade de Comunicação e do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - NAEA, na Universidade Federal do Pará. Professor visitante do Departamento de Sociologia da Universidade de Cambridge. Doutor em Sociologia pela Universidade de Paris V (Sorbonne-Descartes), com pós-doutorado em Etnometodologia e estudos sobre interação social pela Universidade de Montreal. Mestre em Comunicação pela Universidade de Brasília. Mestre em Estudo das Sociedades Latino-Americanas, opção Antropologia, pela Universidade de Paris III (Sorbonne-Nouvelle). Coordena os Grupos de Pesquisa Fenomenologia da Cultura e da Comunicação e Comunicação, Desenvolvimento e Sociedade na Amazônia. E-mail: fabio.fonsecadecastro@gmail.com

Lanna Paula Ramos da Silva

Graduanda de Comunicação Social da Universidade Federal do Pará. Bolsista de Iniciação Científica - Pibic - do projeto de pesquisa Mídias Alternativa na Amazônia. E-mail: lannapaular@gmail.com

Lívia Lopes Barbosa

Professora da Faculdade de Comunicação, na Universidade Federal do Pará. Doutora em Estudos Literários pela Universidade Federal de Minas Gerais, mestre em Literatura Comparada pela UFPA e graduada em Comunicação Social pela UFPA. Coordenadora da Oficina de Criação,

agência de publicidade da Faculdade de Comunicação da UFPA. E-mail: liviabarbosa.com@gmail.com

Manuel José Sena Dutra

Jornalista. Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia e da Faculdade de Comunicação, na Universidade Federal do Pará. Doutor em Ciências Sociais e Ambientais pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - NAEA, da UFPA. Mestre em Planejamento do Desenvolvimento pela UFPA, especialista em Educação Ambiental pelo Núcleo de Meio Ambiente da UFPA e graduado em Jornalismo pela Universidade Católica de Pernambuco. E-mail: dutra.manuel@gmail.com

Marina Ramos Neves de Castro

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Pará, com estágio doutoral realizado no departamento de Antropologia do University College London, Universidade de Londres. Mestre em Artes pelo Programa de Pós-Graduação em Artes da UFPA e mestre em Études des Sociétés Latino-Américaines pela Université de Paris 3 (Sorbonne Nouvelle). E-mail: mrndecastro@gmail.com

Milene Costa de Sousa

Graduanda de Comunicação Social, pela Universidade Federal do Pará. Bolsista do projeto de extensão Academia Amazônia e colaboradora do Projeto Mídias Alternativas na Amazônia (CNPq-UFPA). E-mail: milenecostadesousa@gmail.com

Natália Cristina Rodrigues Pereira

Graduada em Comunicação Social pela Universidade Federal do Pará e mestranda do Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia da UFPA. Colaboradora do Projeto Mídias Alternativas na Amazônia. E-mail: nataliacrpereira@gmail.com

Nathan Nguangu Kabuenge

Graduado em Comunicação Social pela Universidade Federal do Pará e mestrando do Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia. Integrante dos grupos de pesquisa Mídia e Violência: percepções e representações na Amazônia e Narrativas Contemporâneas na Amazônia Paraense. E-mail: nathannguangu@yahoo.fr

Otacílio Amaral Filho

Atual diretor do Instituto de Letras e Comunicação da Universidade Federal do Pará. Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia e da Faculdade de Comunicação, na UFPA. Doutor em Ciências Sociais e Ambientais pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - NAEA, mestre em Comunicação e Cultura pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade Federal da Bahia, graduado em Comunicação pela UFPA.

Vanja Joice Bispo Santos

Jornalista. Pesquisadora e atual coordenadora do Laboratório de Comunicação Multimídia do Museu Paraense Emílio Goeldi/MCTI. Mestre em Comunicação e Cultura Contemporânea, pela Universidade Federal da Bahia. Graduada em Comunicação Social. E-mail: joice.bisposantos@gmail.com

Rosalys Seixas Brito

Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia e da Faculdade de Comunicação, na Universidade Federal do Pará. Doutora em Ciências Sociais, pela Universidade Federal do Pará, com mestrado em Comunicação pela Universidade Metodista de São Paulo e graduação em Comunicação pela UFPA. Integra os grupos de pesquisa Comunicação, Desenvolvimento e Amazônia e Interações e Tecnologia na Amazônia (ITA). E-mail: rosalsybrito@gmail.com

Rosane Maria Albino Steinbrenner

Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia e da Faculdade de Comunicação, na Universidade Federal do Pará. Doutora em Ciências Sociais e Ambientais e mestre em Planejamento do Desenvolvimento pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA. Graduada em Comunicação Social pela Universidade Federal do Paraná, com especialização em Gestão Pública, Planejamento e Meio Ambiente pela UFPA. E-mail: nani.steinbrenner@gmail.com

Sergio Ferreira do Espírito Santo Junior

Graduado em Comunicação Social pela Universidade Federal do Pará e mestrando do Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia. Integrante dos grupos de pesquisa Mídia e Violência: percepções e representações na Amazônia e Narrativas Contemporâneas na Amazônia Paraense. E-mail: esferreira.sergio@gmail.com

